



MARIA INÊS VARELA PAIM

**MEDIAÇÃO DE LEITURA NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS
MULTINÍVEIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS**

Passo Fundo, Abril, 2019

MARIA INÊS VARELA PAIM

**MEDIAÇÃO DE LEITURA NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS
MULTINÍVEIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras sob a orientação da Prof.^a Dra. Fabiane Verardi Burlamaque.

Passo Fundo

2019

CIP – Catalogação na Publicação

P143m Paim, Maria Inês Varela
Mediação de leitura no âmbito das bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS / Maria Inês Varela Paim. – 2019.
194 f.: il. color ; 30 cm.

Orientação: Prof.^a Dra. Fabiane Verardi Burlamaque.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, 2019.

1. Leitura – Desenvolvimento. 2. Mediação – Leitura. 3. Bibliotecas. 4. Bibliotecários. I. Burlamaque, Fabiane Verardi, orientadora. II. Título.

CDU: 028.1

Catalogação: Bibliotecária Marciéli de Oliveira - CRB 10/2113

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pelas oportunidades.

À minha família, por todo o incentivo, suporte e compreensão neste período de ausências e surtos, sempre serão meu porto seguro e detentores de todo meu amor.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida, que oportunizou a realização deste mestrado.

Ao IFRS, por incentivar e oportunizar a realização desta qualificação, viabilizando a seus servidores, a participação em programas de formação continuada, em especial ao Campus Erechim, pela oportunidade de participar deste mestrado.

Aos professores Paulo Ricardo Becker e Fabiane Verardi Burlamaque, na posição de orientadores, pelos ensinamentos recebidos, bem como aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo.

À professora Sonali Paula Molin Bedin, da Universidade Federal de Santa Catarina, por sua contribuição criteriosa, minha profunda admiração e agradecimento.

Aos colegas bibliotecários, pelo incentivo e colaboração para que esta pesquisa se desenvolvesse. Em especial, meu agradecimento ao Victor de Carvalho Gonçalves, pelo respaldo e trabalho desenvolvido durante meu afastamento da biblioteca do Campus Erechim.

Aos meus colegas de trabalho, Débora, Milene, Muriel, Rejane e Thiago, pela compreensão e por darem continuidade aos serviços na biblioteca durante o período em que estive ausente.

Aos colegas do PPG Letras da UPF, amigos que ganhei nessa jornada; guardarei, com carinho, os momentos de companheirismo, aprendizagem e troca de experiências compartilhadas nos dois anos.

À Karine Castoldi, secretária do PPG em Letras da UPF, pela competência com que desempenha suas funções, mas principalmente, pela atenção e carinho que dedica aos pós-graduandos, quase sempre em desespero.

Minha gratidão à Ana Mokva e ao Fernando, pelo profissionalismo na revisão e assistência para que este trabalho resultasse na melhor formatação e apresentação.

Aos meus amigos, pela motivação e compreensão por minha ausência, bem como minha gratidão e reconhecimento àqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este mestrado pudesse se realizar.

A todos, meu mais sincero e profundo agradecimento.

Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.

(Antoine de Saint-Exupéry)

Somos o resultado dos livros que lemos,
das viagens que fazemos e das pessoas
que amamos...

(Airton Ortiz)

RESUMO

Ao considerar a inquestionável contribuição da leitura para o desenvolvimento dos indivíduos, sobretudo em uma época em que é perceptível a preferência por leituras rasas e rápidas, este estudo se propõe a investigar a prática de ações de mediação de leitura, realizadas no âmbito das bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o quanto essas ações repercutem, no intento de tornar a biblioteca um espaço efetivo para a formação de leitores. Como referencial teórico, foram utilizados os postulados de estudiosos da leitura e suas práticas, dentre eles, Freire (1989), Kleiman (1995, 2004), Chartier (1998), Petit (2009), Chartier e Hébrard (1995), Santaella (2004, 2007, 2013), como também, dados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, do Instituto Pró-Livro (2016). O percurso metodológico seguiu os pressupostos da pesquisa de natureza qualitativa, cujas abordagens exploratória e descritiva configuram um estudo de caso, à luz da pesquisa bibliográfica. Para a coleta de dados, os instrumentos de pesquisa, entrevista semiestruturada e questionário, ambos encaminhados via correio eletrônico, objetivaram a identificação e a análise dos fatores que influenciam no desenvolvimento das ações de mediação de leitura. A entrevista, com foco nos bibliotecários, procurou estabelecer um perfil do profissional bibliotecário, como também uma panorâmica das bibliotecas do IFRS. No tocante ao questionário, envolvendo os alunos, o objetivo concentrou-se em verificar a percepção e o interesse destes em atividades de leitura, realizadas no âmbito do IFRS. O estudo oportunizou, em sua constituição geral, a identificação da existência de ações de mediação de leitura, bem como o papel do bibliotecário como mediador desta prática. Além disso, o reconhecimento das ações mediadoras de leitura e o alcance destas em relação ao incentivo à prática leitora. Mesmo com atividades de mediação já consolidadas, é notório que é um parco começo, pois ainda há muito a se fazer em prol dessa prática. Ao mesmo tempo, é animador perceber, de modo geral, que, apesar de limitações relevantes, que restringem as possibilidades de realização de ações, existem bons projetos e iniciativas, sobretudo, empenho e motivação dos profissionais. Isso serve de incentivo e reflexão para a elaboração de projetos inovadores com ações mediadoras a favor da prática leitora.

Palavras-chave: Leitura. Mediação. Bibliotecas. Bibliotecários.

ABSTRACT

By considering the unquestionable contribution of reading to the development of individuals, mainly in the same epoch on which is perceptible the preference for fast and shallow readings, this study proposes to investigate the practice of reading mediation actions, carried out within the scope of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) multilevel libraries and how these actions impact, with the intention of making the library an effective space to the shaping of readers. As theoretical reference, we used the postulates of scholars reading and their practices were utilized, among them, Freire (1989), Kleiman (1995, 2004), Chartier (1998), *Petit (2009)*, Chartier e Hébrard (1995), Santaella (2004, 2007, 2013), also as data from the research *Portraits of reading in Brazil*, Instituto Pró-Livro (2016). The methodological course followed the presuppositions of qualitative nature, whose exploratory and descriptive approaches constitute a case study, in the light of the bibliographic research. For the data collection, the research instruments, semi-structured interview and questionnaire, both sent by electronic mail, aimed at identify and analyze the factors that influence the development of reading mediation actions. The interview, focusing on the librarians, sought to establish a professional librarian profile, also as a panoramic of the IFRS libraries. Regarding the questionnaire, involving the students, the objective focused on check the perception and the interest of these students in reading activities, made within IFRS. The study provided, in its general constitution, to identify the existence of reading meditation acts, as well as the role of the librarians as a mediator to this practice. Besides that, the acknowledgement of reading meditation acts and the range of these in relation to the incentive of reading. Even with meditation activities that are already consolidated, it is notorious that it is a small start, because there is still much to do in favor of this practice. At the same time, it is exciting to realize that, overall, despite significant limitations, which restricts the possibilities for carrying out actions, there are good projects and initiatives, mainly, effort and motivation of the professionals. This serves as stimulus and reflection to the elaboration of new projects with mediating actions in favor of the reading practice.

Keyword: Reading. Meditation. Libraries. Librarians.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Desempenho dos estudantes brasileiros em leitura.....	41
Gráfico 2 -	Participação dos bibliotecários na pesquisa.....	82
Gráfico 3 -	Campus em fase de implantação.....	83
Gráfico 4 -	Participação dos campi.....	83
Gráfico 5 -	Fundação dos campi do IFRS.....	84
Gráfico 6 -	Oferta de cursos por nível de ensino.....	85
Gráfico 7 -	Horário de atendimento da biblioteca.....	86
Gráfico 8 -	Quantitativo de pessoas que trabalham na biblioteca.....	87
Gráfico 9 -	Acervo: número de exemplares.....	89
Gráfico 10 -	Quantitativo de títulos que compõem o acervo literário.....	90
Gráfico 11 -	Ações para aumento do acervo literário do campus.....	91
Gráfico 12 -	Identificação de gênero.....	93
Gráfico 13 -	Faixa etária dos profissionais.....	93
Gráfico 14 -	Nível de formação.....	94
Gráfico 15 -	Tempo de exercício da profissão.....	96
Gráfico 16 -	Tempo de atuação no IFRS/RFEPC.....	97
Gráfico 17 -	Quantitativo de bibliotecários nos campi.....	99
Gráfico 18 -	Cargo de coordenação.....	100
Gráfico 19 -	Incentivo à qualificação por parte da instituição.....	102
Gráfico 20 -	Dificuldades no desempenho da função de bibliotecário.....	104
Gráfico 21 -	Aspectos facilitadores no exercício da função.....	105
Gráfico 22 -	Recursos de consulta.....	107
Gráfico 23 -	Participação em comissões/GTs.....	111
Gráfico 24 -	Participação em grupos de discussão ou clubes do livro.....	112
Gráfico 25 -	Promotores de ações de mediação de leitura.....	114
Gráfico 26 -	Capacitação adquirida na graduação.....	116
Gráfico 27 -	Formação extra no que tange à mediação de leitura.....	118
Gráfico 28 -	Competências necessárias para atuação do bibliotecário como mediador de leitura.....	121
Gráfico 29 -	Ações de mediação realizadas na biblioteca/campus.....	126

Gráfico 30 - Avaliação dos resultados das atividades mediadoras.....	128
Gráfico 31 - Indicativos de resultados para ações mediadoras realizadas.....	130
Gráfico 32 - Divulgação das atividades realizadas pela biblioteca.....	133
Gráfico 33 - Perfil da biblioteca nas redes sociais.....	135
Gráfico 34 - Maiores dificuldades para realizar ações de incentivo à leitura.....	141
Gráfico 35 - Ações de incentivo à leitura padronizadas via SiBIFRS.....	142
Gráfico 36 - Identificação de gênero.....	148
Gráfico 37 - Faixa etária dos alunos.....	150
Gráfico 38 - Campus dos alunos participantes.....	151
Gráfico 39 - Nível do curso.....	152
Gráfico 40 - Tempo dedicado à leitura.....	154
Gráfico 41 - Motivações para a leitura.....	155
Gráfico 42 - Suporte mais utilizado para a leitura.....	156
Gráfico 43 - Impeditivos para a prática de leitura.....	158
Gráfico 44 - Frequência à biblioteca do campus.....	159
Gráfico 45 - Período de maior frequência à biblioteca.....	161
Gráfico 46 - Percepção de atividades de incentivo à leitura.....	162
Gráfico 47 - Participação de alunos em atividades de fomento à leitura.....	164
Gráfico 48 - Principais incentivadores da prática de leitura.....	165
Gráfico 49 - Utilização do tempo livre.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Tipologias de bibliotecas quanto à finalidade.....	29
Quadro 2 -	Biblioteca escolar X biblioteca universitária.....	56
Quadro 3 -	Possibilidades de acesso à EPT.....	57
Quadro 4 -	Novas tipologias de bibliotecas quanto à finalidade.....	60
Quadro 5 -	Descrição da entrevista semiestruturada – bibliotecários.....	74
Quadro 6 -	Descrição do questionário – alunos.....	75
Quadro 7 -	Temas selecionados da BDTD.....	76
Quadro 8 -	Ano de fundação dos campi do IFRS.....	84
Quadro 9 -	Formação dos servidores das bibliotecas do IFRS – auxiliares.....	88
Quadro 10 -	Cursos de especialização.....	95
Quadro 11 -	Incentivo por parte da instituição à formação continuada.....	102
Quadro 12 -	Justificativas para a padronização implantada pelo SiBIFRS.....	109
Quadro 13 -	Grupos de discussão, clubes do livro ou similares.....	113
Quadro 14 -	Capacitação para mediação de leitura.....	116
Quadro 15 -	Participação dos bibliotecários em cursos destinados à formação leitora.....	119
Quadro 16 -	Projetos de cooperação entre bibliotecários e outros setores/ servidores.....	124
Quadro 17 -	Ações de mediação nos campi.....	132
Quadro 18 -	Sugestões de uso das redes sociais como ferramenta de incentivo à leitura.....	137
Quadro 19 -	Dificuldades para fazer uso das redes sociais como ferramenta de incentivo à leitura.....	139
Quadro 20 -	Padronização de ações de incentivo à leitura via SiBIFRS.....	143
Quadro 21 -	Aspectos favoráveis e contrários à padronização de ações de leitura via calendário anual do SiBIFRS.....	144
Quadro 22 -	Questionário dos alunos: propósito das questões.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Participação dos bibliotecários na pesquisa.....	81
Tabela 2 -	Ações para aumento do acervo literário do campus.....	91
Tabela 3 -	Competências necessárias para atuação do bibliotecário como mediador de leitura.....	121
Tabela 4 -	Ações de mediação realizadas na biblioteca/campus.....	125
Tabela 5 -	Indicativos de resultados para ações mediadoras realizadas.....	129
Tabela 6 -	Maiores dificuldades para realizar ações de incentivo à leitura.....	140
Tabela 7 -	Participação dos alunos na pesquisa.....	147
Tabela 8 -	Identificação de gênero.....	148
Tabela 9 -	Faixa etária dos alunos.....	150
Tabela 10 -	Campus dos alunos participantes.....	151
Tabela 11 -	Nível do curso.....	152
Tabela 12 -	Tempo dedicado à leitura.....	154
Tabela 13 -	Motivações para a leitura.....	155
Tabela 14 -	Suporte mais utilizado para a leitura.....	156
Tabela 15 -	Impeditivos para a prática de leitura.....	157
Tabela 16 -	Frequência à biblioteca do campus.....	159
Tabela 17 -	Período de maior frequência à biblioteca.....	160
Tabela 18 -	Percepção de atividades de incentivo à leitura.....	162
Tabela 19 -	Participação de alunos em atividades de fomento à leitura.....	164
Tabela 20 -	Principais incentivadores da prática de leitura.....	165
Tabela 21 -	Utilização do tempo livre.....	167

LISTA DE SIGLAS

Abrelivros	Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CDI	Centros de Documentação e Informação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CBBI	Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
GT	Grupo de Trabalho
IF	Instituto Federal
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFFarroupilha	Instituto Federal Farroupilha
IFLA	International Federation of Library Association - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSul	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPL	Instituto Pró-Livro
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEI	Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RS	Rio Grande do Sul
SiBIFRS	Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul
SiBi/UFPR	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná
SIC	Serviços de Intercâmbio de Catalogação
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	LEITURA: O PAPEL DA BIBLIOTECA NO ASPECTO DA FORMAÇÃO DE LEITORES.....	18
	2.1 A BIBLIOTECA E SUA IMPORTÂNCIA.....	26
	2.2 BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR DE LEITURA.....	33
3	ASPECTOS HISTÓRICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO.....	49
	3.1 BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS.....	55
	3.2 SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFRS.....	63
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	69
	4.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA.....	70
	4.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	72
	4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	73
	4.4 ETAPAS DA PESQUISA.....	75
5	ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	79
	5.1 ANÁLISE DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: EM FOCO OS BIBLIOTECÁRIOS.....	80
	5.1.1 Dados da entrevista semiestruturada com os bibliotecários.....	81
	5.1.2 Caracterização das bibliotecas do IFRS.....	85
	5.1.3 Descrição do perfil dos bibliotecários do IFRS.....	92
	5.1.4 Identificação das ações dos bibliotecários do IFRS.....	101
	5.1.5 Especificação das ações de mediação de leitura por parte dos bibliotecários do IFRS.....	112
	5.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO: EM FOCO OS ALUNOS.....	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
	REFERÊNCIAS.....	179

1 INTRODUÇÃO

É notória a percepção de que a sociedade atual sofre transformações acentuadas e contínuas, principalmente, em decorrência do avanço tecnológico e da rapidez de acesso informacional. Todavia, mesmo com a proliferação de textos verbais e não verbais, nos mais diferentes suportes, impressos ou digitais, a preocupação com a prática leitora se mantém proeminente. Isso se justifica pela própria facilidade de acesso a uma multiplicidade de informações, o que dificulta uma seleção mais criteriosa pela busca do conhecimento.

O avanço tecnológico e a rapidez no acesso às informações tende a provocar uma certa predisposição das pessoas por leituras superficiais, sem a intenção, ou mesmo o tempo necessário, para aprofundamento a conteúdos. Logo, uma leitura meramente dinâmica não pode ser considerada suficiente para o domínio de conhecimentos.

A importância da leitura é inquestionável para o desenvolvimento humano, pois as pessoas só se tornam capazes de compreender, construir sentidos e argumentar com lógica e criticidade quando desenvolvem, eficazmente, a habilidade leitora. Dessa forma, a leitura é essencial à estrutura comunicativa e disseminadora de informações e experiências, bem como indispensável à integração e à permanência das pessoas nos diferentes contextos sociais em que estão inseridas.

Em decorrência disso, a contemporaneidade assinala a necessidade de transformações urgentes, principalmente, no meio educacional. Isso preocupa os educadores, pois tem revelado o perfil dos discentes, ou seja, os que conseguem, com efeito, acompanhar o processo de ensino e aprendizagem e os que se encontram à margem dele, alheios, sem envolvimento ou comprometimento com a percepção da realidade e da relevância de crescer e de se tornar um profissional diferenciado no mercado de trabalho.

Sob essa ótica, a pesquisa, intitulada *Mediação de leitura no âmbito das bibliotecas multiníveis do Instituto Federal, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS*, põe em evidência a contribuição das bibliotecas multiníveis para a formação de leitores, mais especificamente, as do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Fundamentada nas premissas da linha de pesquisa *Leitura e Formação do Leitor*, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo

(UPF), notadamente, ao que se refere ao estudo dos processos de leitura, da formação de leitores e da transformação dos mecanismos de interação entre leitor e texto, diante de diferentes suportes, este estudo tem como problema norteador: De que forma as bibliotecas multiníveis de uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) conseguem contribuir com a formação de leitores, por intermédio de práticas mediadoras de leitura, proporcionando a interação com seus usuários e evitando o aparente esvaziamento desses espaços, levando-se em consideração o distinto público que abrange e as diversas atividades que envolvem o setor?

Para a obtenção de respostas, definiu-se como objetivo geral: investigar a prática de ações de mediação de leitura, realizadas no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS, e como objetivos específicos: identificar quais são estas ações; observar como as ações desenvolvidas nas bibliotecas conseguem se adequar aos diferentes tipos de público, do ensino médio à pós-graduação; apontar quais e como estas ações repercutem de forma a tornar a biblioteca um espaço efetivo para a formação de leitores.

Convém enfatizar que o mote da pesquisa procede da percepção da pesquisadora, bibliotecária no IFRS - campus Erechim, de uma possível redução do número de usuários das referidas bibliotecas que utilizam o espaço destinado à leitura ou dirigem-se a ela em busca de obras literárias.

Ao colocar em evidência o incentivo à leitura e o papel do mediador de aproximar o leitor do texto e facilitar essa proximidade, a pesquisa visa à reflexão da mediação da leitura nas bibliotecas multiníveis, haja vista as contribuições e as práticas direcionadas para este fim, proporcionando a interação com os usuários, além de evitar o aparente esvaziamento desse espaço. Sob tal perspectiva, esta dissertação reúne quatro seções específicas e, ao mesmo tempo, intercomplementares, além desta introdução e das considerações finais.

A primeira seção, intitulada *Leitura: o papel da biblioteca no aspecto da formação de leitores*, aborda as constantes transformações da sociedade da informação, na qual atribui-se a esta, uma significativa valorização, sinalizando que a rapidez no acesso é sinônimo de poder. O aporte teórico baseia-se em estudos de Freire (1989), Kleiman (1995, 2004), Chartier (1998), Petit (2009), Chartier e Hébrard (1995), Santaella (2004, 2007, 2013), como também em dados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, do Instituto Pró-Livro (2016).

Diante da necessidade da biblioteca se adequar às mudanças sociais e promover uma melhor utilização desse setor como espaço mediador de informação, identifica-se a significância de se filtrar o excesso de informações disponíveis. Nesse sentido, apresenta-se uma subdivisão da primeira seção, *A biblioteca e sua importância*, sob os conceitos de Milanese (1985, 1986, 2002), a respeito da organização das bibliotecas, e sob as concepções de Butlen (2002), sobre a leitura na escola e o papel da biblioteca como facilitadora desse processo.

Não obstante, partindo do pressuposto de que a leitura não é uma atividade passiva, mas, fundamentalmente, um encadeamento lógico e abrangente, experiências e visão de mundo, armazenadas na memória dos leitores, são despertadas. Evidentemente, isso influencia na compreensão do que se lê e, por conseguinte, na formação de leitores, cada vez mais, pertinazes e críticos.

Diante disso, complementa a primeira seção, uma segunda subdivisão *O bibliotecário como mediador de leitura*, com base nos estudos de Petit (2009), nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, 2001), em resultados de pesquisa sobre a leitura no Brasil, do Instituto Pró-Livro (2016), bem como estudos e reflexões de teóricos como Caldin (2005), Almeida Júnior (2007), Neves (2011), Almeida, Costa e Pinheiro (2012), Hilleshein e Fachin(2004), Rasteli e Cavalcante (2013), Milanese (1986) e Moreno (2016), entre outros.

A segunda seção, denominada *Aspectos históricos dos Institutos Federais de Educação*, fundamenta-se em aspectos legais, tais como a Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em pesquisas de Pacheco (2011), Pacheco e Morigi (2012) e nas diretrizes para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Essa abordagem histórica é pertinente, uma vez que a proposta de abrangência educacional dos Institutos Federais (IFs) se diferencia das demais instituições, por tratar da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de uma organização pedagógica verticalizada.

Por atender a diversos níveis educacionais, desde o ensino médio até a pós-graduação, inclusive com sistema de internato em alguns campi, os IFs permitem que docentes e discentes compartilhem os mesmos espaços de aprendizagem da educação básica até o doutorado. Sendo assim, apresenta-se uma primeira subdivisão da segunda seção, destacando-se o ambiente das *Bibliotecas multiníveis* que pertencem à RFEPCT.

Considerando a singularidade de uma educação organizada verticalmente, torna-se interessante, buscar o aprimoramento profissional, bem como uma constante adequação com a comunidade escolar envolvida. Para tratar desse aspecto, os conhecimentos construídos e pesquisas desenvolvidas por estudiosos como Becker e Faqueti (2015), Mattos e Pinheiro (2006), Blattmann e Cipriano (2005), Garcez e Rados (2002), Moutinho (2014), Almeida Júnior (2007, 2015), Araújo, Pereira e Oliveira (2010), Pacheco (2011), entre outros, além das contribuições do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2014), fundamentam o estudo referente à gestão das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual fazem parte os IFs, assim como as diretrizes norteadoras de organização e a sua nova classificação. Salienta-se que a exigência de reestruturação e de identidade se dá pelo fato desse setor não se encaixar restritamente no perfil de biblioteca escolar, tampouco, universitária, por atender a diversos níveis, isto é, um atendimento que se volta a um público misto ou multinível.

De forma complementar, ainda na segunda seção, elucida-se o funcionamento dos sistemas de bibliotecas. Para tanto, uma segunda subdivisão retrata o *Sistema de Bibliotecas do IFRS*, fazendo uso, mais uma vez, dos estudos de Becker e Faqueti (2015), tendo em vista o panorama das bibliotecas da RFEPCT, com inclusão da sistematização do trabalho em grupo, e o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (SiBIFRS).

A terceira seção, sob o título *Percurso metodológico*, a partir da base teórica de autores como Gil (2010), Minayo (2010), Coracini (1998), Prodanov e Freitas (2013), Triviños (1987) e Yin (1998), entre outros, discorre sobre a organização metodológica. Expõe-se, nesta, o percurso metodológico da pesquisa de natureza qualitativa, cujas abordagens exploratória e descritiva configuram um estudo de caso, reunindo aspectos da pesquisa bibliográfica e os instrumentos de pesquisa: entrevista semiestruturada e questionário.

Para o alcance do propósito de refletir sobre a contribuição das bibliotecas multiníveis para a formação de leitores, a pesquisa se desenvolve em duas etapas: a primeira, abrangendo os bibliotecários dos dezesseis campi do IFRS por meio de entrevista semiestruturada; e a segunda, envolvendo os discentes por meio da aplicação de questionário. Ambos os instrumentos de pesquisa fizeram uso do recurso do correio eletrônico.

A identificação das ações de mediação, além de indicar a contribuição positiva à formação de leitores, possibilita a proposição de alternativas que viabilizem mudanças a este quadro de desinteresse pelo ato de ler em diferentes contextos sociais. Sob tal premissa a terceira seção subdivide-se nos seguintes tópicos: *Características da pesquisa; Delimitação da pesquisa; Etapas da pesquisa.*

A quarta seção, *Análise dos instrumentos de pesquisa*, subdivide-se em *Análise da entrevista semiestruturada: em foco os bibliotecários* e *Análise do questionário: em foco os alunos*, e nestas são apresentados os resultados obtidos por meio dos dados coletados, com a devida análise à luz do marco teórico de referência. A partir de um estudo comparativo entre os instrumentos de pesquisa: entrevista semiestruturada, direcionada aos bibliotecários, e questionário encaminhado aos discentes, a intenção era a de identificar ações que repercutiram positivamente junto à comunidade acadêmica. Diante dessa possibilidade, o intento foi o de sugerir que a atividade mediadora de maior destaque seja agregada ao calendário de eventos do SiBIFRS, promovendo e incentivando ações de mediação de leitura que produzam resultados efetivos à formação de leitores.

Por fim, as considerações finais explicitam as reflexões sobre o desenvolvimento da pesquisa, no que tange à investigação das ações de mediação de leitura no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS. De modo complementar, põem em evidência alternativas, para que as ações desenvolvidas nas bibliotecas possam se adequar aos diferentes tipos de público, e a factível atuação dos bibliotecários como agentes mediadores e promotores da formação leitora. Dessa forma, apontam ações e a repercussão destas no intuito de tornar a biblioteca um espaço efetivo na formação de leitores.

2 LEITURA: O PAPEL DA BIBLIOTECA NO ASPECTO DA FORMAÇÃO DE LEITORES

Araújo, Pereira e Oliveira (2010), ao apresentarem reflexões sobre a obra de Vygotsky, aborda o desenvolvimento e a importância dos processos de aprendizagem, destacando que o desenvolvimento da linguagem é impulsionado pela necessidade de comunicação, uma vez que o aprendizado se dá em contato com o ambiente cultural.

Seguindo essa linha de raciocínio, Kohl (2010) enfatiza que o ambiente sociocultural determina o desenvolvimento do que irá ser aprendido, bem como influencia o letramento, assim, “só o processo de aprendizado da leitura e da escrita é que poderia despertar os processos de desenvolvimento internos do indivíduo que permitiam a aquisição da leitura e da escrita” (p. 59). O estudioso observa que, desde o início de sua existência, o ser humano sente a necessidade de se comunicar, por essa razão, faz uso da linguagem como recurso para que aconteça a sua evolução e a interação com os outros.

Dessa forma, para o desenvolvimento do ser humano, torna-se relevante que aprenda a se comunicar e se expressar adequadamente, a fim de ser compreendido e estabelecer interação social. Esse processo tem início na infância por meio de sinais e expressões e, progressivamente, vai ocorrendo tanto a aquisição quanto o aprendizado da linguagem falada e escrita. Por conseguinte, da leitura, tema deste estudo.

De acordo com Martins (1994), a leitura faz parte da estrutura comunicativa e disseminadora de informações e experiências, pois as pessoas só começam a compreender e a dar sentido ao que as cerca ou a quem está próximo quando aprendem a ler. Pelo fato da comunicação envolver uma relação de transmissão e recepção de informações, o indivíduo faz uso desse processo como uma relevante ferramenta para construção do conhecimento.

Na contemporaneidade, a leitura é apontada como premissa indispensável à integração e à permanência das pessoas na sociedade em que estão inseridas, haja vista que a comunicação é necessária tanto em pequenos quanto em grandes grupos. Desse modo, aprender a ler e a compreender o contexto é fundamental para uma comunicação efetiva, pois, em conformidade com Freire (1989, p. 13), “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele.”

As habilidades relacionadas à leitura, à compreensão e à interpretação já constituíram foco de inúmeros estudos e debates e continuam sendo objeto de muitas pesquisas. Nessa perspectiva, incluem-se os problemas provocados pela falta dessa prática, principalmente no ambiente educacional, onde são percebidos vários indícios de carência leitora, tais como vocabulário limitado, dificuldade para assimilar conteúdos, compreender enunciados e interpretar circunstâncias comunicativas, bem como desenvolver trabalhos que exigem a elaboração de síntese e argumentação.

De modo especial, no âmbito da formação acadêmica, em cursos de licenciaturas, a carência de leitura se faz presente em discussões, uma vez que a compreensão dos mecanismos de construção da leitura e da escrita são constituintes fundamentais do processo de alfabetização e dos letramentos.

Ferreiro (2010), em suas reflexões sobre aprendizagem, tendo como base as concepções piagetianas, aponta que a alfabetização deve ser considerada um processo contínuo, pois, a partir do aprendizado da leitura e da escrita, um novo processo tem início e deve ter continuidade por toda a vida: o desenvolvimento de competências relativas à escrita correta, à interpretação de conteúdos, à elaboração de textos e, por extensão, ao prazer de ler. Nesse sentido, pode-se afirmar que a leitura é essencial para o processo de ampliação de conhecimentos e compreensão de mundo, por possibilitar essa percepção dos mecanismos de construção da leitura e escrita, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

Complementando essa perspectiva, Kleiman (2004, p. 10) assevera que a leitura é um processo de descobertas e de integração, isto é, “ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados.” Ou seja, a partir dos resultados de interação com o texto e com os sentidos construídos, as pessoas amadurecem intelectualmente, e as próprias experiências de leitura influenciam outras leituras, o que demonstra evolução leitora. Por conseguinte, a composição de sentidos se dá numa verdadeira interação entre leitor, texto e autor, considerando, na escrita, as intenções comunicativas do autor e as experiências do leitor num processo constante de construção de significações e ressignificações.

Essa concepção de Kleiman vai ao encontro de definições apresentadas por diferentes teóricos em livros, manuais, referenciais curriculares e dicionários, a exemplo de Houaiss (2009, p. 1167): “leitura é o ato ou efeito de apreender o

conteúdo de um texto escrito; maneira de compreender, de interpretar um texto, uma mensagem, um acontecimento.” Muito mais que uma ação ou efeito de decodificar, a leitura é um processo cognitivo, conforme balizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. [...] não se trata simplesmente de extrair informações da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser construídos antes da leitura propriamente dita. (BRASIL, 2001, p. 53).

Por configurar um ato social entre sujeitos, como especifica Kleiman (2004, p. 10), a leitura “obedece a objetivos e a necessidades socialmente determinados”, constituindo-se, igualmente, em um ato subjetivo, pois a apreensão de informações é decorrente da forma como se interpreta um determinado fato, acontecimento, episódio, enfim, um texto verbal ou não verbal. Sendo assim, o ato de ler representa muito mais do que o ato de aprender a decifrar códigos no ambiente escolar, tendo em vista que abre possibilidades de reconhecimento de percepções e comportamentos.

Segundo Jouve (2012, p. 65), “quando interpretamos um texto, falamos sempre de algo que preexiste a nossa interpretação e que nos é dado através do sentido literal”. O resultado, conseqüentemente, pode ser diferente da intenção inicial que o autor pretendia transmitir, mas isso é indômito, pois depende do sentido atribuído pelo leitor, consubstanciado à mensagem objetivada pelo autor. O autor declara que “o interesse de um texto, então, não resulta daquilo que seu autor quis significar, mas daquilo que é objetivamente significado” (p. 71). Dessa forma, supõe-se que não se trata de uma atividade passiva; pelo contrário, é um encadeamento lógico e abrangente, no qual experiências e visão de mundo, armazenadas na memória dos leitores, são despertadas, influenciando, assim, na compreensão do que está sendo lido.

Conforme Chartier (1998, p. 77), a leitura envolve, acima de tudo, a liberdade do leitor, mediante a produção de significados que um texto proporciona:

Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor.

Infere-se, desse modo, que as contribuições da leitura à vida das pessoas, independentemente de classe social ou faixa etária, são inúmeras, uma vez que, por meio do ato de ler, torna-se possível o acesso aos mais diversos conteúdos, bem como a ampliação de horizontes e de perspectivas em diferentes âmbitos: pessoal, educacional e profissional.

Por relacionar-se diretamente com a cultura, com os saberes consolidados e com as práticas multiculturais, quanto mais a leitura fizer parte do cotidiano das pessoas, mais chances e oportunidades as mesmas terão de desenvolvimento da intelectualidade, da criticidade e da própria identidade. Todavia, a leitura não corresponde apenas a um ato de memorização, mas sim, a um entendimento mais profundo, isto é, a uma percepção que extrapola o conteúdo explícito.

Essa noção é reforçada pelo pensamento de Freire (1989, p. 12), ao enfatizar que “a memorização mecânica da descrição do elo não se constitui em conhecimento do objeto.” O autor acrescenta ainda que não se pode considerar leitura uma simples ação de decorar e repetir, pois isso não resulta em aprendizado sobre o que é lido, ou seja, “a pura descrição de um objeto, feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela, portanto, resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala.” (FREIRE, 1989, p. 12). Ademais, de acordo com o referido autor, se o texto despertar a curiosidade do leitor, pode levá-lo à construção de significados, “ao exigir de nós a compreensão do objeto, que não deve ser só descrito em sua aparência, [o texto] nos leva à procura da razão de ser do objeto ou do fato.” (FREIRE, 1989, p. 34).

Por representar diversas formas de compreender o mundo, o ato de ler reúne habilidades e percepções individuais. Contudo, para que isso se efetive, é preciso que se considere o contexto e a interação social como facilitadores e mediadores do processo. Por isso, a experiência do leitor é basilar nesse processo interativo. De acordo com Kleiman (1995, p. 13), é “mediante a interação de diversos níveis de conhecimento como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto.”

Sob tais premissas, neste estudo, adota-se a definição de leitura como ato social e subjetivo, a fim de justificar os objetivos correspondentes à identificação das ações de mediação de leitura, praticadas nas bibliotecas multiníveis do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

A preocupação com a formação da prática leitora ou com a melhor forma de

incentivá-la é, ao mesmo tempo, antiga e atual, considerando os discursos já proferidos por representantes de diversas classes profissionais e de órgãos governamentais, tais como historiadores, jornalistas, religiosos, educadores, entre outros, que sempre buscaram analisar o ato de ler, investigando o que era lido e de que forma as pessoas praticavam o respectivo ato. Logo, um tema reiterado em debates sociopolíticos e socializado ao longo da história da educação, conforme destacam Chartier e Hébrard (1995, p. 21): “A questão da escrita e dos seus usos estão no centro dos distúrbios culturais e religiosos provocados pelas Reformas. O discurso católico moderno sobre a leitura foi forjado no século seguinte ao do Concílio de Trento, em 1545.”

No contexto atual, essa inquietude ainda se mantém viva em diversas instâncias governamentais, compartilhada com educadores que idealizam e vivenciam projetos de capacitação com os profissionais que se envolvem com a leitura em salas de aula e em bibliotecas. Similarmente, envolve o ambiente familiar que, de acordo com a pesquisa sobre o perfil do leitor brasileiro, intitulada *Retratos da leitura no Brasil*, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), “assim como observado nas edições anteriores, em 2015, pode-se constatar que o hábito de leitura dos pais tem forte influência na construção do hábito de leitura dos filhos”, uma vez que os pais ou responsáveis, conscientes da importância da prática leitora, tendem a incentivar seus filhos a desenvolver o interesse pela leitura.

Ressalta-se que, no Brasil, o IPL, associação sem fins lucrativos, criado e mantido por entidades ligadas ao livro: Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), Câmara Brasileira do Livro (CBL) e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), tem como principal objetivo o fomento à leitura.

Em conformidade com o referido Instituto (IPL, 2016, p. 131), “os resultados da pesquisa reforçam a análise de que o hábito de leitura é uma construção que vem da infância, bastante influenciada por terceiros.” Nesse sentido, destaca que, especialmente pais e mães, ambos leitores, têm uma maior influência e servem de exemplo no que tange ao apreço pela leitura. Assim sendo, “ao mesmo tempo em que tiveram mais experiências com a leitura na infância pela mediação de outras pessoas, também promovem essa experiência às crianças com as quais se relacionam em maior medida que os não leitores” (p. 131). No entanto, não há uma fórmula para incentivo dessa prática, apenas constatações, explicações e alternativas pedagógicas, resultantes de pesquisas e estudos.

Por conseguinte, para que a leitura faça parte da vida das pessoas e desperte interesse, há técnicas de leitura diversificadas que devem ser trabalhadas, desde o ingresso da criança no mundo escolar até mesmo muito antes desse ingresso, pela família, no intuito do hábito de ler se tornar um prazer que perdure ao longo da vida.

Almeida, Costa e Pinheiro (2012, p. 476) defendem a importância da mediação no processo de incentivo à leitura e apontam que “mediação é a intervenção na informação, é o ato de fazer com que a informação deixe de ser um signo e passe a fazer sentido para quem a recebe.” As autoras consideram-na uma interferência independente e neutra, representada pela comunicação entre os seres humanos, existente desde o princípio da humanidade. Para elas, “é a transmissão significativa, que leva o usuário a enriquecer seus conhecimentos” (p. 476), fundamentada na arte da linguagem e que permite a criação ou recriação da relação. “É a intervenção imparcial e independente.” (ALMEIDA, COSTA, PINHEIRO, 2012, p. 476)

Não obstante, são vários os questionamentos em torno da prática leitora, entre eles, o pressuposto de que os livros estão perdendo espaço para a televisão, o computador, o celular e outras mídias. Ou talvez, justamente se apresente uma versão contrária, de que a leitura está mais presente na vida dos jovens do que em outros tempos, todavia, são necessários fatores estimulantes e novas perspectivas educacionais para que isso seja uma realidade.

O fato de a leitura estar sempre presente em qualquer tempo e lugar na vida dos jovens, de acordo com Santaella (2004, 2007), abre espaço para uma nova caracterização de leitor: o ubíquo, capaz de transitar nas mais distintas direções: casa, escola, trabalho, parques, ruas, sem deixar de praticar o ato de ler através do ciberespaço informacional, ou seja, por meio de celulares e computadores portáteis.

Além disso, a análise dos resultados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, já em sua quarta edição (IPL, 2016), propõe a reflexão e o estudo de políticas públicas relativas à leitura, bem como a promoção de ações que incentivem a prática leitora e ajudem a melhorar o cenário da leitura no Brasil. Entre as principais finalidades do projeto, destaca-se: “promover a reflexão e estudos sobre os hábitos de leitura do brasileiro para identificar ações mais efetivas voltadas ao fomento à leitura e o acesso ao livro.” (IPL, 2016, p. 6).

A referida pesquisa, aplicada, em 2015, pelo Ibope - Inteligência, Pesquisa e Consultoria Ltda, cuja proposta é a de criar plataforma dinâmica de conhecimento,

transformando ações significativas em comunicação, marketing e sustentabilidade, destaca que a situação da leitura no país é preocupante. Isso em decorrência do fato de o brasileiro ler muito pouco (em média, quatro livros por ano, incluindo, nesse total, a leitura de livros didáticos sob exigência da escola).

De acordo com os dados apontados pelo Instituto Pró-Livro (2016, p. 69), no período entre 2007 a 2015, foi possível observar um discreto aumento da prática de leitura entre as pessoas com maior renda e escolaridade, ou seja, “maior é o hábito de leitura de livros, assim como também é maior entre aqueles que ainda são estudantes. Estes últimos, sobretudo, pela leitura de livros indicados pela escola, didáticos ou literatura.”

Não obstante, a preocupação com a leitura não se restringe ao Brasil. Em estudos realizados pela antropóloga Michèle Petit (2009), o mesmo se revela na França. Em sua pesquisa, analisa a prática de leitura dos jovens da periferia de grandes cidades francesas, em sua maioria, imigrantes. Logo, uma população marginalizada pela sociedade; motivo de uma preocupação maior ainda por associar-se à delinquência, ao tráfico de drogas e, por extensão, ao aumento da violência.

Em seu livro *Os jovens e a leitura*, Petit apresenta relatos de jovens, esclarecendo como acontece o processo de leitura e a aproximação a livros e a bibliotecas na periferia e no meio rural da França. Por acreditar que a condição social do indivíduo e o meio onde vive têm grande influência na formação do leitor, Petit (2009) foca sua pesquisa na camada social menos favorecida financeiramente e, por conseguinte, mais humilde.

Apesar disso, a pesquisadora, por intermédio de suas observações e de acordo com os relatos, pôde conferir que os jovens participantes de sua pesquisa desenvolviam uma boa relação com os livros e com as práticas leitoras, contrariando as estatísticas e a premissa de que o ambiente tem forte influência na formação dos indivíduos. Para muitos deles, a biblioteca configurava-se como local de socialização, para encontrar amigos, ampliar conhecimentos e, até mesmo, mudar a trajetória de vida.

Para a autora, não é somente o local em si, ou seja, a casa, a biblioteca ou a escola que despertam o gosto pela leitura, mas fundamentalmente, as pessoas que convivem nesses espaços e demonstram a paixão pelo ato de ler, a exemplo de pais, bibliotecários e professores, como ela mesma assevera: “não é a biblioteca ou

a escola que despertam o gosto por ler, por aprender; é um professor, um bibliotecário que, levado por sua paixão, transmite [esse gosto] por intermédio de uma relação individual.” (PETIT, 2009, p. 166). Acrescenta ainda a importância das crianças se acostumarem com a presença física de livros no ambiente familiar, o que pode despertar interesse e prazer pela leitura, conforme assevera: “O que atrai a atenção da criança é o interesse profundo que os adultos têm pelos livros, seu desejo real, seu prazer real.” (PETIT, 2009, p. 139).

De acordo com suas investigações, a autora depreende que a leitura, mesmo com prática esporádica, auxilia os jovens a encontrar outro sentido para suas vidas, o que os torna mais resistentes aos processos de marginalização e lhes permite a criação de um mundo composto por novas possibilidades e novos sonhos.

Ler permite ao leitor, às vezes, decifrar sua própria experiência. É o texto que lê o leitor, de certo modo é ele que o revela; é o texto que sabe muito sobre o leitor, de regiões dele que ele mesmo não saberia nomear. As palavras do texto constituem o leitor, lhe dão um lugar. (PETIT, 2009, p. 38).

Ao escolher como objeto de investigação a população da periferia e do meio rural da França, Petit apresenta relevantes descobertas sobre o desenvolvimento da leitura, sendo uma delas a força atribuída à escrita, ao poder do texto, e outra, a liberdade do leitor, isto é, “a leitura tem muitas faces e é marcada ao mesmo tempo pelo poder absoluto que se atribui à palavra escrita, de um lado, e pela irreduzível liberdade do leitor, de outro.” (PETIT, 2009, p. 22).

Em seus relatos, os participantes da pesquisa demonstram interesse pela leitura em razão desta oferecer-lhes oportunidades de ampliação da visão de mundo. Do mesmo modo, contemplam a possibilidade de fuga da realidade violenta que os cerca, a construção de conhecimentos e o desenvolvimento do senso crítico como novas perspectivas de vida. Por acreditar na importância da leitura no desenvolvimento dos indivíduos, a pesquisadora faz a opção de analisar, com efeito, as contribuições do ato de ler na vida das pessoas, uma vez que o referido processo cognitivo, interativo e criativo é capaz de transformar e ampliar os rumos nos diferentes aspectos, tanto na esfera educacional quanto profissional e social.

Sendo assim, o acesso ao saber é considerado como o primeiro e o mais conhecido aspecto a ser atribuído ao ato de ler, haja vista que “a leitura é um meio para se ter acesso ao saber, aos conhecimentos formais e, sendo assim, pode modificar as linhas de nosso destino escolar, profissional e social.” (PETIT, 2009, p.

61). Por intermédio desse acesso, abrem-se novas alternativas relativas à construção de um novo destino e à atribuição de um novo sentido à própria existência.

2.1 A BIBLIOTECA E SUA IMPORTÂNCIA

No decorrer da evolução da escrita, destacam-se a geração e o aumento de documentos produzidos. Com isso, surgiu a necessidade de armazená-los e preservá-los. Diante desse cenário, foram criadas as bibliotecas, com a intenção de centralizar a guarda dessa documentação, pois, segundo Milanesi (2002, p. 11), “havendo registros, haverá uma biblioteca, porque os homens precisam repartir o pensamento criado, disseminando-o para garantir a posse do conhecimento.”

No Brasil, acompanhando os aspectos históricos, acredita-se que foram os jesuítas os organizadores das primeiras bibliotecas, cujo intuito era o de centralizar e estruturar os materiais da catequização dos indígenas. Por conta disso, tinham um perfil fundamentalmente religioso e doutrinário. Similarmente, Milanesi (2002) defende a ideia de se organizar o caos das publicações, dos impressos, considerando a grande produção de livros já existentes na época. Desse modo, ao longo do tempo, com a ascensão da escrita e a necessidade da disseminação da informação, foram incorporadas novas funções à biblioteca, visto que se as informações não fossem organizadas poderiam ser comparadas a meros depósitos de livros.

Nesse sentido, a Biblioteconomia caracteriza-se pelo diferencial de se dedicar ao estudo de organizar e ordenar o acervo de bibliotecas, centros de documentação, de acordo com a sua classificação, fazendo uso de instrumentos próprios, a fim de facilitar a realização dos serviços relacionados à área em questão: catalogação, classificação, seleção, dentre outros. Uma das opções para melhor gerir a informação é a especialização de bibliotecas, cujo propósito é o de ampliar a utilização e o direcionamento de um acervo mais específico.

Importante enfatizar que, ao se estruturar e organizar o acervo, pode-se facilitar o acesso e a localização da informação desejada de forma rápida e objetiva. Assim, a biblioteca cumpre seu papel. Em relação a esse aspecto, Milanesi (1986, p. 32) afirma: “biblioteca é um universo onde as partes estão dispostas de maneira conveniente e de tal forma que o fim para o qual foi estruturada seja atingido.”

Com a informatização de acervos e sistemas específicos para bibliotecas, as tecnologias têm contribuído significativamente no que tange à agilidade, à organização e ao acesso à informação, de forma a disponibilizar e localizar mais rapidamente o livro desejado, pois, segundo Milanesi (1986, p. 34), “ordenar o caos das informações é a única possibilidade de dar sentido a um determinado universo informativo.” Ainda conforme o autor, a educação, as escolas e, por extensão, as bibliotecas sempre foram pouco valorizadas, isto é, “a situação da educação, escolas e bibliotecas indica que o setor não apenas não é prioritário como frequentemente não é levado em consideração.” (MILANESI, 1986, p. 124).

Conforme reportagem divulgada pelo Jornal do Comércio Online (2018, n.p), realizada por Sander, em se tratando das bibliotecas das escolas estaduais do Rio Grande do Sul (RS), pode-se dizer que têm se tornado um reduto para professores afastados. Complementarmente, segundo dados do Portal de Transparência (2018, n.p), pertencente ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, atualmente, no estado do RS, das instituições de ensino existentes, apenas cerca de “1% têm bibliotecários formados como responsáveis, as outras todas são geridas pelo servidor que tiver disponibilidade, normalmente educadores com algum problema de saúde mental que os impede de lecionar.”

Pelo exposto, verifica-se que não faltam notícias sobre o descaso e o sucateamento das bibliotecas e, até mesmo, sobre a opção pelo fechamento de muitos locais ou a privatização destes. Em relação a esse espaço privilegiado de saberes, de acordo com o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2009, p. 3), biblioteca pode ser descrita como “edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo para devolução posterior.”

Segundo Becker e Faqueti (2015), as bibliotecas podem se tornar espaços que oportunizem o desenvolvimento de habilidades e, assessoradas pelas novas tecnologias, auxiliam na inserção do cidadão, diante do novo contexto informacional e tecnológico, “desde que inseridas e participantes no processo de ensino-aprendizagem das instituições educacionais” (p. 39). Diante dessa concepção, a biblioteca pode ser considerada uma unidade organizacional inserida em outra, um ambiente que administra e disponibiliza para os usuários, conforme a necessidade

da comunidade na qual se insere, a organização de materiais bibliográficos, bem como outros suportes de fontes informativas.

No contexto atual, as bibliotecas são, comumente, citadas como espaço de pesquisa e estudo, isto é, lugar para leitura e informação. Além desses motivos para frequentá-la, também é apontada como ambiente para cultivo da leitura prazerosa. Esse é um dado relevante para os que se sentem comprometidos com o desenvolvimento da prática de leitura e por visualizarem a possibilidade de criar alternativas de incentivo às experiências leitoras.

Conforme Almeida (2015, p. 18), em seu estudo sobre bibliotecas como organizações aprendentes, “as bibliotecas são cada vez mais desafiadas a transformarem-se em agentes de mudanças no âmbito de sua atuação, não se limitando aos papéis de repositórios de informações e prestadora de serviço”. Assim, além de ter como uma de suas principais missões atuar como parte integrante da tríade ensino, pesquisa e extensão, há a possibilidade de participarem do processo de ensino-aprendizagem das instituições nas quais se inserem.

Contudo, devido ao acúmulo de materiais e excesso de informação produzida e arquivada, surge a necessidade de se dividir por tipo ou classificar as bibliotecas, conforme suas especificidades, funções e serviços oferecidos, bem como pela comunidade que atende, e também, pelo seu vínculo institucional, a fim de facilitar o desenvolvimento de um trabalho direcionado a cada público.

Na sequência, são apresentadas algumas características das bibliotecas, conforme a comunidade atendida e especificidade de seu acervo. Apenas uma breve abordagem, considerando que o foco principal deste estudo são as bibliotecas multiníveis. De acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP (2014, n.p), “O tipo de biblioteca é determinado pelas funções e serviços que oferece, pela comunidade que atende, e pelo seu vínculo institucional.” Desse modo, as bibliotecas são classificadas em conformidade com a sua finalidade, de acordo com o que explicita o Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologias de bibliotecas quanto à finalidade

Tipo de biblioteca	Finalidade
Biblioteca Pública	Tem por objetivo atender por meio do seu acervo e de seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com deficiência e segue os preceitos estabelecidos no Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas. É considerada equipamento cultural e, portanto, está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC). É criada e mantida pelo Estado (vínculo municipal, estadual ou federal).
Biblioteca Pública Temática	Existem bibliotecas públicas que possuem acervos especializados e, por isso, vêm sendo denominadas como Bibliotecas Públicas Temáticas, ou que oferecem serviços especializados para um determinado público e, por isso, são identificadas pelo público, tal como Biblioteca Pública Infantil, ou Biblioteca Pública Especial. São bibliotecas públicas que se caracterizam como bibliotecas especializadas em uma determinada área/assunto. O ambiente configura-se de maneira a representar a área/assunto em foco, assim como as coleções que compõem o seu acervo, os serviços que oferecem e a programação cultural. Sendo uma biblioteca pública, diferenciam-se das bibliotecas especializadas por atender a todos os públicos.
Biblioteca Comunitária	Espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado.
Pontos de Leitura	Espaços de incentivo à leitura e acesso ao livro, criados em comunidades, fábricas, hospitais, presídios e instituições em geral. Em sua maioria, foram criadas com o apoio do Programa Mais Cultura. É um estímulo à criação de bibliotecas comunitárias nas comunidades.
Biblioteca Nacional	Tem por função reunir e preservar toda a produção bibliográfica do país. Em cada país existe uma Biblioteca Nacional. Toda produção bibliográfica do país deve ser enviada para a Biblioteca Nacional, isto é garantido pela lei de Depósito Legal. No Brasil, a Biblioteca Nacional está sediada no Rio de Janeiro.
Biblioteca Escolar	Tem por objetivo atender aos interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola na qual está inserida. Atende, prioritariamente, alunos, professores, funcionários da unidade de ensino, podendo, também, ampliar sua ação para atender aos familiares de alunos e à comunidade moradora do entorno. Está localizada dentro de uma unidade de ensino pré-escolar, fundamental e/ou médio. Segue os preceitos do Manifesto da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar e no Brasil a Lei nº. 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país.
Biblioteca Universitária	Tem por objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende a alunos, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica em geral. É vinculada a uma unidade de ensino superior, podendo ser uma instituição pública ou privada. A Biblioteca Universitária dá continuidade ao trabalho iniciado pela Biblioteca Escolar.
Biblioteca Especializada	Voltada a um campo específico do conhecimento. Seu acervo e seus serviços atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento. É vinculada a uma instituição pública ou privada, podendo também se caracterizar como uma biblioteca universitária, quando vinculada a uma unidade de ensino superior.
Biblioteca / Centro de Referência	Biblioteca especializada que atua com o foco no acesso, disseminação, produção e utilização da informação para um determinado público. Também denominada como Centro de Informação e Referência. Muitas delas não possuem acervo próprio e trabalham exclusivamente com a referência de documentos sobre determinado assunto (resumos e resenhas).

Fonte: SNBP (2014, n.p)

Ao referir-se às bibliotecas escolares, Butlen (2002, p. 291) afirma que é importante contrariar o conceito redutor que limita o ensino e o aprendizado às salas de aula e aos professores, devendo direcionar-se à busca por novos espaços de aprendizagem, incluindo a ampliação de possibilidades para além do tradicional e do comum. Nesse sentido, para o autor, as bibliotecas configuram espaços essenciais para o processo de aprendizagem.

Outros espaços de aprendizagem, outros tempos de aprendizagem são necessários, e eis aqui o problema já que tem sido preciso inventá-los, e é preciso aprender a utilizá-los. É preciso aprender a utilizar um lugar que não é a aula, um tempo que já não é o tempo da sequência pedagógica. O problema é que a tradição didática (transmissora, vertical) resiste à mudança e a biblioteca contraria a tradição, exigindo ao docente (acostumado a trabalhar solitário) um trabalho de equipe com novos sócios. (BUTLEN, 2002, p. 289).

Genericamente, as bibliotecas também são consideradas unidades de informação e devem seguir as diretrizes das instituições das quais fazem parte. Dessa forma, caracterizam-se por prestarem atendimento e serviços, de forma apropriada, à comunidade. Conforme Almeida Junior e Bortolin (2007), por não se tratar de um ambiente isolado, o espaço informacional não está isento de interferências, ao contrário, está sujeito a uma gama de influências que podem demandar mudanças e novas posturas.

Observando esse aspecto, estão sujeitas a uma constante reformulação devido às interferências no desenvolvimento de seu trabalho. Sendo assim, precisam ser criativas e dinâmicas diante da necessidade de adequação às novas realidades e atendimento às exigências da sociedade informacional, pois, conforme assevera Butlen (2002, p. 289),

A biblioteca escolar é indispensável para o ensino de hoje em dia, que só tem sua razão de ser na escola porque, precisamente, é útil para a escola, ou seja, para as aprendizagens culturais e pedagógicas, da leitura e da escrita, da cultura do escrito e, também da língua oral, ao mesmo tempo para as aprendizagens do tratamento da informação e para as aprendizagens por matérias.

Apesar dos estudos de Butlen se concentrarem na França, o autor destaca que, historicamente, não somente o perfil e as competências dos leitores vêm sendo modificados ao longo do tempo, mas também, as bibliotecas têm se adequando a essas transformações. Entretanto, num processo mais lento que o necessário,

“marcada por longas e repetidas lutas pelo reconhecimento e a mudança.” (BUTLEN, 2002, p. 291). Em seu texto, trata mais especificamente das bibliotecas multimídias e da necessidade fundamental das bibliotecas se assemelharem a Centros de Documentação e Informação (CDI) e serem coordenadas por um profissional bibliotecário.

Para o referido autor, esse novo contexto exige a formação de leitores polivalentes, com habilidades e conhecimentos diferenciados, com competências que se relacionam e se complementam com o objetivo de capacitar os leitores para que possam tirar um maior proveito da leitura e do conhecimento adquirido. Nesse sentido, “capazes de relacionar a atividade de leitura com os demais aspectos do domínio da língua, falar, escrever, e estar, assim, em condições de utilizar o escrito num projeto de comunicação.” (BUTLEN, 2002, p. 288).

Nessa mesma linha de raciocínio, Milanesi (1985, p. 9) assinala que a biblioteca, mais especificamente a escolar, constitui-se em um setor em constante mutação porque sofre influências diretas em sua rotina, o que tem exigido, continuamente, ajustes e adequações. Assim, muitas vezes, a criatividade e as ações interdisciplinares têm que substituir os recursos inexistentes, a fim de oferecer um trabalho que atenda às expectativas dos usuários.

Como não existe no campo das investigações o dado definitivo, também não existem bibliotecas definitivas. Ela sempre traz em seu bojo as contradições que vão exigir novos desdobramentos [...] Assim, estará organizando o acúmulo de dados, abrindo o campo para novos estudos, permitindo que o pesquisador encontre subsídios para as suas pesquisas. (MILANESI, 1985, p. 9).

Conforme registra uma pesquisa realizada pela Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a partir de uma solicitação do Ministério da Educação (MEC), os resultados consideram uma avaliação comparativa entre bibliotecas escolares de quatro países: Brasil, Argentina, Chile e México, desenvolvida pela Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), bem como a opinião de gestores, docentes, alunos e comunidade escolar. A respectiva pesquisa revela um diagnóstico negativo da situação atual desses espaços nas instituições públicas brasileiras de educação básica, a saber:

As bibliotecas funcionam, na quase totalidade das escolas visitadas, como local para a guarda do acervo, sendo a principal tarefa dos responsáveis organizar o empréstimo de livros didáticos para que os professores façam trabalhos em sala de aula. Além disso, os responsáveis têm muita dificuldade para organizar atividades de leitura e escrita nas bibliotecas, e a atividade de empréstimo de livros tem restrições em alguns locais, deixando os alunos sem alternativas para realizarem seus trabalhos, já que também muitas escolas não permitem a presença de alunos fora de seu horário de aulas. (BRASIL, 2011, p. 70).

Apesar da pesquisa ter identificado vários aspectos favoráveis, entre eles, a existência de políticas de gestão para planejamentos anuais na maioria das bibliotecas; progresso de políticas de financiamento para bibliotecas escolares; apoio de muitos docentes envolvidos com projetos de leitura no ambiente escolar, foi possível, igualmente, verificar que muitos obstáculos ainda dificultam o funcionamento das bibliotecas no que tange à leitura, ao aspecto físico e à estrutura. Todos esses aspectos merecem consideração, uma vez que se complementam. Esse estudo aponta dados relevantes, a saber:

a quase ausência de políticas públicas para a seleção, formação e manutenção de profissional especializado (bibliotecário), que atue nas bibliotecas escolares. Esse fato dificulta a ampliação da rede de leitura no espaço social mais amplo, do qual a escola é parte integrante. Talvez, por isso, a pesquisa também revele a escassez de trabalho integrado entre a biblioteca da escola e do bairro, quando existe, e, conseqüentemente, a ausência de participação dos alunos nas atividades de leitura para além do espaço escolar, como muitos afirmam. Ampliando essa discussão, talvez a pergunta a formular fosse se há público leitor restrito, ou se a biblioteca escolar alcança outros sujeitos da comunidade escolar (pais, irmãos de alunos e outros), realizando trabalhos para eles orientados, que incentivem e promovam a leitura em termos mais amplos. (BRASIL, 2011, p. 84).

O livre acesso aos livros também é uma forma de despertar o interesse pela leitura, considerando que apenas os educandos das fases iniciais necessitam de acompanhamento do professor, pois, conforme vão avançando nos níveis de escolaridade, preferem circular entre as estantes para ter tempo de escolha. Isso abre espaço para atuação de um mediador, que pode encorajar o progresso do hábito de ler, oferecendo sugestões de acordo com a necessidade e o potencial dos alunos. Além disso, atualmente, muitas bibliotecas já oferecem espaços mais dinâmicos, com animação cultural e suporte à leitura com recursos multimídia, tendo em vista que o leitor moderno está mais conectado às tecnologias, ou melhor, é um leitor multifacetado, consoante afirmação de Butlen (2002).

A biblioteca escolar multimídia deve favorecer a circulação livre e independente das crianças no campo dos conhecimentos, no universo dos saberes, das habilidades. Nesse sentido, a biblioteca coloca a questão do *status* da criança na escola: sua autonomia supõe que lhe damos os meios ensinando a aceder individualmente, utilmente e livremente aos conhecimentos e às informações. Nesse sentido, a formação às práticas e à pesquisa documentária deve tornar-se, progressivamente, um objetivo fundamental nas bibliotecas escolares. (BUTLEN, 2002, p. 292, grifo do autor).

A atuação de mediadores de leitura na escola pode ser um fator determinante à formação de novos leitores, quer seja por meio da indicação de obras, contação de histórias, ou mesmo, através de ações mais específicas que objetivem o incentivo à leitura ou simplesmente o acesso aos livros.

2.2 BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR DE LEITURA

Segundo aspectos históricos, a preocupação com as práticas leitoras e a valorização e apreço à leitura não é recente, haja vista que decorre desde a época da vinda da família real e sua corte ao Brasil. De acordo com Lajolo e Zilberman (2003), foi preciso a estrutura social existente passar por várias transformações, de forma a converter a leitura em uma prática social. Para as autoras, o reconhecimento do valor atribuído ao meio familiar contribuiu muito para as mudanças, pois acreditavam no poder deste contexto, “é no interior desse modelo moderna de família que se intensifica o gosto pela leitura” (p. 15). As autoras destacam a importância desse vínculo entre leitura e ambiente familiar, ao apontar que “a família é a miniatura da sociedade idealizada pela burguesia, pois contrapõe à força da ideologia que a sustenta à fragilidade de seu poder político” (p. 15). Logo, foi necessária uma governança voltada ao incentivo à leitura, para que o Brasil se tornasse uma sociedade leitora e voltada à cultura.

Entretanto, conforme apontam Lajolo e Zilberman (2003), esse apreço era mais comum entre a burguesia e as classes mais privilegiadas, pois o acesso às obras tinha um alto custo e os acervos se concentravam no âmbito particular. Mais tarde, com a evolução do impresso, a criação das bibliotecas públicas e dos espaços de leitura, bem como com a correria da era da modernidade, foi sendo alterada essa concepção de práticas leitoras no ambiente familiar. Com a justificativa de falta de tempo, a incumbência por desenvolver o incentivo à leitura foi transferida às instituições escolares como aponta Caldin (2002, p. 24): “com a ascensão da

burguesia e o enfraquecimento do feudalismo, a leitura não era mais privilégio de poucos.”

Ferreiro (2010) também contribui, ao afirmar que, apesar da escola ser uma instituição social com a função de controlar o processo de aprendizagem, é na escola que esta deve realizar-se, pois a criança, desde que nasce, é construtora de conhecimento. No entanto, deve-se abandonar a ideia de que o modo de pensar do adulto é o único, devendo-se, assim, adotar o ponto de vista do sujeito em desenvolvimento.

Desse modo, atribui-se à escola a responsabilidade pelo processo de construção da aprendizagem da leitura, associada ao processo de ensino-aprendizagem, especialmente, em relação aos alunos provenientes dos estratos sociais mais baixos. Segundo Rösing (2001, p. 9), a “inexistência de material de leitura nas famílias causada pela baixa renda dos seus membros é um fato desalentador.” Sendo assim, principalmente nos anos iniciais, técnicas e metodologias adequadas devem ser criadas no intuito de se estabelecer uma sistemática de leitura e aprendizado, para que os alunos as cultivem durante a vivência escolar e, efetivamente, vida afora.

Por se tratar de um ato contínuo, em uma longa trajetória de escolaridade, de acordo com Ferreiro (2010), exige dedicação e empenho e, acima de tudo, a consideração de que leitura e escrita são sistemas construídos gradualmente. Assim sendo, cabe à instituição de educação promover espaço e oportunidades aos discentes, assim como propiciar uma relação dialógica entre educadores e educandos.

Conforme consta nos PCN (BRASIL, 1998), mais especificamente nos referenciais de Língua Portuguesa, as esferas governamentais também se preocupam com a leitura. Pelo que prescreve esse documento, a leitura é essencial para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, independentemente da faixa etária, ano de escolaridade, disciplina ou área do conhecimento. Enfatiza, assim, que tanto o desenvolvimento quanto a prática da habilidade leitora não podem se restringir à disciplina de Língua Portuguesa, dada a sua importância no desenvolvimento das demais habilidades necessárias ao amadurecimento intelectual em todas as áreas do conhecimento.

Ao considerar a imprescindibilidade da leitura em todas as disciplinas que compõem a matriz curricular, os PCN determinam que o objetivo de “formar cidadãos

capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam” só pode se efetivar diante da organização de “trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola.” (BRASIL, 1998, p. 15). Do mesmo modo, para que a leitura contribua positivamente na formação dos indivíduos e para que estes possam tirar proveito dos benefícios proporcionados pelas práticas leitoras, é necessário estimular, desde a mais tenra idade, habilidades e formas de expressão nas modalidades oral e escrita. Pelo fato desta última corresponder a uma forma de expressão de pensamentos, inter-relaciona-se à leitura ao favorecer a interação entre as pessoas, bem como a promoção e disseminação de ideias. Por conseguinte, o ato de ler constitui-se, por meio da escrita, em uma forma de compreensão do mundo.

De acordo com Lajolo (2003, p. 108), “a discussão sobre leitura, principalmente sobre a leitura numa sociedade que pretende democratizar-se, começa dizendo que os profissionais mais diretamente responsáveis pela iniciação na leitura devem ser bons leitores.” Assim sendo, o papel do mediador tem grande relevância, visto que precisa despertar a curiosidade dos futuros leitores para as práticas de leitura. Esse apreço, primeiramente, deve ter influência do âmbito familiar, para que possa ter continuidade no ambiente escolar, porém nem sempre é dessa forma que acontece.

No tocante aos estudos sobre leitura, Jouve (2012) aponta seu início por volta de 1970, com foco mais direcionado ao leitor. Destaca ainda que essa prática colabora significativamente com a evolução cultural porque contribui diretamente com o desenvolvimento do espírito crítico. Ou seja, tem participação direta na consciência daquilo que o ser humano é por possibilitar o enriquecimento da existência, ampliar horizontes e perspectivas, bem como viabilizar o crescimento humano. O autor comenta também a respeito da dimensão intelectual da leitura que impacta diretamente no sentido da vida, enfatizando que é necessário haver uma conexão, pois a riqueza cognitiva precisa conquistar o leitor e o texto deve despertar-lhe interesse.

Não obstante, não se pode deixar de considerar que esse processo é complexo e lento pelo fato de envolver vários fatores que podem influenciar, diretamente ou não, a formação de leitores, tais como: tipo de leitura proposta pelo mediador, contexto social, metodologia adotada, dentre outros.

Em conformidade com Jouve (2012), no ato de ler, autor e leitor contribuem

com suas experiências para o resultado final. O autor, ao escrever, almeja transmitir sua mensagem ou contar uma história, e o leitor, ao interpretar, aplica seu conhecimento sobre o assunto, sua bagagem de informações, sua imaginação e, de modo especial, constrói o significado daquilo para si. Nesse sentido, de acordo com Martins (1994, p. 30), “a leitura vai, portanto, além do texto (seja ele qual for) e começa antes do contato com ele. O leitor assume um papel atuante, deixar de ser um mero decodificador ou receptor passivo.”

Para Petit (2009, p. 28), o ato de ler pode alterar a forma de o sujeito ver o mundo, o que suscita um pensar raciocinado, resultando em novas perspectivas: “se a leitura desperta o espírito crítico, que é a chave de uma cidadania ativa, é porque permite um distanciamento, uma descentralização, mas também porque abre espaço para o devaneio.” Dessa forma, o processo de formação de leitores ou de incentivo à leitura deve ter seu início, como já se mencionou, no âmbito familiar, ou seja, em casa, com os pais, avós, irmãos, tios por intermédio da contação de histórias ou da leitura de obras da literatura infantil.

De acordo com a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016, p. 78), realizada no ano de 2015, pode-se conferir uma repetição de resultados dos anos anteriores referentemente à leitura no âmbito familiar: “o hábito de leitura dos pais tem forte influência na construção do hábito de leitura dos filhos”, isto é, o exemplo dos pais é alicerce à prática leitora. No entanto, em muitas circunstâncias, são os professores e bibliotecários que proporcionam o primeiro contato com a leitura e com os livros, devido à responsabilidade atribuída a eles por parte de um percentual elevado de pais.

No cenário educacional, o objetivo da leitura deve ir além da formação de leitores competentes, com capacidade de ler, avaliar criticamente e produzir textos. Distintamente, a pretensão deve corresponder à formação de cidadãos qualificados, capazes de participar da construção de uma sociedade pensante e crítica, com condições de refletir sobre a realidade e transformá-la.

Neste estudo, não se tem intenção de apontar a leitura como recurso solucionador a todos os problemas existentes no âmbito escolar ou fora deste, mas sim, ressaltar a importância da prática de leitura que, além de propiciar análises e reflexões, abre espaço à participação criteriosa e ativa, para que novas experiências, renovação de ideias e intervenções ocorram em distintos contextos socioculturais, pois, como especificam os PCN (BRASIL, 2001, p. 54),

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua, que consegue utilizar estratégias de leitura adequadas para abordá-los de forma a atender essa necessidade.

Inegavelmente, não é uma tarefa fácil, haja vista a responsabilidade que recai sobre a leitura como obrigatoriedade e imposição, diferentemente de uma liberdade leitora e de um ato prazeroso. Sob essa ótica, Petit (2009, p. 72) salienta que a leitura possibilita novas perspectivas, até mesmo para um pensar e agir raciocinados, ou seja, “um caminho privilegiado para se construir, se pensar, dar um sentido à própria experiência, à própria vida; para dar voz a seus sofrimentos, dar forma a seus desejos e sonhos.”

A reflexão sobre a importância da leitura, a partir de índices apontados por pesquisas, do mesmo modo que põe em evidência uma repetição de resultados negativos, aponta indícios de progressão, como demonstra o Instituto Pró-Livro (2016, p. 22), ao estabelecer um comparativo entre os anos de 2007, 2011 e 2015.

Nesse estudo comparativo, o referido Instituto assinala que, em 2015, “a estimativa apresentou um discreto aumento do percentual de leitores, esclarecendo que a pesquisa considera como parâmetro leitor, a população brasileira com 05 anos ou mais.” (IPL, 2016, p. 22). Contudo, é um crescimento pouco expressivo comparativamente ao aspecto *Livros lidos nos últimos 03 meses*, uma vez que apresenta no item *Livros lidos em partes* um percentual superior ao aspecto correspondente a *Livros lidos inteiros*. Diante de pesquisas como essa, cujo objetivo é demonstrar o comportamento do leitor brasileiro, constata-se que os dados não são muito animadores. Sendo assim, infere-se que é preciso que se ampliem os programas de incentivo às práticas leitoras, com o intento de diminuir a perspectiva de empobrecimento cultural da população brasileira.

Para que isso se torne uma realidade, as instituições de ensino devem proporcionar acesso ao livro e à leitura, disponibilizando espaço apropriado e promovendo atividades de incentivo, conforme aponta Caldin (2005, p. 25): “escola e biblioteca poderiam viabilizar o processo de leitura e da formação do leitor, bem como disponibilizar o acesso aos textos literários e incentivar o uso do livro.”

Com base nas leis instituídas à Biblioteconomia, pelo pensador indiano Shiyali Ramamritam Ranganathan, que vigoram até hoje, a biblioteca pode ser vista como uma organização em crescimento devido à contínua e dinâmica produção de

conhecimento. Depreende-se, assim, que a biblioteca não é apenas uma instituição guardiã de livros, mas uma unidade adaptada às necessidades de seu tempo e, principalmente, de seus usuários. As cinco leis de Ranganathan (1931) abordam fundamentos básicos da Biblioteconomia, a saber:

1. Os livros são para serem usados – o livro é um meio que impulsiona o conhecimento. E podemos observar a importância de uma biblioteca na seguinte frase: “quem tem informação, tem poder”. Aponta para o livro como um meio e não como tendo um fim em si mesmo.
2. Todo leitor tem seu livro – o bibliotecário deve fazer o estudo dos usuários, observando a clientela para preparar o acervo. Aponta para a seleção de acordo com o perfil do usuário.
3. Todo livro tem seu leitor – refere-se a disseminação da informação, em que se deve divulgar os livros existentes em cada biblioteca. Aponta para a importância da divulgação do livro, sua disseminação, antecipando a estética da recepção.
4. Poupe o tempo do leitor – a arrumação e catalogação dos documentos diminui o tempo necessário para encontrar a informação desejada. Aponta para o livre acesso às estantes, o serviço de referência e a simplificação dos processos técnicos.
5. Uma biblioteca é um organismo em crescimento – o bibliotecário deve controlar esse crescimento, verificando qual a informação que está sendo usada, através de estatísticas da consulta e empréstimo. Decorre da explosão bibliográfica que exige atualização das coleções e previsão do crescimento da área ocupada pela biblioteca. (RANGANATHAN, 1931 apud PORTAL DO BIBLIOTECÁRIO, 2018, n.p, grifo do autor).

Considerando a necessidade de adaptação a um determinado contexto sócio-histórico e, especialmente, aos leitores, a incumbência da formação leitora é de quem tem a responsabilidade de incentivar a leitura, além da família. Desse modo, enfatiza-se a importância dos profissionais da educação, professores e bibliotecários, pelo fato de atuarem como mediadores da leitura.

Nesse processo de mediação, esses profissionais podem aproximar os leitores do texto e auxiliarem no processo reflexivo, compreendendo o que está sendo lido. Além disso, podem promover novos rumos e uma verdadeira transformação na vida dos leitores, consoante argumentação de Petit (2009, p. 11):

trabalhar por conta própria, utilizar documentos com autonomia, familiarizar-se com uma bibliografia ou tomar notas são competências que podem ser desenvolvidas na biblioteca – com a condição, é claro, de que um profissional esteja ali para ajudar. As bibliotecas também estão qualificadas para contribuir para uma mudança de atitude em relação à leitura.

Outro aspecto que merece destaque, dentre os relatos das experiências compartilhadas por Petit é a forma como a biblioteca e a leitura são percebidas pelos

entrevistados, visto que, para a autora, a prática leitora deve ser motivada e não imposta, cabendo ao próprio leitor a tarefa de perceber e atribuir importância à leitura:

Vivendo em bairros marginalizados, iam à biblioteca para fazer as lições de casa, encontrar um local estruturante, um profissional pronto para aconselhá-los, formas de sociabilidade que os protegessem das ruas. Mas também encontraram ali meios de passar a uma relação com o conhecimento e com a cultura escrita, mais autônoma, em que a curiosidade pessoal tinha sua parte. Uma outra relação com a leitura. (PETIT, 2009, p. 11).

Do grupo de mediadores, fazem parte todos os profissionais envolvidos com a educação, ou mais especificamente, as pessoas comprometidas em desenvolver ou resgatar a prática de leitura, muitas com formação específica e preparo adequado, outras, nem tanto. Isso porque o trabalho, além de exigir criatividade, perspicácia e entusiasmo, é lento e gradativo. Muitas vezes, intuitivo, em virtude da busca por parcerias na tentativa de mudar as evidências negativas retratadas em pesquisas.

Ao se referir à ação mediadora na vida dos jovens, Petit (2009, p. 113) afirma que “quando um adolescente de um meio onde a leitura não é fácil dá um passo à frente (culturalmente) é porque quase sempre algum mediador contribuiu para a sua evolução: na verdade, professores e bibliotecários ajudaram muito esse jovem.” Ademais, a respeito da influência da leitura no desenvolvimento do indivíduo, por meio de encontros em que autor e leitor contribuem para a construção dos sentidos e resultados, a autora acrescenta:

Repito que é sempre na intersubjetividade que os seres humanos se constituem, e suas trajetórias podem mudar de rumo depois de algum encontro. Esses encontros, essas interações, às vezes são proporcionados por uma biblioteca, quer seja um encontro com um bibliotecário, com outros usuários ou com um escritor que esteja de passagem. Pode ser também, certamente, encontros com os objetos que ali se encontram. Com algo que se aprende. (PETIT, 2009, p. 53).

Destarte, além de disponibilizar acesso à informação, à aquisição de conhecimentos e ao lazer como já se enfatizou, a leitura, de forma democrática, possibilita a formação e o crescimento intelectual, cultural e social dos indivíduos.

A prática leitora, assim, torna-se um significativo recurso à aprendizagem, do mesmo modo que a biblioteca se constitui em relevante espaço para incentivo dessa

prática, sem deixar de considerar ações de mediação, essenciais à efetivação do ato de ler e do aprendizado.

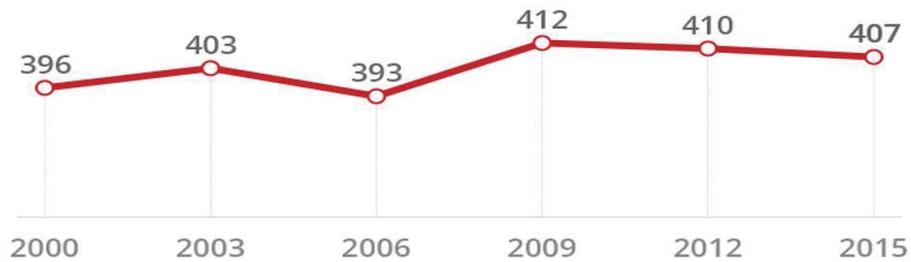
Nessa perspectiva, a mediação exerce a função de elo, ou seja, compartilhamento de informações e estabelecimento de relações, conforme corrobora Almeida Júnior (2007, p. 6):

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; propicia a apropriação de informação que satisfaz, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Referentemente à prática leitora, indispensável ao crescimento humano e ao desenvolvimento intelectual, importante considerar os dados da última prova do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), aplicada no ano de 2015, com uma amostra brasileira “que contou com 23.141 estudantes de 841 escolas, que representam uma cobertura de 73% dos estudantes de 15 anos”, conforme destaca matéria de Ana Carolina Moreno, para a Seção Educação do site G1, do grupo Globo (2016, n.p). De acordo com as estimativas do último relatório sobre a crise da aprendizagem no Brasil, os alunos podem demorar cerca de 260 anos ou mais para obtenção de uma proficiência em leitura.

A prova do PISA, aplicada a cada três anos, é coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo, no Brasil, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Especificamente ao que tange à habilidade leitora, o PISA define o “letramento em leitura como a capacidade de os estudantes entenderem e usarem os textos escritos, além de refletir e desenvolver conhecimentos a partir do contato com o texto escrito e participar da sociedade.” (MORENO, 2016, n.p). Sendo assim, a prova de leitura avalia o domínio da mesma em três aspectos: localização e recuperação de informações, integração e interpretação e, por fim, reflexão e análise.

Na última prova realizada, 50,99% dos estudantes ficaram abaixo do nível 2 de proficiência de leitura, uma vez que a média de desempenho foi de 407 pontos. O respectivo desempenho é demonstrado, de forma comparativa, entre os anos de 2000 a 2015, no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Desempenho dos estudantes brasileiros em leitura

Fonte: G1 (2016, n.p)

O baixo índice de leitura no Brasil corresponde à 59ª posição no ranking mundial entre os 70 países em que a prova foi aplicada em 2015 e só confirma a evidência de que os espaços escolares, biblioteca e sala de aula, não têm sido devidamente aproveitados para a prática de leitura. Diferentemente dessa constatação, esses espaços devem, por excelência, aproximar os alunos às práticas leitoras. Não obstante, mesmo com esforços de alguns profissionais, o resultado nem sempre corresponde ao surgimento ou fortalecimento de adeptos das referidas práticas.

Distintamente desta realidade, de acordo com Milanese (1985), já houve um tempo em que a biblioteca foi sinônimo de poder por configurar o espaço destinado aos livros que detinham o saber. Nessa época, somente os mais ricos possuíam recursos para acervo próprio como afirma o referido autor: “A obra literária era cara, e só os mosteiros (que a produziam) e os homens que detinham o poder, davam-se ao luxo de possuir um livro” (p. 19). Entretanto, “não só os religiosos retinham e preservavam os manuscritos; os reis e outras personalidades de destaque começavam progressivamente a formar suas coleções particulares” (p. 19). Isso significa que um mesmo espaço é capaz de englobar conhecimentos das mais diferentes áreas e das diversas teorias e, por extensão, útil a todas as pessoas, independente da época ou classe social.

Ao atribuir outro sentido, Jouve (2012) se refere à influência dessa leitura que pode ser construtiva ou destrutiva, servindo, portanto, para salvar ou matar, com o poder de despertar para a beleza da vida ou atrair para a morte. Tudo depende dos desígnios interpretativos e receptivos do leitor, bem como do tipo de obra lida, isto é, “A leitura tem a ver com a alienação, a dependência, a doença, a morte, o veneno, mas também com a proteção, o refúgio, o alisamento e o embelezamento.” (p. 40). O autor ainda acrescenta: “o interesse de um texto, então, não resulta daquilo que

seu autor quis significar, mas daquilo que é objetivamente significado” (p. 71).

De acordo com Almeida, Costa e Pinheiro (2012), o bibliotecário pode contribuir para a construção do significado, uma vez que, na posição de mediador, proporciona o elo entre o leitor e a informação. Desse modo, no contexto educacional atual e de acordo com o foco deste estudo, as práticas de leitura podem estar associadas ao papel do bibliotecário pelo fato deste auxiliar o usuário na busca por informações em diversos suportes informacionais e desenvolver um processo de mediação, não se restringindo unicamente aos serviços de atendimento ao público e à organização do acervo.

Ainda, segundo os referidos estudiosos, no processo de mediação, o papel do bibliotecário vai além da ação de organizar o material a ser utilizado, uma vez que contribui para o processo de aprendizagem, de autonomia e de liberdade de escolha dos usuários por meio do auxílio à busca de informações.

O bibliotecário mediador é quem proporciona o elo entre o leitor e a informação, de forma significativa, o que corresponde dizer que ele oferece ao leitor a oportunidade de ser ator no contexto da informação, deixando esse indivíduo de ser apenas um espectador e passe a utilizar as informações para se tornar cidadão responsável pela sociedade na qual vive e garantir um futuro melhor para si mesmo. (ALMEIDA; COSTA; PINHEIRO, 2012, p. 476).

Nessa mesma linha de pensamento, Almeida Junior (2007) defende que a mediação da informação pode acontecer de duas formas: a explícita e a implícita, ou seja,

A primeira dá-se nas atividades fins dos equipamentos informacionais, principalmente no chamado Serviço de Informação e Referência (preferimos essa expressão no lugar da comumente empregada, Serviço de Referência e Informação, buscando privilegiar a palavra Informação). A outra, mediação implícita ocorre nas atividades meio, como a aquisição, o processamento técnico, etc. (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 7).

Ao desenvolver atividades direcionadas ao usuário, desde os serviços de processamento técnico ou seleção de títulos e materiais que integram o acervo, o bibliotecário realiza a mediação. Dessa forma, suas tarefas são executadas pela integração de seus conhecimentos às necessidades dos usuários, facilitando, assim, o acesso destes às informações.

As ações desenvolvidas pelo bibliotecário têm o propósito de formar práticas e desenvolver competências, para que os usuários se sintam mais seguros em suas pesquisas e na busca por informações. É, pois, a apropriação de conhecimentos que garante aos alunos a aplicação, a adaptação e a transformação desses conhecimentos em um pleno exercício de prática leitora consciente e criativa.

Diante da abordagem do exercício profissional do bibliotecário, convém ressaltar a importância de sua formação acadêmica. A Biblioteconomia é uma das modalidades da subárea da Ciência da Informação e, conforme classificação das áreas do conhecimento, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), constitui-se em subárea das Ciências Sociais Aplicadas. Entre as modalidades que a Ciência da Informação engloba, destacam-se: Teoria da Informação, Teoria Geral da Informação, Processos da Comunicação, Representação da Informação, Teoria da Classificação, Métodos Quantitativos, Bibliometria, Técnicas de Recuperação de Informação, Processos de Disseminação de Informação.

Na década de 80, Milanesi (1986) já destacava esse importante aspecto da formação profissional voltada mais à técnica, pois, segundo ele, “Crítica-se a excessiva tecnização das escolas de Biblioteconomia. Há uma divisão nítida entre as disciplinas técnicas e as chamadas culturais” (p. 125). Considerando esse aspecto tecnicista, majoritariamente, a Ciência da Informação e suas modalidades, entre elas, a Biblioteconomia, dirigem o foco às informações científicas e tecnológicas, excluindo, na maioria das vezes, a informação cultural e a prática leitora.

Contrariando esse ponto de vista, Almeida Júnior (2007) defende a leitura como centro da apropriação da informação, pois, de acordo com seus estudos, a leitura possibilita a posse de toda e qualquer informação.

A leitura está no cerne da apropriação da informação. Esta não existe a priori, não existe antecipadamente; por ser intangível, não concreta, ela apenas se concretiza no processo de mediação. Por ser intangível, a informação precisa do documento para ser veiculada e apropriada. A informação também é disforme, moldando-se ao acervo de conhecimentos de quem a procura. Assim, o documento permite a comunicação da informação. Por sua vez, a decodificação desse documento, o decifrar de sua linguagem, enfim, a leitura é que possibilitará sua apropriação. Denomino o processo que vai da comunicação, via documento, até a transformação do conhecimento de uma pessoa, de mediação da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 44).

Complementarmente, Almeida, Costa e Pinheiro (2012) afirmam que a ação de mediar compreende muito mais envolvimento do que simplesmente a indicação de uma obra para ler. Nesse sentido, para que a mediação aconteça efetivamente, é fundamental que o bibliotecário desenvolva ações que despertem o interesse pelo livro, ou melhor, pela leitura, discuta sua importância, questione e oportunize a interação do leitor com o texto e com a informação, para que o sujeito se sinta participativo e realize interações durante o ato de ler.

O bibliotecário mediador é quem proporciona o elo entre o leitor e a informação, de forma significativa, o que corresponde dizer que ele oferece ao leitor a oportunidade de ser ator no contexto da informação, deixando esse indivíduo de ser apenas um espectador e passe a utilizar as informações para se tornar cidadão responsável pela sociedade na qual vive e garantir um futuro melhor para si mesmo. (ALMEIDA; COSTA; PINHEIRO 2012, p. 476).

Outrossim, para a formação de novos leitores, é importante que o bibliotecário conheça o público, para que possa recomendar obras de acordo com o perfil dos diferentes usuários, com a formação acadêmica ou com as preferências de cada um. Dessa forma, a leitura não pode ser uma imposição, pois isso pode causar uma impressão de cobrança e provocar o afastamento do leitor. De modo especial, nos anos iniciais, os usuários, ao serem atendidos na biblioteca escolar, precisam de uma atenção maior, para que sejam conquistados pela leitura.

As bibliotecas dos IFs, especificamente a do IF do Rio Grande do Sul, foco deste estudo, devido à verticalização da educação, atendem a um público amplo, o que exige dos bibliotecários e da equipe de profissionais uma preparação e um cuidado ainda maior com os alunos, especialmente com os incipientes.

Segundo Hillesheim e Fachin (2004), a preocupação com a formação de leitores, assim como com o envolvimento do bibliotecário, é primordial para o aprimoramento da habilidade leitora. Para as referidas autoras, “as atividades de incentivo à leitura são imprescindíveis em qualquer escola, principalmente no Ensino Fundamental, onde essas ações deveriam ser realizadas com colaboração mútua entre professores e biblioteca” (p. 35).

Sob essa ótica, a participação efetiva do bibliotecário, por meio de frequente incentivo às práticas leitoras, pode contribuir para a ativação do interesse pela leitura, isto é, “a presença do bibliotecário passou a ser valorizada e fundamental

para o desenvolvimento das atividades de incentivo à leitura e outras inerentes à biblioteca.” (HILLESHEIM; FACHIN, 2004, p. 36).

Pondera-se, portanto, que a dedicação a esse papel de mediador deva ser significativa para que, nas tentativas de incentivo à leitura e à pesquisa, não aconteçam frustrações de expectativas em decorrência de informações equivocadas e práticas ineficientes, o que pode provocar o afastamento de possíveis novos leitores. Sendo assim, na concepção das autoras, o bibliotecário precisa ser atuante como mediador e buscar transformar a biblioteca em um ambiente de fomento à leitura, capaz de “criar e desenvolver programas de incentivo à leitura, participar do planejamento escolar e inserir-se como participante ativo de todas as atividades da escola.” (HILLESHEIM; FACHIN 2004, p. 38).

No que se refere à biblioteca escolar, a International Federation of Library Association - IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) prescreve como missão “promover serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios.” (IFLA, 1999, n.p). Sob essa premissa, reforça a importância do desenvolvimento de parceria entre os bibliotecários e professores, tendo em vista que o trabalho integrado destes “influencia o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de literacia¹ na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação.” (IFLA, 1999, n.p).

Conforme o tipo de público atendido, mesmo sendo no ambiente educacional, as bibliotecas estabelecem propósitos diferenciados. No que diz respeito ao IFRS, as bibliotecas dos campi atendem a um público mais abrangente, como já se mencionou, em virtude de englobarem responsabilidades das bibliotecas escolar e universitária. Por conseguinte, essa dupla responsabilidade exige mais dedicação dos bibliotecários, até mesmo, esforço além de suas condições, dos recursos disponíveis e das obrigatoriedades próprias da função. Desse modo, precisam buscar capacitação e promover atividades de acesso aos usuários, visando à formação do educando, do acadêmico e do cidadão.

¹ Qualidade da pessoa letrada, de quem é capaz de adquirir conhecimento através da escrita e da leitura, para desenvolver suas capacidades.

No que se refere à formação de leitores, pode-se afirmar, mais uma vez, que há um longo percurso a ser trilhado. Entretanto, projetos e ações que promovam o fomento à leitura, por mais simples que pareçam, devem ser realizados por meio de parcerias que viabilizem resultados eficazes. Apesar das dificuldades como a ausência de uma formação mais direcionada ou a falta de estrutura em relação à mediação de leitura, é essencial que o bibliotecário participe efetivamente como mediador.

A interação com a informação pode contribuir para o desenvolvimento da formação leitora dos sujeitos envolvidos nesse ambiente, além de uma construção social via produção do conhecimento. Reiterando essa perspectiva, o processo de mediação é motivo de destaque para Neves (2011, p. 417), uma vez que

busca a construção do conhecimento que se dá por meio de um movimento complexo, em que os sujeitos interagem com a informação, uns com os outros, processando-as para, de acordo com seu foco e suas possibilidades cognitivas, se apropriarem dos conteúdos acessados, sendo a mediação da informação etapa subsidiária do desenvolvimento. Todos (mediadores e usuários), ao interagir com a informação, são sujeitos do conhecimento interpostos pelos conteúdos, tecnologias, suportes, meios e ambientes.

Segundo Rasteli e Cavalcante (2013), são necessárias algumas competências e habilidades para que a mediação, com efeito, aconteça. Entre essas competências, destacam-se: ser leitor ativo; conhecer as teorias básicas da leitura; valorizar as narrativas orais e o acesso à informação em seus diferentes suportes; conhecer as políticas públicas para o livro e a leitura; trabalhar em equipe; estabelecer parcerias; buscar a educação continuada, entre outras que acentuem a relevância da prática de mediação. Em relação a esses requisitos, ser leitor ativo pode ser considerado um dos mais importantes, tendo em vista o pressuposto de que, para incentivar a leitura, é preciso, primeiramente, o apreço pela prática leitora.

Sob tal premissa, a competência leitora do bibliotecário pode facilitar a aproximação entre o usuário da biblioteca e o texto, oportunizando uma troca de experiências de leitura equitativamente, despertando, com isso, o interesse do aluno para leitura de obras sugeridas. No entanto, pode acontecer exatamente o contrário, isto é, a inexperiência e o desinteresse de profissionais pode desestimular o hábito de leitura, pois, de acordo com Almeida Júnior e Bicheri (2013, p. 41), “na formação do leitor é imprescindível que haja, a princípio, pessoas envolvidas a meios/recursos para o desenvolvimento de gosto e competência para a leitura.”

Em relação a esse aspecto, Caldin (2005) aponta reflexões acerca do papel do bibliotecário de uma biblioteca escolar, ao afirmar que “o êxito de uma biblioteca escolar em cativar leitores depende de duas variáveis: do acervo bibliográfico e do profissional que nela atua” (p. 163). Acrescenta ainda: “além de despertar o gosto pela leitura como forma habitual de lazer, um dos objetivos da biblioteca escolar é a formação do cidadão consciente e capaz de um pensamento crítico e criativo” (p. 163). Sob esse prisma, o referido autor salienta que o bibliotecário deve, acima de tudo, ser um leitor erudito para ter condições de transformar a visão de espaço educacional em função cultural.

Rösing (2001) defende a importância da criação de centros de promoção de leitura de múltiplas linguagens como forma de contribuir com a formação de novos leitores. Para a autora, é comum encontrar educadores que não adotam a prática leitora como atividade frequente, o que influencia diretamente na forma de incentivo à leitura. Desse modo, o docente só consegue transmitir o valor que atribui à leitura caso seja um leitor ativo. Rosing (2001) acredita, então, que cabe ao professor a missão de cativar os alunos para a leitura qualificada, de modo que esta não se constitua numa obrigatoriedade. Acrescenta também sua tristeza ao observar que professores “constituem-se, portanto em meros transmissores de um conhecimento que não ajudaram a construir, revelando, portanto, falta de curiosidade, ausência de um sentimento investigativo” (p. 10).

Ao oportunizar o acesso à informação, o bibliotecário assume, em seu local de trabalho, o papel de educador, contribuindo não apenas com o processo de leitura, mas também, com o de aprendizagem. Dessa forma, favorece o desenvolvimento da capacidade reflexiva de forma mais ampla e criteriosa, permitindo aos alunos a expansão de conhecimentos, conforme aponta Caldin (2005, p. 2): “uma das funções da biblioteca é ensinar o aluno a pensar e, portanto, é sua função também (bibliotecário) ensinar os usuários a refletir e questionar os saberes registrados, verificar a pertinência, a aplicabilidade das ideias contidas nos livros.”

Além do fator constitutivo de ser leitor ativo, vários outros são importantes na atuação do bibliotecário como mediador de leitura, tais como: espaço no qual a biblioteca está instalada; acessibilidade; horário de atendimento; acervo e organização deste; acesso livre às estantes; disponibilidade para exposições ou atividades culturais; espaço acolhedor e silencioso destinado à leitura;

disponibilidade financeira para realização de projetos e ações; postura consciente do papel de mediador da informação e da leitura por parte do profissional bibliotecário, capaz de encantar e envolver o público, permitindo que este se sinta participante ativo, sem o exercício da prática de imposição.

Pressupõe-se, assim, que a missão da biblioteca escolar, universitária, enfim, multinível, é a de prestar assistência ao educando em relação à sua aprendizagem, disponibilizando o acesso a materiais em seus diversos suportes, bem como auxiliando-o na identificação e localização das inúmeras fontes de informação.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Em virtude de o foco desta pesquisa corresponder às bibliotecas do IFRS, considera-se relevante fazer uma abordagem do aspecto histórico em relação ao surgimento dos IFs de Educação, como se originaram e qual o conceito de EPT proposto por eles.

De acordo com o Portal do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (2016), os IFs surgiram com uma proposta diferenciada de abrangência educacional, principalmente no que se refere ao público e ao atendimento de diversos níveis educacionais, desde o ensino médio até a pós-graduação. Inclusive, alguns campi oferecem o sistema de internato. Neste, o aluno reside na instituição e participa das atividades que envolvem a parte prática (mais frequente em campi que eram Escolas Técnicas ou Agrotécnicas e se transformaram em IFs). Acredita-se, portanto, que esse atendimento extensivo a vários níveis educacionais seja a particularidade que difere os Institutos das Universidades Federais.

Pacheco (2012, p. 13) considera o surgimento dessas instituições uma revolução na EPT, haja vista que um de seus principais fundamentos é “a organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior.” Destarte, uma nova concepção que oportuniza o compartilhamento de espaços de aprendizagem a docentes e a discentes nos mais diferentes níveis de ensino, isto é, da educação básica até o doutorado.

Não obstante, essas mudanças implicam na necessidade de reestruturação, desde o aspecto documental e legislativo ao físico e laboral, pois muitas das instituições que se transformaram em Institutos não possuíam nem mesmo um regimento específico para nortear os trabalhos ou regulamentar as diretrizes.

Para resolução de tal problema, a reformulação estrutural ocorre com a pretensão de fundamentar esse diferencial dos Institutos, com a ampliação do público a ser beneficiado, num mesmo espaço compartilhado, o que tem exigido constante aprimoramento profissional e adequação da comunidade escolar envolvida.

O processo de criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFET) tem seu início a partir da aprovação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esta institui a RFEPCT e cria os referidos Institutos, marcando,

assim, o surgimento de uma nova concepção de Instituição de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2008).

De acordo com Pacheco e Morigi (2012, p. 7), a maior parte das instituições que compõem atualmente a RFEPCT tem sua origem nas antigas Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas no ano de 1909. O autor frisa que a concepção de rede configura muito mais que um agrupamento de instituições, pois abrange aspectos organizacionais, estrutura e formato de gestão, além de diretrizes para desempenho das atividades, funcionamento de forma colaborativa e interativa em todo o território nacional devido à federalização e ainda destaca:

Na acepção da lei, trata-se de uma rede, pois congrega um conjunto de instituições com objetivos similares, que devem interagir de forma colaborativa, construindo a trama de suas ações tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social. É federal por estar presente em todo o território nacional, além de ser mantida e controlada por órgãos da esfera federal. De educação, por sua centralidade nos processos formativos. A palavra educação está adjetivada por profissional, científica e tecnológica, pela assunção de seu foco em uma profissionalização que se dá ao mesmo tempo pelas dimensões da ciência e da tecnologia, pela indissociabilidade da prática com a teoria. O conjunto de finalidades e características que a lei atribui aos institutos orienta a interatividade e o relacionamento intra e extrarrede. (PACHECO; MORIGI, 2012, p. 57).

Segundo o autor, outras instituições, com distintas denominações e em diferentes momentos, servem de base à constituição da RFEPCT. Assim como as Escolas de Aprendizes, outras são incorporadas e sofrem transformações, de acordo com os órgãos a que se vinculam e subordinam.

No ano de 1937, as Escolas de Aprendizes são transformadas em Liceus Industriais; mais tarde, em 1942, recebem a denominação de Escolas Industriais e Técnicas; posteriormente, em 1959, as Escolas Técnicas Federais também passam a fazer parte dessa composição. Nos anos de 1967 e 1978, unem-se à Rede Federal, respectivamente, as Escolas Agrícolas e os Centros Federais de Educação Técnica (CEFETs). Outras instituições com vínculos às Universidades Federais também se juntam ao conjunto.

Apesar de todo o agrupamento e de todas as iniciativas, somente em 2008, por intermédio de Lei Federal, é que são criados dos IFs. Salienta-se que estes complementam a RFEPCT. Todavia, optam por não aderir aos Institutos Federais: 02 CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades Federais, o Colégio Pedro II e a

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), todas com educação profissional em todos os níveis.

A partir da criação dos IFs, configura-se um novo modelo de instituição educacional, profissional e tecnológica. Diante dessa nova realidade, passa a ser necessária uma reestruturação, com um processo de reorganização da estrutura existente, porém, com mudanças radicais no formato organizacional, a fim de se adequar à nova amplitude educacional e às novas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.892/2008.

A exigência de uma reformulação ocorre devido à primordialidade de modificação do padrão existente de organização da educação e ampliação de cobertura ao público atendido. Ainda que o novo sistema educacional pudesse fazer uso do potencial já estabelecido e ofertar modalidades diversificadas, as especificidades e particularidades das instituições constituem um aspecto limitador à Rede Federal, não absorvendo a amplitude de alcance para o novo formato de educação, conforme prescreve o artigo 2º da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às Universidades Federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica. (BRASIL, 2008, n.p).

Ao atribuir aos IFs a denominação de Instituições de Educação Superior, Básica e Profissional, são outorgadas atribuições distintas e inovadoras, haja vista a prática incomum de uma mesma instituição receber autorização para atuar em vários níveis de ensino. Essas novas incumbências possibilitam a ação dos IFs em um sistema de educação verticalizada que, além de abranger diferentes níveis de ensino, podem atuar nas modalidades da educação profissional, de ensino presencial, semipresencial e à distância.

Essas modalidades favorecem a formação continuada, pois, após a conclusão do ensino médio, as pessoas podem aprofundar conhecimentos e se especializar em cursos técnicos, de graduação e em programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

Tendo em vista a ampliação e a diversidade de possibilidades educativas, destaca-se a EPT, para a qual o ensino técnico é considerado de nível médio, e a graduação tecnológica de nível superior.

No que se refere ao aspecto de gestão e organização, Pacheco (2011) enfatiza a necessidade de se fundamentar uma identidade para a instituição, orientada por práticas educativas verticalizadas, ou seja,

Em relação à estrutura organizacional e de gestão, é preciso manter sempre em mente que a consolidação da identidade institucional requer uma gestão superior unificada decorrente de uma ação educativa verticalizada, da vinculação da pesquisa e das atividades de extensão a todos os níveis de ensino – e não somente a pós-graduação, como tem sido tradicionalmente aceito. (PACHECO, 2011, p. 52).

Criados com o propósito de promover o desenvolvimento social e econômico, por meio de um processo educativo diferenciado, os IFs caracterizam-se por ofertar uma formação que visa à qualificação dos cidadãos, capacitando-os para atuação profissional nos distintos setores da economia, promovendo, assim, o desenvolvimento educacional e socioeconômico de cada região, e por extensão, do país.

Com enfoque direcionado à integração e à verticalização da educação, os cursos dos IFs são ancorados no tripé indissociável: ensino, pesquisa e extensão. Para incentivar a pesquisa aplicada, a difusão do conhecimento científico e as inovações tecnológicas promovem o crescimento profissional e cultural, bem como incitam o senso crítico, aspectos essenciais à formação de qualquer cidadão, conforme argumenta Pacheco (2011, p. 50):

O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias. Essas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Com relação à expansão da RFEPCT, destaca-se que a mesma se compõe, na atualidade, de 38 IFs nos mais diferentes estados do país, atuando, aproximadamente, em 568 municípios, com 644 unidades, denominadas campi, todas com atendimento presencial. No estado do RS, há 03 IFs, isto é, Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) e Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionou-se o IFRS, em virtude da familiaridade e atuação da pesquisadora como bibliotecária no campus Erechim. Em razão disso e, fundamentalmente, em respeito a questões éticas e à imparcialidade da pesquisa, este campus não integra a investigação.

No que diz respeito ao IFRS, contextualizando-o historicamente, pode-se afirmar que, assim como os demais, faz parte da RFEPCT, por isso, caracteriza-se como uma Instituição Federal de ensino público e gratuito. Com uma estrutura multicampi, sua finalidade é a de promover a EPT de excelência, como também, impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões, às quais pertencem suas unidades.

Em sua criação, o IFRS se estrutura a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo em seguida, são incorporados mais dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, da cidade de Rio Grande. No decorrer do processo, unidades de ensino técnico são federalizadas nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os campi de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Hoje todas fazem parte do IFRS na condição de campi.

Atualmente, a reitoria está instalada na cidade de Bento Gonçalves e conta com 17 campi em atuação: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande e Sertão. Em processo de implantação, os campi de Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Todos os campi possuem bibliotecas que atendem a diversos níveis de ensino, do ensino médio até a pós-graduação, com variações de cursos disponibilizados por região, sendo que o campus Erechim e o campus Porto Alegre

não oferecem ensino médio até o momento. A intenção é que essa opção se estenda a todos os campi. Entretanto, Erechim e Porto Alegre ofertam cursos técnicos concomitantes ao ensino médio – que se trata de uma formação técnica profissional para os alunos que estão cursando o ensino médio e desejam complementar a formação. Sendo assim, também recebem alunos desse nível escolar em seus campi.

O campus Sertão oferece o sistema de internato. Esse diferencial se deve ao fato de ter iniciado suas atividades como Escola Agrícola, em 1957, passando por várias mudanças e denominações até 2008, quando se transforma em Instituto Federal de Educação.

Os últimos relatórios, com base nos dados obtidos em julho de 2018, apontam que o IFRS possui cerca de 20 mil alunos em mais de 250 opções de cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). O Instituto oferece também cursos de pós-graduação, Programas do Governo Federal e Formação Inicial Continuada (FIC). Isso corresponde a um número aproximado de 1020 professores e 950 técnico-administrativos.

Conforme dados divulgados pelo MEC, em março de 2017, o IFRS possui, em uma escala que vai até 5,0, o conceito 4,0 no Índice Geral de Cursos (IGC). Este indicador se refere à avaliação do ano de 2015.

Tendo em vista que um dos objetivos dos IFs é a definição de políticas que contemplem as necessidades e as demandas regionais, o IFRS identifica a diversidade como sendo uma das características prioritárias para nortear suas ações. Nessa perspectiva, os campi atuam em diversas áreas como Agropecuária, Engenharias, Área Industrial, Vitivinicultura, Turismo, Moda, entre outras.

No que tange à adequação e à reestruturação, todos os setores, inclusive as bibliotecas, necessitam de reformulação quanto à postura profissional e ao atendimento. Ou seja, é preciso uma busca de identidade, pois as bibliotecas dos Institutos não se encaixam restritamente no perfil de biblioteca escolar, tampouco universitária, em virtude dos diversos níveis da educação verticalizada. Por atender a um público misto ou híbrido, as diretrizes das bibliotecas da Rede Federal exigem, de seus profissionais, uma reorganização de padrões e de procedimentos norteadores das ações profissionais.

3.1 BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS

Vários fatores influenciam no surgimento de novas e numerosas instituições privadas de ensino superior no Brasil, dentre eles, a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), isto é, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A flexibilização desta Lei permite que muitas outras instituições ampliem os serviços oferecidos, com o propósito de aproveitar o aumento da demanda de alunos que concluem o ensino médio, oportunizando a oferta de dois níveis de ensino simultâneos.

De acordo com a LDB, os princípios norteadores para a educação no Brasil devem considerar os seguintes requisitos: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle. Ao cumprir tais requisitos, as instituições podem fornecer condições necessárias ao desenvolvimento dos indivíduos, o que se evidencia em seu artigo 3º, a saber:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extra-escolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 (BRASIL, 1996, n.p).

Referentemente ao ensino superior, as instituições de iniciativa privada devem atender às normas vigentes da Constituição Federal Brasileira de 1988, desde que “atendidas às devidas condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e avaliação de qualidade.” (MATTOS; PINHEIRO, 2006, p. 4). Salienta-se que, por intermédio de projetos de pesquisa e extensão, também podem concorrer ao recebimento de recursos financeiros públicos. Assim sendo, “As universidades devem gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão” (MATTOS; PINHEIRO, 2006, p. 4), sem deixar

de considerar que as instituições públicas federais se subordinam à União e sua organização pode estar vinculada a um sistema de autarquia ou fundações públicas, com limitações de autonomia.

Em sua essência, os fundamentos para que as bibliotecas atendam às demandas informacionais se assemelham. Dessa forma, este setor deve atender às exigências de informação, promover ações de fomento à pesquisa e à leitura, independente da classificação por tipo de comunidade atendida. Todavia, apesar das bibliotecas escolares e universitárias desempenharem seu trabalho em conformidade com as diretrizes do ensino e aprendizagem, o atendimento a públicos diferenciados requer distintos objetivos e métodos, a fim de abranger, de forma igualitária, a diversidade de usuários. Apesar de parecer uma missão fácil teoricamente, na prática, são necessárias muitas adequações para que se possa ampliar o atendimento, respeitando a heterogeneidade do público e, ao mesmo tempo, conservar as particularidades respectivas a cada nível, de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 – Biblioteca escolar X biblioteca universitária

Biblioteca escolar	Biblioteca universitária
Tem por objetivo atender aos interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola na qual está inserida. Atende, prioritariamente, a alunos, professores, funcionários da unidade de ensino, podendo, também, ampliar sua ação para atender aos familiares de alunos e à comunidade moradora do entorno. Localiza-se dentro de uma unidade de ensino pré-escolar, fundamental e/ou médio. Segue os preceitos do Manifesto da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar e no Brasil a Lei nº 12.244 dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país.	Tem por objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende a alunos, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica em geral. É vinculada a uma unidade de ensino superior, podendo ser uma instituição pública ou privada. A Biblioteca Universitária dá continuidade ao trabalho iniciado pela Biblioteca Escolar. É item de avaliação constante pelo MEC, para aprovação e qualificação de cursos de nível superior. Pode, em algumas situações, assumir características e funções de uma biblioteca especializada e/ou centro de referência, dependendo do vínculo institucional e das propriedades atribuídas.

Fonte: SNBP (2014, n.p)

Com a criação dos IFs e sua proposta diferenciada de abrangência educacional, do nível básico ao superior, as instituições públicas também reformulam suas propostas e expandem as opções de ensino, principalmente, no que tange ao público e ao atendimento de diversos níveis educacionais, pois, segundo Mattos e Pinheiro (2006),

O grau de conhecimento adquirido na biblioteca dependerá do cumprimento de suas funções, tanto pelos usuários quanto pelos seus funcionários e pela administração escolar, que terão que se adaptar ao processo de mudança implementado e romper com procedimentos e serviços inadequados. (MATTOS; PINHEIRO, 2006, p. 2).

Considerando os requisitos e as particularidades de funcionamento das bibliotecas, pode-se afirmar que as exigências para o ensino médio são diferentes das determinadas para o ensino superior. Por consequência, atender a ambas requer uma ampla reestruturação. Em se tratando das bibliotecas dos IFs, há uma maior dificuldade em classificá-las devido à maior abrangência educacional, ou seja, pela oferta de cursos em diversos níveis de ensino. Além do mais, como participam de projetos e programas governamentais, as possibilidades de acesso à EPT são ampliadas, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Possibilidades de acesso à EPT

Nível	Programa	Ação
Médio: - Médio Integrado ao Técnico	- Formação Inicial e Continuada (FIC) - Pronatec - Programa Mulheres Mil	- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Documento em debate) - TEC NEP
Técnico Subsequente Superior: - Tecnológico, - Bacharelado - Licenciatura	- Rede Certific - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) - Programa de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação	- Política de Formação Humana na Área de Pesca Marinha, Continental e Agricultura Familiar - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Acordo com o Sistema S
Pós-Graduação: - Lato e Stricto Sensu		

Fonte: EPCT (2016, n.p)

Ainda não existe uma normatização que especifica essa nova categoria de biblioteca, a qual engloba o atendimento a diversos níveis de ensino. Mattos e Pinheiro (2006) adotam a definição de bibliotecas mistas para classificar o novo perfil das novas bibliotecas escolares e universitárias, no sentido de estabelecer um conceito que possa abranger a conjunção desses dois tipos de bibliotecas. Para os autores, “cabe a cada administração verificar as reais necessidades do seu público para assim criar ou melhorar sua estrutura e serviços prestados.” (MATTOS; PINHEIRO, 2006, p. 11). Salientam ainda que, nesse tipo de biblioteca, tanto o acervo quanto os produtos e serviços oferecidos “precisam estar alinhados, simultaneamente, ao que é proposto no projeto político pedagógico da instituição,

nos critérios de avaliação estabelecidos pelo Ministério da Educação - MEC e da comunidade escolar” (p. 11).

Sob essa ótica, Blattmann e Cipriano (2005) contribuem com suas pesquisas, apresentando os diferentes tipos de público e espaços da biblioteca, do pré-escolar à universidade e concordam que o uso do termo mistas atende à definição de bibliotecas escolares e de ensino superior. Acreditam também que os objetivos desse setor devem estar de acordo com a finalidade da instituição educacional, isto é, “preparar o educando para interagir na sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual e pessoal” (p. 6). Para que isso aconteça, esse setor precisa se organizar, com o propósito de oferecer “oportunidades de ampliar conhecimentos dos educandos, de planejar e executar atividades para incentivo da leitura e da pesquisa de sua comunidade indiferente se iniciantes ou pós-graduados.” (BLATTMANN; CIPRIANO, 2005, p. 6).

Becker e Faqueti (2015) também apresentam suas contribuições em relação ao panorama das bibliotecas da RFEPCT, tendo em vista o aspecto de gestão organizacional. As autoras salientam que a “construção da identidade das bibliotecas da Rede EPCT está diretamente vinculada ao tipo de usuários que estas atendem” (p. 43) e apontam a necessidade de avaliar a tipologia das bibliotecas para, assim, serem classificadas. Dessa forma, as bibliotecas podem receber denominações distintas: infantil, escolar, universitária, especializada. Contudo, essa classificação se dá em conformidade com a especificidade do acervo determinado ao público atendido, ou seja, “as bibliotecas são classificadas de acordo com algumas características específicas que possuem em relação aos usuários/acervo.” (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 43). As autoras também confirmam que o termo mistas deve ser empregado para designar as bibliotecas dos IFs em virtude de atenderem a níveis diversos de ensino.

Além da denominação bibliotecas mistas, há autores que defendem a terminologia bibliotecas híbridas, para classificar setores que abrangem uma diversidade de público. Entretanto, esta mesma expressão é utilizada para designar o tipo de suporte, impresso e/ou digital. Nesse sentido, Garcez e Rados (2002) consideram a definição híbrida a mais indicada, justamente por agregar diferentes tecnologias e fontes de informação num mesmo ambiente, não somente digital, nem unicamente impresso, mas com um melhor domínio de fontes informacionais

impressas e digitais, uma vez que representa a união dos tipos de suporte e tecnologias, permitindo que valores sejam agregados aos serviços prestados.

Garcez e Rados (2002) abordam o tema bibliotecas híbridas sob o enfoque da educação a distância e destacam que, nesse tipo de biblioteca, há a necessidade de uma maior integração entre materiais e serviços oferecidos aos usuários por possuírem necessidades informacionais distintas, isto é, “proporcionando a flexibilização necessária para a oferta de serviços de qualidade, que agreguem valor, adaptados à diversidade de usuários e diferentes locais para viabilizar o produto, com foco no cliente” (p. 5).

Na sequência de contribuições, em 2014, Sonia Oliveira Matos Moutinho, bibliotecária de um IFs, apresenta uma nova definição para esse tipo de biblioteca: multinível. Para ela, com o surgimento dos Institutos, surge uma nova modalidade de biblioteca: “percebemos que uma melhor definição voltada para os tipos de usuários para quem essas bibliotecas prestam serviços, seria melhor denominada como bibliotecas multiníveis.” (MOUTINHO, 2014, p. 74). Com a ampliação das novas demandas, oriundas da criação dos IFs, especifica a abrangência do referido termo:

Na literatura biblioteconômica, as bibliotecas são classificadas em: Públicas, Nacionais, Universitárias, Escolares e Especializadas; antes da criação dos Institutos, as bibliotecas dos Cefets se enquadravam na tipologia de bibliotecas escolares e especializadas, pois forneciam material informacional aos alunos do ensino médio e técnico profissionalizante. Após a criação da lei 11.892/2008, essas bibliotecas se tornaram escolares, universitárias e especializadas, pois passou a ter demandas dos níveis: ensino médio, técnico, graduações e pós-graduações tecnológicas, programas como PIBIC, PARFOR, Mulheres Mil, Certific, entre outros. Com essa grande quantidade de cursos e modalidades, surge uma instituição ímpar em nosso país, uma instituição multinível e multimodal, sendo necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa instituição possui, a que classificaremos como bibliotecas multiníveis, pois atende a usuários de vários níveis de ensino. (MOUTINHO, 2014, p. 74).

Ao adotar essa nova concepção, Almeida (2015) defende o termo multinível como uma nova tipologia às bibliotecas da RFEPCT, e por considerar a finalidade das bibliotecas, defende este conceito como o mais apropriado:

Define-se que biblioteca multinível é toda aquela unidade de informação que quanto à finalidade atende aos usuários de diversos níveis de ensino. Considerando este conceito como mais completo e abrangente da complexidade que diferencia a biblioteca da Rede Federal EPCT das demais, adota-se nesta pesquisa a terminologia biblioteca multinível. E defende-se que esta terminologia deve ser reconhecida como um novo tipo de biblioteca. (ALMEIDA, 2015, p. 46).

De acordo com Almeida (2015), a biblioteca multinível deve ser incluída na listagem de tipologia de bibliotecas quanto à sua finalidade. Com este propósito, apresenta a diversidade dos tipos de biblioteca, conforme ilustra o Quadro 4.

Quadro 4 – Novas tipologias de bibliotecas quanto à finalidade

Tipo de biblioteca	Finalidade
Nacional	Preservar a memória nacional, quanto à produção bibliográfica e documental de uma nação.
Pública	Atender às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade, independente de classe social, cor, religião ou profissão. Segundo a entidade mantenedora, estas podem ser federais, estaduais ou municipais.
Universitária	Atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários em nível superior de graduação e pós-graduação. Segundo a organização das coleções, podem ser centralizadas ou descentralizadas.
Escolar	Fornecer material informacional necessário às atividades de professores e alunos de uma escola. Deve estar intimamente relacionada com a escola, para funcionar como verdadeiro complemento das atividades realizadas em sala de aula, dando suporte informacional necessário aos processos de ensino-aprendizagem. Desempenha importante papel na formação de leitores e no fomento à prática da leitura.
Especializada	Atende a um grupo restrito de usuários, reunindo e divulgando documentos de um campo específico do conhecimento. Podem ser subordinadas a uma entidade científica e de pesquisa, a uma empresa industrial ou comercial, ou mesmo a um serviço público especializado.
Infantil	Destinadas à recreação para crianças, incluindo estímulo à leitura, com acervo bem selecionado para tal propósito. Pode proporcionar atividades como clube da leitura, escolinhas de arte, exposições, dramatizações, hora do conto, contação de histórias, entre outras.
Especial	Atender a uma categoria especial de usuários, tais como: pessoas com dificuldades de visão e deficientes visuais. Deve fornecer, neste caso, acervo sonoro ou em suporte papel com Braille, ou com escrita em tipos maiores.
Multinível	Atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores, servidores técnico-administrativos e alunos em nível profissionalizante, médio, técnico, superior de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu). Segundo a organização das coleções, assemelham-se às universitárias, podendo ser centralizadas ou descentralizadas. São, por exemplo, as bibliotecas das instituições da Rede Federal EPCT.

Fonte: Almeida (2015, p. 44)

Essa nova configuração educacional, proposta pelos IFs, configura um grande desafio, isto é, a necessidade de reestruturação, com mudanças extremas em todo o ambiente organizacional, bem como na estrutura física. Setores como as bibliotecas passam a ser afetados diretamente com essas mudanças, pois é necessário abrigar, em um mesmo ambiente, acervo para atender aos usuários de diversos níveis educacionais, bem como acomodar a diversidade de público de forma harmoniosa.

Becker e Faqueti (2015) destacam que a história das bibliotecas da RFEPCT registra, com o passar do tempo, inúmeras mudanças. A partir de 2008, tais mudanças são mais profundas, pois, “diante desta reorganização, a construção dessa nova identidade favorece substancialmente a comunidade e os estudantes da educação básica, que podem usufruir de bibliotecas universitárias” (p. 45). A concepção de biblioteca multinível, portanto, é recente, ainda sem consenso entre os bibliotecários que integram os IFES.

Diante da necessidade de se classificar as bibliotecas que atendem a diversos níveis de ensino e para designar, especificamente, as bibliotecas do IFRS, adota-se, neste estudo, o termo multinível. E considerando os aspectos expostos, pode-se afirmar que as readequações exigidas à nova estrutura educacional abrangem uma reestruturação física e organizacional, bem como atualização e formação para os servidores atuantes na RFEPCT.

De acordo com Pacheco (2011), os IFs oferecem uma formação educacional voltada à atuação profissional em três níveis: aos trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para realização de suas atividades profissionais; àqueles que precisam da formação em nível médio técnico; àqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas.

Neste novo cenário, com aumento e diversificação das necessidades informacionais, “as bibliotecas, como espaços de informação, devem estar preparadas para atuar nesse novo contexto múltiplo informacional.” (ALMEIDA, 2015, p. 45). Toda essa reorganização exige que o bibliotecário desenvolva novas competências, para que possa atuar com eficiência e qualidade no atual contexto, pois, em conformidade com Moutinho (2014, p. 76), o bibliotecário precisa assumir uma nova postura, “devendo este abordar novas condutas gerenciais de melhorias para o enfrentamento da complexidade e multidiversidade do novo contexto tecnológico que se apresenta nos Institutos Federais.”

Diante da amplitude das mudanças, com o passar do tempo, os profissionais bibliotecários da RFEPCT entendem que a melhor opção é a de trabalhar em grupo, uma vez que fazem parte de um mesmo sistema, tanto instituições centenárias quanto as implantadas juntamente com a criação dos IFs. Desse modo, a criação de associações e de Grupos de Trabalho (GT) facilita o desenvolvimento do trabalho nas bibliotecas.

Já com a criação dos IFs, em 2008, instituições federais de educação profissional, cada qual com uma biblioteca, unem-se para fazer parte de um mesmo Instituto, o que faz com que se inicie um diálogo entre os bibliotecários e um convergir das ações destes profissionais e dos encaminhamentos dessas bibliotecas. No ano de 2011, foi criada a Comissão Brasileira de Bibliotecas da RFEPCT - CBBI (Fórum Nacional..., 2011), com representantes de todas as regiões do país, fato que demonstrou a necessidade de se pensar e articular ações em prol dessas bibliotecas. (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 42).

A partir desse movimento de busca por um trabalho coletivo, são realizados estudos à procura de elucidações e soluções para vários questionamentos, procedimentos mais adequados, melhoria de rotinas de trabalho e organização. Isso porque a literatura biblioteconômica nem mesmo a legislação fornecem respostas convincentes. As experiências compartilhadas, assim, auxiliam no processo de reestruturação da RFEPCT. Diante dessa decisão, em outubro de 2011, institui-se a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI), composta por 01 presidente e 02 representantes de cada região do país, totalizando 11 pessoas, visando à ampla representatividade nacional.

Em conformidade com Becker e Faqueti (2015), entre as importantes ações mantidas pela CBBI, destaca-se a criação e organização dos GTs.

Criados a partir da necessidade demandada pelos bibliotecários da Rede. Temas emergentes são estudados e analisados pelos membros que compõem esses grupos, cuja necessidade de reflexão, discussão e elaboração de diagnósticos e proposituras são de importância para o desenvolvimento das Bibliotecas da Rede, em consonância com os mais modernos e eficientes parâmetros técnicos da área. Deste modo, estruturaram-se os Grupos de Trabalho para ofertar propostas para o avanço das estruturas físicas, organizacionais, de serviços e produtos das Bibliotecas. Atualmente a CBBI possui os seguintes Grupos de Trabalho:

- a) Portal de Periódicos da CAPES;
- b) Normatização e Normalização de Publicações;
- c) Formação e Desenvolvimento de Coleções;
- d) Biblioteca Digital, Informatização e Educação à Distância;
- e) Gestão de Biblioteca e de Pessoas;
- f) Processamento Técnico de Publicações;
- g) Arquitetura de Bibliotecas e Acessibilidade;
- h) Cadastro de Bibliotecas e Profissionais da Rede;
- i) Avaliação Institucional;
- j) Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SBBI) e Programas de Capacitação;
- k) Ação Cultural. (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 46).

De acordo como Portal da CBBI, as principais finalidades desta Comissão são:

- Representar as Bibliotecas das RFEPCT junto aos diversos segmentos organizados da sociedade, tais como: órgãos governamentais; entidades ligadas à educação, pesquisa e extensão; sociedade civil; dentre outros;
- Atuar como veículo de articulação, discussão, deliberação, encaminhamento, acompanhamento e execução das políticas e ações necessárias ao desenvolvimento das Bibliotecas ligadas à RFEPCT;
- Desenvolver atividades de capacitação, estudos, pesquisas e propostas vinculadas às atividades das Bibliotecas da Rede. (CBBI,2014, n.p).

No intuito de atender a tais pressupostos, as bibliotecas das instituições que fazem parte da RFEPCT, em sua maioria, IFs, organizam-se para, conjuntamente, formar um Sistema de Bibliotecas, objetivando facilitar, diante deste novo cenário educacional, o desenvolvimento do trabalho das bibliotecas.

3.2 SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFRS

A proposta educacional dos IFs compreende uma organização pedagógica verticalizada e, por abranger vários níveis de ensino, possibilita que docentes ampliem seu campo de atuação, da educação básica à superior, e, aos alunos, proporciona o compartilhamento de ambientes educacionais que envolvem, nesse conjunto, a estrutura física e o quadro funcional da instituição. Para Pacheco (2011), essa verticalização demanda o desenvolvimento de um trabalho mais reflexivo dos profissionais da educação, visando à construção da autonomia dos educandos.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação tecnológica. (PACHECO, 2011, p. 26).

Dispostos em uma estrutura multicampi, constituída por um conjunto de unidades, cada um dos campi, apesar de ter as mesmas atribuições e prerrogativas, atende às necessidades específicas das regiões em que estão inseridos.

Os campi são ancorados, como já se mencionou neste estudo, no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o qual constitui o eixo fundamental e norteador do ensino superior. Essa constituição organizacional exige uma nova postura dos profissionais da educação, haja vista a necessidade de

capacitação para orientarem um público diversificado, bem como demanda uma nova reestruturação dos setores, de modo especial, das bibliotecas. Sendo assim, é imprescindível que o trabalho desenvolvido nas bibliotecas seja organizado com dinamicidade e eficiência, com planejamento e integração de ações e recursos, permitindo a otimização dos processos e serviços ofertados.

Os bibliotecários do IFRS adotam um sistema de trabalho integrado, articulando o compartilhamento de ações, com a finalidade de agilizar o atendimento e disponibilizar produtos e serviços de qualidade.

De acordo com Becker e Faqueti (2015), a constituição de um Sistema de Bibliotecas é essencial para que se possa dinamizar a gestão organizacional, para um melhor gerenciamento de recursos e produtos oferecidos em cada unidade (biblioteca), considerando que a unificação dos trabalhos, proporciona agilidade e eficiência, ou seja, “Para que se formalize essa integração das bibliotecas, é necessário que a instituição crie uma unidade organizacional sistêmica que congregue todas as bibliotecas de campus, comumente denominada de “Sistema de Bibliotecas.” (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 71).

Devido à diversidade de público que compõe os cursos e programas oferecidos, bem como pela proposta político-pedagógica inovadora, os IFs exigem que os profissionais envolvidos nesse âmbito educacional, quer sejam professores ou técnicos, ou ainda funcionários da instituição, todos considerados educadores, assumam uma postura de trabalhadores em educação. Para Pacheco (2011), essa estrutura multicampi e a oferta educacional pluricurricular diferencia os IFs das demais instituições, porém requer das unidades e dos profissionais um trabalho integrado e um direcionamento à construção de uma rede de saberes compartilhada.

A partir da compreensão e da assunção dessa forma de organização da educação profissional e tecnológica, observa-se que o espaço estabelecido pela oferta múltipla de formação proporciona uma ambiência em que as multifacetadas do processo educativo se evidenciam e trazem a possibilidade de se estabelecerem nexos internos e promover a inter-relação de saberes. Isso concorre para um tratamento mais adequado à natureza da ciência, que é multi e interdisciplinar. (PACHECO, 2011, p. 26).

Por conseguinte, a normatização de processos e ações é de fundamental importância às bibliotecas, tendo em vista que as unidades pertencem à mesma instituição e possuem objetivos comuns, possibilitando, sob o intermédio da padronização, uma maior agilidade e qualidade nos produtos e serviços ofertados.

Por meio do estudo sobre as práticas de gestão do conhecimento no Sistema de Bibliotecas Universitárias Federais, de autoria de Araújo, Pereira e Oliveira (2010), identifica-se a importância dessa normatização e compartilhamento. As autoras salientam que o trabalho em equipe facilita o desenvolvimento do trabalho na biblioteca, objetivando o crescimento da instituição como um todo.

É a partir de um ambiente favorável e de uma equipe coesa que se pode começar a pensar em compartilhamento de informações e gestão do conhecimento de um modo mais preciso, entendendo o processo e sabendo como se podem usar os resultados dessa ação em prol do desenvolvimento institucional. (ARAÚJO; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 247).

Araújo, Pereira e Oliveira (2010) apresentam as características das bibliotecas universitárias do Paraná que compõem o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi/UFPR), realidade bastante diferente em comparação aos IFs, haja vista o tempo de existência dessas instituições, bem como outros fatores, dentre eles, o quadro funcional, tamanho de acervos, serviços prestados e, principalmente, atendimento a um público mais específico, o universitário, com diretrizes pré-estabelecidas para este segmento educacional. Ao reforçarem a valorização do capital intelectual e humano, as autoras argumentam que “as organizações do mundo todo estão cada dia mais preocupadas em preservar o capital intelectual nelas existente” (p. 245), visando oferecer produtos e serviços com maior qualidade. Assim, “o capital humano é cada dia mais valorizado, seja em instituições públicas ou privadas, pois há um esforço crescente por parte das organizações para se colocarem à frente de seus concorrentes.” (ARAÚJO; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 245).

O trabalho coparticipativo, com o intuito de facilitar o desenvolvimento das atividades organizacionais, também é defendida por Becker e Faqueti (2015), ao enfatizarem que o desempenho e a qualidade dos serviços e produtos propiciados pelas bibliotecas da Rede recebem influência direta dos trabalhos em equipe.

Ainda em relação a esse aspecto, os referidos autores destacam que a importância dessa estrutura organizacional, a qual tem em vista o compartilhamento de conhecimentos e experiências nos Sistemas de Bibliotecas, justifica-se porque “ocorre o compartilhamento de saberes e competências pelos profissionais bibliotecários participantes do sistema e há liderança de um profissional bibliotecário

para dinamizar a gestão integrada das bibliotecas.” (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 71).

Em se tratando da organização de uma regulamentação específica de funcionamento, a criação e a formalização de um Sistema de Bibliotecas envolve uma certa burocracia, pelo fato de instituir diretrizes e regimentos e, principalmente, por compreender a conscientização da necessidade e dos benefícios de um trabalho corporativo.

Segundo Becker e Faqueti (2015), é importante que essas unidades organizacionais contem com o apoio de uma hierarquia superior, com a finalidade de conseguir se estabelecer e ganhar força de ação, pois a “formalização envolve a criação de uma estrutura composta de uma coordenação e demais segmentos a ela vinculados, e uma localização definida na estrutura organizacional maior da instituição” (p. 72).

O estudo desenvolvido por Becker e Faqueti (2015) sobre o panorama das bibliotecas da RFEPCT, além de permitir a identificação da existência de Sistema de Bibliotecas nos Institutos Federais, a maioria dentro da Rede Federal, aponta resultado satisfatório em relação aos Institutos que possuíam SiBi estruturados ou em processo de organização, com um crescimento do movimento de 68% em 2014 para 83% em 2015. Desse modo, além do objetivo de facilitar o desenvolvimento dos trabalhos na biblioteca, a implantação do SiBi oportuniza:

- a) o desenvolvimento de uma proposta integrada de gestão participativa;
- b) a construção de uma rede de cooperação e parcerias entre os campi;
- c) o compartilhamento e intercâmbio de serviços e produtos;
- d) a otimização no uso dos recursos financeiros;
- e) a melhoria da qualidade dos serviços e atendimento de suas demandas,
- e
- f) a cooperação na gestão das instituições educacionais. (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 73).

Diante da diversidade de particularidades dos IFs, as bibliotecas dos diferentes campi administram as novas demandas, readequando rotinas, no sentido de incluir serviços voltados para o público escolar e também universitário. A maior complexidade consiste em viabilizar espaços e serviços para atender a um público amplo e diversificado num mesmo local, o qual compreende, ao mesmo tempo, o uso e o compartilhamento de sua infraestrutura física, ambientes e recursos de

aprendizagem, assim como recursos humanos e estrutura organizacional como já se enfatizou neste estudo.

Mediante os resultados verificados na linha de organização das bibliotecas da RFEPCT, os bibliotecários do IFRS decidem, então, formar um Sistema Integrado de Bibliotecas, a fim de facilitar o trabalho em rede. Após muitas reuniões e coleta de informações, o SiBIFRS é criado em agosto de 2013, com uma coordenação geral itinerante, com mandato de 2 anos, localizada fisicamente no campus de origem do bibliotecário eleito.

A coordenação atual está a cargo da bibliotecária do campus Rio Grande, Josiane S. da Silva. Com o intuito de padronizar as rotinas técnicas e administrativas, o SiBIFRS estabelece um único software de gerenciamento dos serviços, Pergamum, objetivando uniformizar os trabalhos em todas as bibliotecas que fazem parte do referido sistema. Dessa forma, por intermédio de manuais de orientação, estrutura-se a padronização de ações rotineiras do setor como a catalogação e o registro de Autoridades e Circulação, entre outras, a partir de normas para empréstimo domiciliar.

No que diz respeito à Circulação, a intenção é que os acervos estejam disponíveis para os usuários de todos os campi, para que se efetive o empréstimo entre bibliotecas. No entanto, devido à distância geográfica entre os campi, esse procedimento acontece somente entre os que apresentam maior proximidade espacial. Outro agravante que impede esse processo é a limitação dos acervos. Como a maioria dos campi são novos, com cortes significativos no orçamento desde a implantação, o acervo é direcionado para atender cursos oferecidos pelos próprios campi. Desse modo, dificulta-se o atendimento aos outros usuários da Rede, visto que os poucos exemplares disponíveis são muito utilizados dentro do campus ao qual pertencem.

O SiBIFRS também busca a uniformidade para os documentos que envolvem as práticas executadas nas bibliotecas. Para tanto, há GTs ou comissões, designadas por Portarias, cujo intento é o de elaborar e reorganizar os documentos, orientando, assim, o desenvolvimento das atividades. Com algumas reuniões presenciais, na maioria das vezes, via webconferência, por meio dos GTs, o SiBIFRS já tem aprovado vários documentos, dentre eles, o Regimento Interno, a Política de Desenvolvimento de Coleções, a Instrução Normativa referente à

cobrança de multas e a Instrução Normativa que regula a aquisição de acervo bibliográfico.

É importante salientar que o Sistema de Bibliotecas visa elaborar e estruturar diretrizes comuns a todas as bibliotecas dos IFs, bem como estabelecer e compartilhar documentos, procedimentos, produtos e serviços. Similarmente, facilitar e contribuir, de forma cooperativa, para que todas as bibliotecas possam se desenvolver igualmente, sem desrespeitar as particularidades de cada uma. Considerando os 17 campi atuantes do IFRS, o SiBIFRS é composto por um total de 20 profissionais bibliotecários e também servidores que atuam nas bibliotecas desses campi.

A biblioteca está presente nos documentos que orientam a educação básica, sobretudo pelo fato dos IFs equipararem-se às Universidades Federais. Além do mais, esse setor tem seu valor institucional legitimado, em virtude de se constituir em unidade de avaliação e reconhecimento oficial de cursos de educação superior, bem como credenciamento de instituições de ensino superior, atividades executadas pelo MEC.

Neste contexto, a presente pesquisa pretende verificar a prática de ações de mediação de leitura no âmbito do IFRS, considerando a extensa relação de responsabilidades e atividades atribuídas ao bibliotecário e a heterogeneidade dos usuários. A maioria das bibliotecas dos campi dos IFRS possui apenas um bibliotecário e um quadro reduzido de servidores, além de um horário estendido para atendimento aos usuários dos cursos nos três turnos ofertados.

Tendo em vista esse cenário, busca-se identificar se o bibliotecário consegue, além de suas atribuições costumeiras, que incluem desde a preocupação em organizar o saber até a sistematização do acesso às informações, atuar como mediador de leitura, promovendo projetos e ações de incentivo, foco da próxima seção.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para o alcance dos objetivos determinados à pesquisa, delimitou-se um caminho a ser percorrido. Relevante, portanto, a escolha da metodologia mais adequada, bem como a definição de conceitos clássicos e formas de classificação, uma vez que um dos grandes desafios da pesquisa é o de estabelecer relação entre teoria e prática, num processo que compreende a teoria como a sistematização da prática. Desse modo, a teoria assume, especialmente no meio acadêmico, o status de verdadeira ciência, o que lhe garante primazia sobre a prática (CORACINI, 1998). Sob tal premissa e em conformidade com Minayo (2010), a metodologia envolve a descrição tanto da teoria quanto da prática. Para o autor,

entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método) os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal, e sua sensibilidade). (MINAYO, 2010, p. 16).

Complementarmente, Gil (2010) considera que a metodologia versa sobre o caminho escolhido para alcançar um objetivo mais específico e define método científico como um conjunto de processos teóricos e técnicos empregados no sentido da obtenção do conhecimento.

Nessa mesma perspectiva, Minayo (2010, p. 16) corrobora, afirmando que a pesquisa científica constitui-se em “uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.” Dessa forma, considera que o conjunto formado por teoria e técnicas, aliado ao potencial criativo do pesquisador, é o que possibilita trilhar um caminho investigativo pretendido, ou seja,

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (MINAYO, 2010, p. 16).

Tendo em vista os pressupostos expostos, são dispostas, nesta seção, as etapas do percurso metodológico do presente estudo, considerando que os procedimentos adotados visam à obtenção da resolução da problemática da pesquisa, a qual corresponde à investigação das ações e da atuação do bibliotecário como mediador de leitura e promotor de projetos e ações de incentivo da mesma.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Considerando a linha de pesquisa *Leitura e Formação do Leitor* e os objetivos norteadores deste estudo que se concentram em investigar as ações de mediação de leitura nas bibliotecas multiníveis do IFRS e identificar de que forma essas ações contribuem positivamente na formação de leitores, a pesquisa é de natureza qualitativa.

Sob as abordagens exploratória e descritiva, constitui-se em um estudo de caso, reunindo aspectos da pesquisa bibliográfica e os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevista semiestruturada e questionário. Por configurar uma pesquisa de natureza qualitativa, em virtude da especificidade do problema, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70),

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Considerando o ponto de vista da natureza qualitativa, para Prodanov e Freitas (2013, p. 51), a pesquisa “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” Em relação à mesma natureza da pesquisa, Minayo (2010) esclarece que não há necessidade de comprovação das premissas estabelecidas, pois cabe ao pesquisador avaliar as características do ambiente e as questões que o envolvem, sem necessariamente participar ou influenciar os resultados, apenas retratá-los. Dessa forma, pode-se afirmar que a pesquisa qualitativa delinea a realidade social, conforme palavras do próprio autor:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2010, p. 22).

Quanto à abordagem exploratória, Gil (2010) aponta-a como uma oportunidade de aprofundamento da questão problemática, tornando-a mais clara e objetiva, o que facilita a percepção. Destaca ainda que, nessa perspectiva, a pesquisa pode compreender mais de uma fase, como levantamento bibliográfico, seguido, ou não, de entrevista com indivíduos que possuam conhecimentos e/ou práticas com o problema pesquisado e ainda envolver a análise de referências que fomentam o entendimento.

No que se refere à abordagem descritiva, o autor esclarece que objetiva a descrição dos aspectos de um determinado fenômeno ou universo específico por intermédio de instrumentos padronizados como coleta de dados, geralmente, revertendo-se em um levantamento.

Quanto à pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2010, p. 29-31), “é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros e artigos científicos.”

Em relação aos instrumentos de pesquisa, a entrevista foi aplicada aos bibliotecários dos campi do IFRS, a fim de identificar de que forma abordam a leitura junto à comunidade acadêmica e verificar quais as ações de mediação de leitura são praticadas no âmbito das bibliotecas do IFRS. Já o questionário contou com os discentes como público-alvo, objetivando identificar quais das atividades mediadoras realizadas e das quais participaram foram positivas.

O método selecionado para o desenvolvimento da pesquisa seguiu os fundamentos metodológicos do estudo de caso, fazendo uso de técnicas conceituadas, mas com certa autonomia decisiva durante o processo evolutivo da investigação, tendo em vista a obtenção de melhorias na prática. Segundo Gil (2009), usualmente por intermédio de um levantamento, esse método possibilita a identificação de características de uma determinada população ou fenômeno, permitindo o estudo de uma unidade, utilizando-se de técnicas de coleta de dados padronizados.

De acordo com Gil (apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60), “as pesquisas com esse tipo de natureza estão mais voltadas para a aplicação imediata de conhecimentos em uma realidade circunstancial, relevando o desenvolvimento de teorias.” Nessa perspectiva, Prodanov e Freitas (2013), apontam como principais aspectos desse tipo de pesquisa:

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade, etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60).

4.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento deste estudo de caso, uma vez que este visa obter a solução de problemas práticos, o foco inicial correspondeu à pesquisa bibliográfica, considerando a necessidade de busca por conceitos e delineamento da fundamentação teórica. A partir da seleção de materiais, foi possível identificar os relevantes para o estudo, isto é, os que serviriam de aporte teórico e conceitual para o tema escolhido.

A pesquisa compreendeu a consulta a diversas fontes de informação de natureza científica, incluindo livros, artigos, anais de congressos, bancos de teses e dissertações, periódicos, revistas e jornais. Dentre as fontes consultadas, destacam-se: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de Passo Fundo (UPF); Banco de Teses e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O estudo também incluiu a literatura de outras áreas, uma vez que o Programa de Pós-Graduação em Letras e a linha de pesquisa *Leitura e Formação do Leitor* abre possibilidades para ampliação da investigação, englobando áreas interdisciplinares como Biblioteconomia e Educação.

Com o intuito de investigar a existência de ações de mediação de leitura no âmbito das bibliotecas multiníveis nas IFES, procurou-se delimitar o ambiente de

pesquisa para o presente estudo. Dessa forma, estabeleceu-se como universo da pesquisa o IFRS.

A escolha se deu pelo fato desta instituição fazer parte da RFEPCT e atender a diversos níveis de ensino, da educação básica ao ensino superior, bem como por ser um ambiente familiar à pesquisadora, considerando a atuação profissional como bibliotecária em um dos campi do Instituto, como já se mencionou, justificando, assim, a escolha pelo método estudo de caso. Essa delimitação é essencial para o desenvolvimento da pesquisa, pois, segundo Minayo (2010, p. 62), é fundamental o “recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação.”

Visando investigar as ações desenvolvidas nas bibliotecas, bem como o papel dos bibliotecários como mediadores de leitura nas bibliotecas multiníveis do IFRS e, com base nessa averiguação, identificar de que forma contribuem positivamente na formação de leitores, objetivos foram devidamente determinados.

Para obtenção de respostas, definiu-se como objetivo geral: investigar a prática de ações de mediação de leitura realizadas no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS, e como objetivos específicos: identificar quais são estas ações; observar como as ações desenvolvidas nas bibliotecas conseguem se adequar aos diferentes tipos de público, do ensino médio à pós-graduação; apontar quais e como estas ações repercutem de forma a tornar a biblioteca um espaço efetivo na formação de leitores.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Diante dos propósitos estabelecidos, foram escolhidos como sujeitos desta pesquisa os bibliotecários que integram o SiBIFRS, bem como os discentes de campi do IFRS.

Dessa forma, o desenvolvimento do estudo englobou duas etapas, considerando a participação de bibliotecários e alunos a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (Apêndice A). A primeira etapa compreendeu o envolvimento dos bibliotecários dos 16 campi do IFRS, salientando que o Campus Erechim não foi incluso na pesquisa, através do envio de uma entrevista semiestruturada por correio eletrônico (Apêndice B). Já a segunda etapa

envolveu os discentes por meio da aplicação de um questionário pelo mesmo processo, via correio eletrônico (Apêndice C).

A escolha dos sujeitos se justifica em virtude da necessidade de se identificar e verificar as práticas de mediação de leitura realizadas no âmbito do IFRS. No que se refere aos bibliotecários, para averiguação dessas ações e da forma como acontecem. Já na perspectiva dos discentes, para identificação da percepção e interesse destes diante das mediações de leitura realizadas pelos bibliotecários ou por outros profissionais e setores do IFRS.

Para envolver os diferentes sujeitos, foram escolhidos os instrumentos para coleta de dados, tendo em vista distintas perspectivas para identificação da prática das referidas ações mediadoras de leitura, foco desta pesquisa.

Para a primeira etapa, como já mencionado, a opção foi pela entrevista semiestruturada, a fim de se colocar em evidência as práticas mediadoras de leitura, realizadas no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS, envolvendo os bibliotecários como executores de tais ações. Em um segundo momento, o questionário foi visto como instrumento mais indicado, tendo em vista a identificação do perfil dos alunos respondentes, assim como a percepção e interesse destes mediante ações de leitura desenvolvidas no IFRS.

Assim, no intento de alcançar os objetivos propostos, a escolha desse instrumento de pesquisa, a entrevista semiestruturada, como primeira etapa do procedimento metodológico, com o devido conteúdo discriminado, ocorreu devido à possibilidade de se estipular um roteiro pré-estabelecido, com questões objetivas e de múltipla escolha, detalhado no Quadro 5.

Quadro 5 - Descrição da entrevista semiestruturada - bibliotecários

Questão	Propósito	Técnica de coleta
1 a 4	Identificar os campi	Entrevista
5 a 10	Caracterizar as bibliotecas do IFRS	Entrevista
11 a 18	Descrever o perfil dos bibliotecários do IFRS	Entrevista
19 a 27	Reconhecer as ações do bibliotecário (exercício da função)	Entrevista
28 a 51	Especificar aspectos sobre a leitura e ações de mediação	Entrevista

Fonte: elaborado pela autora

Para dar continuidade ao processo investigativo, como já mencionado, a segunda etapa do procedimento metodológico envolveu questionário, com perguntas

fechadas e abertas, como forma de coleta de dados, junto aos discentes dos campi do IFRS, estruturado de acordo com o explicitado no Quadro 6.

Quadro 6 – Descrição do questionário - alunos

Questão	Propósito	Técnica de coleta
1 a 4	Caracterizar o perfil dos alunos	Questionário
5 a 13	Conferir informações sobre leitura e leitor	Questionário

Fonte: elaborado pela autora

Partindo do pressuposto de que esse instrumento de coleta pode conter perguntas fechadas e abertas, Prodanov e Freitas (2013) esclarecem que a objetividade e o limite de extensão são fundamentais. Ademais, é importante estruturá-lo em segmentos temáticos, com uma sequência lógica e “acompanhado de instruções que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 108).

4.4 ETAPAS DA PESQUISA

Como a temática escolhida se relaciona à biblioteca multinível e suas contribuições à mediação de leitura, no âmbito do IFRS, mediante o levantamento no BDTD da CAPES, foi possível verificar a existência de vários trabalhos direcionados à mediação de leitura literária. Entretanto, sem relação com a biblioteca como espaço de mediação, ou ainda, ao bibliotecário como agente mediador de informação e leitura.

Ao lançar as palavras-chave: mediação, leitura e bibliotecas, a pesquisa na BDTD apresentou 412 resultados, porém a maioria direcionada às bibliotecas públicas ou à leitura no ensino médio, ou ainda, às ações de mediação relacionadas aos docentes, às salas de aula e a outros ambientes, sem menção à biblioteca. Conveniente ressaltar também que, desse total, alguns temas eram anteriores à Plataforma Sucupira², o que impossibilitou o acesso aos mesmos. Dessa forma, foram selecionados nove temas relevantes para o desenvolvimento da presente pesquisa, expostos no Quadro 7.

² Ferramenta que serve para a coleta de informações, constituindo a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG); disponibiliza, em tempo real e com transparência, informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica.

Quadro 7 – Temas selecionados da BDTD

Título	Autor	Ano
Mediação da leitura em bibliotecas públicas	RASTELLI, Alessandro	2013 Mestrado - UNESP
Mediação da leitura em bibliotecas: revendo conceitos, repensando práticas	AMARO, Vagner da Rosa	2017 Mestrado - UFRJ
As contribuições da biblioteca escolar para a promoção da leitura e da cidadania	FIORINI, Fernanda Balestrerri	2015 Mestrado - UPF
Comunidades de prática online para as bibliotecas dos colégios de aplicação das IFES: um espaço de discussão sobre a mediação da leitura e da informação	VALDEZ, Tatyane Christina Gonçalves Ferreira	2015 Mestrado - UFRJ
Leitura e mediação: concepções de professores que atuam em bibliotecas escolares	OLIVEIRA, Lea Anny de	2014 Mestrado - UFU
Mediação oral da literatura: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando	BORTOLIN, Sueli	2010 Mestrado - UNESP
Mediação cultural em bibliotecas	BORBA, Adeneri Nogueira de	2016 Mestrado - Univali
Biblioteca escolar: da mediação à prática de leitura	LOURENÇO, Katiane Crescente	2010 Mestrado - PUCRS
Letramento literário: a mediação da leitura de obras literárias no processo de constituição de leitores competentes	OLIVEIRA, Thais de	2012 Mestrado - UNB

Fonte: elaborado pela autora

A opção por esse campo de pesquisa, conduziu à análise sobre a amplitude de atuação dos IFRS que, de acordo com Pacheco (2011), favorece a seguinte ponderação:

A organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes. A possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, faz com que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (PACHECO, 2011, p. 26).

A escolha pela investigação das bibliotecas do IFRS se justifica pelo fato destas abrangerem um público bastante amplo e distinto, desde o ensino médio até a pós-graduação como já se enfatizou. Além disso, existe a preocupação com a estrutura, a organização, a atuação dos bibliotecários e sua postura diante dessa diversidade de usuários, exigindo muito mais de seu potencial profissional, a exemplo da contribuição para a formação de leitores.

Considerando o impacto da ampla abrangência de atuação e em virtude da diversidade, as bibliotecas, ou melhor, principalmente elas, devem estar preparadas

para a variação de público, cada qual com suas particularidades e, de forma igualitária, prestar serviços e atendimento num mesmo ambiente.

Como já se enfatizou, as bibliotecas procuram se adequar, inclusive em termos de classificação, ora universitária, ora escolar. Assunto presente em congressos e listas de discussão entre os bibliotecários que compõem a RFEPCT. Ademais, o próprio tema *Identidade das bibliotecas da RFEPCT* já constituiu pauta de discussões em encontros da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da RFEPCT e dos bibliotecários que compõem a mesma em seus seminários anuais.

No que tange às questões éticas, para o desenvolvimento das duas etapas que configuram a pesquisa, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade.

Na primeira etapa do desenvolvimento deste estudo de caso, para identificação da existência de ações mediadoras de leitura no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS, a entrevista semiestruturada foi encaminhada, via correio eletrônico, aos bibliotecários que compõem o SiBIFRS. A referida entrevista contou com questões subjetivas sobre o funcionamento e atividades das bibliotecas do IFRS, bem como sobre a formação dos profissionais das bibliotecas e suas principais atribuições.

De acordo com Yin (1998), uma entrevista permite a solicitação de informações ou parecer dos informantes sobre ações ou assuntos pertinentes ao estudo, ou seja, “você pode perguntar aos respondentes-chave sobre os fatos de um assunto, assim como suas opiniões sobre os eventos” (p. 33). Nesse sentido, Gil (2010) assevera que a técnica da entrevista é a mais indicada à obtenção de informações sobre procedimentos e ações, opiniões e conhecimento dos indivíduos, bem como suas expectativas e crenças sobre determinados assuntos.

Considerando a definição de Triviños (1987), a entrevista semiestruturada aponta a possibilidade de se estabelecer um roteiro estruturado, porém com mais flexibilidade e possibilidade de variações, com questões previamente definidas, isto é,

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa [...]. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Ainda de acordo com este autor, a abordagem dos propósitos da entrevista possibilita que o informante tenha uma noção geral do que realmente interessa ao pesquisador. Por conseguinte, é substancial que este se expresse de forma clara e objetiva, contribuindo, assim, para um melhor entendimento do informante sobre seu papel e suas contribuições.

Na etapa seguinte, com a intenção de investigar as ações de mediação de leitura com repercussão positiva, lembradas pelos discentes, o questionário, encaminhado via correio eletrônico a eles, reuniu questões objetivas para facilitar a identificação dos dados, não cansá-los e incentivar a respectiva participação.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a objetividade e o limite de extensão são fundamentais em um questionário. Além disso, é importante “estar acompanhado de instruções que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas, a fim de motivar o informante” (p. 108). Complementarmente, Severino (2007, p. 125) afirma que, com a aplicação do questionário, pretende-se “levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo.”

A apresentação dessa trajetória metodológica facilita o entendimento da estrutura de pesquisa, concentrando-se na coleta de dados pertinentes aos objetivos determinados e obtenção de respostas à problemática que a norteia. Nessa perspectiva, após a coleta de dados, estes foram codificados, descritos e analisados à luz do marco teórico de referência. Com base na descrição e análise, os resultados da pesquisa são apresentados na próxima seção.

5 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Em virtude da especificidade do problema: de que forma as bibliotecas multiníveis de uma IFES conseguem contribuir com a formação de leitores, por intermédio de práticas mediadoras de leitura, fomentando a interação com seus usuários e evitando o aparente esvaziamento deste espaço, levando-se em consideração o distinto público abrangido e as diversas atividades que envolvem o setor? Objetivos, dessa forma, foram devidamente estabelecidos, tendo em vista a busca de respostas. Como objetivo geral definiu-se: investigar a prática de ações de mediação de leitura realizadas no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS, e como objetivos específicos: identificar quais são estas ações; observar como as ações desenvolvidas nas bibliotecas conseguem se adequar aos diferentes tipos de público, do ensino médio à pós-graduação; apontar quais e como as ações repercutem de forma a tornar a biblioteca um espaço efetivo na formação de leitores.

Ao focar tanto o problema quanto os objetivos como eixos norteadores, nesta seção, são apresentados os dados coletados na primeira etapa, entrevista semiestruturada com os bibliotecários, e na segunda, questionário, envolvendo os alunos. Ressalta-se que, por se tratar de uma abordagem qualitativa, “a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

A análise das informações obtidas segue o aporte teórico que embasa o presente estudo. De acordo com Minayo (2010, p. 61), essa fase da pesquisa permite a “aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas estabelece uma interação com os atores que conformam a realidade.” Assim, o formato, a escolha dos instrumentos e a definição dos parâmetros contribuem para a qualidade dos resultados que, segundo a autora, “dependem da clareza da questão colocada, do levantamento bibliográfico bem feito que permita ao pesquisador partir do conhecimento já existente, dos conceitos bem trabalhados que viabilizem sua operacionalização no campo” (p. 61).

Conforme estudos de Thiollent (2011), muitos aspectos contribuem para o desenvolvimento do raciocínio estruturado, para a obtenção de melhores resultados na coleta de dados, ou seja, “numa pesquisa sempre é preciso pensar, isto é, buscar

ou comparar informações, articular conceitos, avaliar ou discutir resultados, elaborar generalizações” (p. 34).

5.1 ANÁLISE DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: EM FOCO OS BIBLIOTECÁRIOS

Alicerçada no aporte teórico, a entrevista semiestruturada foi elaborada com o propósito de esclarecer questões vinculadas aos objetivos propostos neste estudo. Para tanto, procurou-se investigar a existência, e mais precisamente, as ações de mediação de leitura praticadas nas bibliotecas dos IFRS, como também o papel do bibliotecário como agente mediador.

Destaca-se que, para a aplicação desse instrumento de pesquisa, primeiramente, realizou-se um pré-teste, tendo em vista apontamentos e sugestões para melhorias. Para Gil (2010, p.107), o pré-teste é essencial, uma vez que “está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir.”

A definição pelo uso de correio eletrônico como forma de encaminhamento da entrevista se deu pelo fato de configurar um serviço digital que possibilita a facilidade de abrangência. Neste caso, dos bibliotecários, haja vista a distância geográfica entre os campi, contenção de despesas e tempo necessário para visita aos 16 campi do IFRS, o que, certamente, inviabilizaria este estudo.

Apesar da vantagem do recurso, em decorrência da extensão da entrevista, surgiu a necessidade de esclarecimentos para justificativas às respostas, o que acabou gerando novos questionamentos aos bibliotecários. Todavia, de acordo com Gil (2010, p.103), “o levantamento apresenta sempre algumas limitações no que se refere ao estudo das relações sociais mais amplas, sobretudo quando estas envolvem variáveis de natureza institucional.”

Considerando que os IFs estão organizados em uma estrutura multicampi, de modo especial, o IFRS, com um total de 17 campi, 5 ainda em fase de implantação, torna-se relevante frisar, uma vez mais, que todos contam com biblioteca e bibliotecário, totalizando 20 profissionais atuando nas bibliotecas do IFRS. Importante salientar também que a entrevista semiestruturada foi encaminhada a 19 bibliotecários, excluindo-se o campus Erechim por ser o local de trabalho da pesquisadora.

Consoante Gil (2010, p. 103), é fundamental a escolha da melhor forma de identificação dos dados, “qualquer que seja o instrumento utilizado, convém lembrar que as técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados.” Levando-se em conta essa premissa, na elaboração dos instrumentos de pesquisa, tanto a entrevista semiestruturada dirigida aos bibliotecários, quanto o questionário encaminhado aos discentes, a opção foi pela não identificação dos participantes, esclarecendo que a participação era opcional. Apenas foram solicitados dados de identificação dos campi, da biblioteca, do acervo e das rotinas dos bibliotecários e discentes.

Em virtude do respeito ao anonimato, para as questões da entrevista que solicitam sugestões, justificativas, proposições, entre outras considerações, neste estudo, os bibliotecários são identificados aleatoriamente pela sequência alfabética posposta à abreviação de bibliotecário (Bibl. A, Bibl. B, Bibl. C, sucessivamente até a letra O). Com essa intenção de anonimato, o encaminhamento de ambos os instrumentos foi feito pelo e-mail institucional da bibliotecária do campus Erechim, com a autorização do Reitor do IFRS. Convém mencionar que, ao se priorizar a estruturação dos questionários online, fez-se uso da ferramenta do Google docs.

5.1.1 Dados da entrevista semiestruturada com os bibliotecários

A solicitação online para participação dos bibliotecários do IFRS na pesquisa ocorreu no dia 3 de setembro de 2018, com previsão de 30 dias para recebimento das respostas. No entanto, devido ao envolvimento dos profissionais na organização de documentação para visitas de avaliação do MEC, bem como preenchimento de planilhas para aquisição de acervo bibliográfico para os campi, os bibliotecários solicitaram um prazo maior para que pudessem efetivar sua colaboração. O pedido foi devidamente atendido, com reenvio de informativo, por correio eletrônico, no dia 3 de outubro, estendendo o prazo até o dia 30 desse mês.

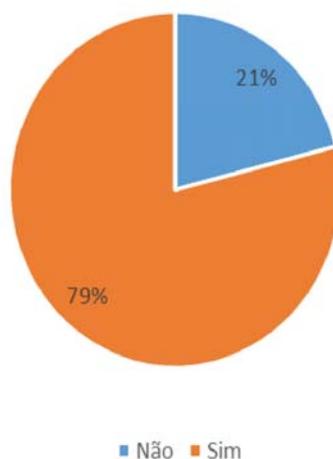
Tabela 1 – Participação dos bibliotecários na pesquisa

Descrição	Número	Percentual
Total de questionários encaminhados via correio eletrônico	19	100%
Total de questionários respondidos	15	79%
Total de questionários não respondidos	04	21%

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Respeitando-se o novo prazo estipulado, do total de 19 entrevistas encaminhadas, 15 campi deram retorno, conforme Tabela 1. Ou seja, quatro campi não apresentaram respostas, totalizando, assim, 15 entrevistas para análise. Inclusive, com a participação dos campi em implantação, cujo início oficial das atividades ocorreu no período entre 2014 e 2015.

Gráfico 2 – Participação dos bibliotecários na pesquisa

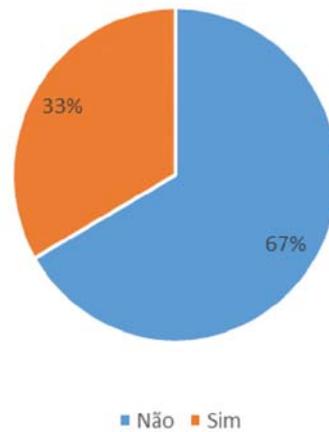


Fonte: dados da pesquisa (2018)

Por intermédio desse instrumento de pesquisa, inicialmente, busca-se, neste estudo, estabelecer um panorama das bibliotecas multiníveis do IFRS. O propósito desse panorama é o de caracterizar as bibliotecas, bem como o perfil dos profissionais que nelas atuam, tendo em vista fatores que contribuam para a interpretação dos dados coletados, e estes serem úteis a futuros estudos relacionados ao tema.

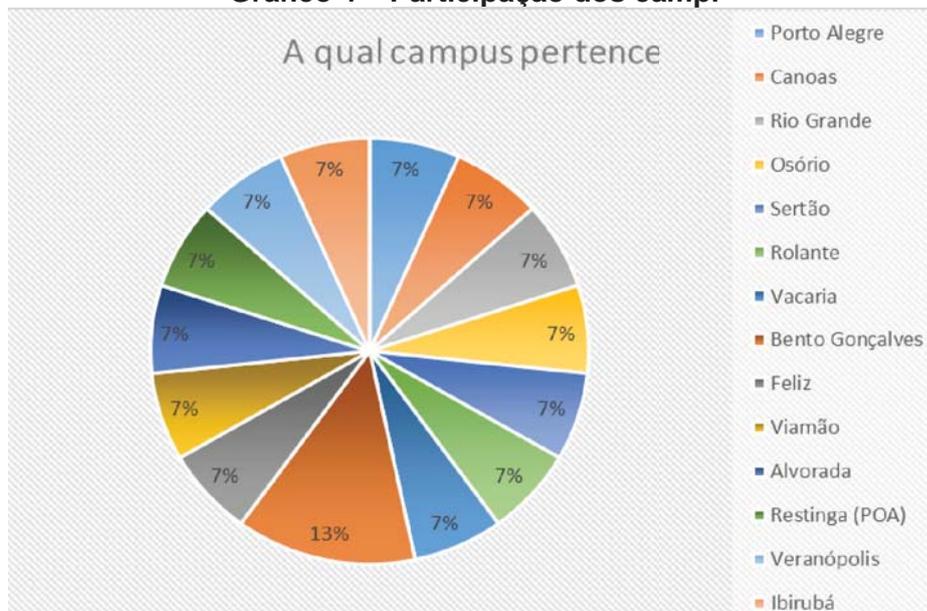
Desse modo, as primeiras quatro questões da entrevista, de números 1 a 4, possibilitam a identificação dos campi, incluindo caracterização geral destes, se em fase de implantação ou já bem estruturados, participação dos bibliotecários na entrevista, bem como período de fundação e/ou implantação dos diferentes campi.

A questão 1 se refere à identificação dos campi, relacionando-os à situação de implantação. Dos 15 profissionais respondentes, observou-se, nessa questão, que 33% pertencem a campi em fase de implantação e 67% são servidores de campi já estruturados há mais tempo como ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Campus em fase de implantação

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Acreditou-se que o questionamento referente ao tempo de implantação dos campi poderia representar a diferença de consolidação dos mesmos, pois, enquanto alguns tiveram sua formação a partir de instituições já estabelecidas, outros foram fundados recentemente e ainda se encontram em fase de estruturação. Sendo assim, os dados podem servir para ilustrar a diferença de tempo de atuação dos campi, bem como a estrutura estabelecida nas bibliotecas.

Gráfico 4 – Participação dos campi

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Relativamente à data de fundação, solicitada na questão 3, observa-se, de acordo com os dados explicitados no Gráfico 3, que alguns campi foram criados no

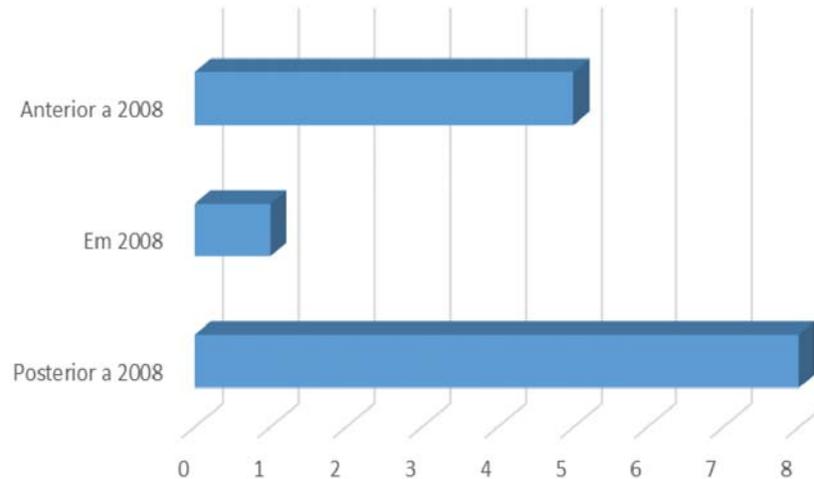
século passado, em meados de 1909, originários das antigas Escolas Técnicas, já outros são bem recentes, ainda em fase de implantação, entre os anos de 2014 e 2015.

Quadro 8 – Ano de fundação dos campi do IFRS

Campus	Ano de fundação
Alvorada	2015
Bento Gonçalves	1959
Canoas	2010
Feliz	2008
Ibirubá	2009
Osório	2010
Porto Alegre	1909
Restinga (POA)	2010
Rio Grande	2009
Rolante	2014
Sertão	1957
Vacaria	2006
Veranópolis	2014
Viamão	2015

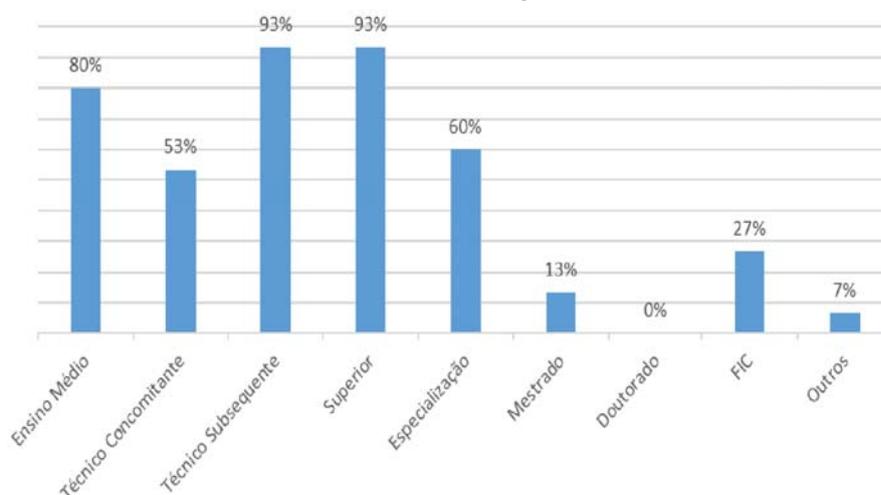
Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 5 – Fundação dos campi do IFRS



Fonte: dados da pesquisa (2018)

A questão de número 4 da entrevista semiestruturada aborda os níveis de ensino ofertados nos campi, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 – Oferta de cursos por nível de ensino

Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com as respostas apresentadas pelos bibliotecários à questão 4, verifica-se que a maioria dos campi atende aos vários níveis de ensino, desde o ensino médio (80%), ensino técnico subsequente (93%) e ensino superior (93%). Já os programas de pós-graduação atendem à especialização (60%), ao mestrado, com oferta mais restrita (13%), salientando que, no momento da pesquisa, nenhum dos campi oferecia doutorado.

Em relação aos cursos técnicos concomitantes com o ensino médio, isto é, cursos voltados à formação técnica profissional para estudantes que cursam o ensino médio e desejam complementar a formação, cada campus oferta 53% das vagas, já os cursos de FIC são ofertados em 27% dos campi, e os cursos de curta duração, no caso, o Proeja, são ofertados apenas em 7% dos campi, representados, no referido Gráfico 6, por outros.

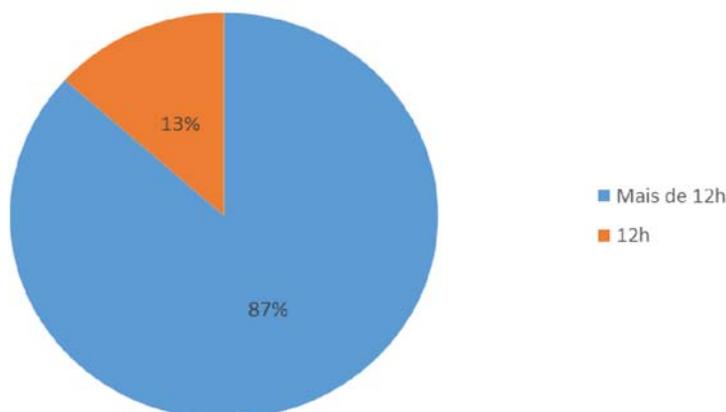
5.1.2 Caracterização das bibliotecas do IFRS

As questões da entrevista correspondentes aos números 5 a 10 visam à caracterização das bibliotecas dos campi do IFRS, considerando desde o horário de funcionamento, a equipe de trabalho, a formação dos profissionais, o acervo das bibliotecas até os títulos do acervo literário e as ações que viabilizam o aumento do acervo bibliográfico.

Referentemente ao horário de funcionamento, identifica-se, pelas respostas dos bibliotecários à questão de número 5, que são os mais diversos, porém todas as

bibliotecas oferecem atendimento ininterrupto de, no mínimo, 10 horas, para conseguir dar suporte aos diferentes turnos (manhã, tarde e noite), abrangendo, inclusive, intervalos, como se pode observar no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Horário de atendimento da biblioteca



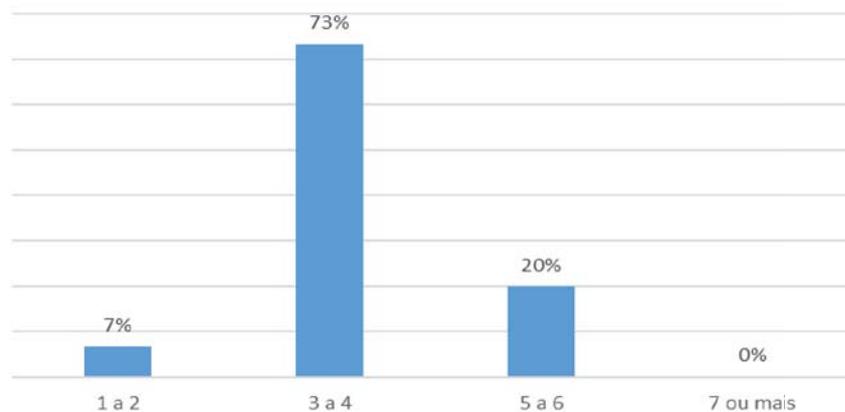
Fonte: dados da pesquisa (2018)

A maioria das bibliotecas ultrapassa o período de 12 horas e somente uma, devido à falta de pessoal, apresenta um horário com 10 horas de atendimento contínuo, variando em dias alternados. Enfatiza-se que, nesse setor, é comum um quadro de pessoal insuficiente, o que dificulta a manutenção ou ampliação de horário de atendimento.

Como a organização pedagógica dos IFs ocorre de forma verticalizada, como já se ressaltou neste estudo, os docentes e os discentes de diferentes níveis de ensino, do médio ao doutorado, compartilham os mesmos espaços de aprendizagem (PACHECO, 2011). Todavia, ao mesmo tempo em que esse aspecto é inovador e promissor, exige adequação do respectivo setor e dos servidores para atender às diferenças de público.

O horário diferenciado e ininterrupto de, no mínimo, 12 horas é um aspecto facilitador à utilização do espaço pelos usuários em turnos distintos. Logo, a opção de não fechar a biblioteca nos intervalos favorece o acesso, cabendo a cada campus definir o horário, conforme a necessidade de seu público, bem como dos cursos ofertados.

No que tange à equipe de trabalho, para efetivação desse atendimento de 12 horas ininterruptas ou mais, o quantitativo de pessoas que cada biblioteca possui para esse suporte é ilustrado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Quantitativo de pessoas que trabalham na biblioteca

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Infere-se, pelo que demonstra o Gráfico 8, que a maioria das bibliotecas conta com 3 a 4 pessoas (73%), apenas 20% conta com 5 a 6 pessoas, e algumas bibliotecas contam com apenas 1 a 2 pessoas (7%). Neste último caso, o total inclui o bibliotecário e mais um auxiliar. Desse modo, além de o bibliotecário se ocupar com a preparação técnica do acervo e organização da biblioteca, precisa destinar tempo ao atendimento aos usuários, o que limita as ações específicas do cargo. Segundo Pacheco (2011), a estrutura multicampi visa à inserção regional, possibilitando que os cursos sejam ofertados conforme a demanda da região em que o campus está inserido, sendo essencial considerar que:

os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará a traduzir um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado. (PACHECO, 2011, p. 25).

Conseqüentemente, segundo o estudioso, é imprescindível o bom aproveitamento dos ambientes de aprendizagem e dos recursos tecnológicos, a fim de se proporcionar um ensino de qualidade, o mais adequado possível à comunidade abrangida.

Qualquer que seja a proposta dentro dessa perspectiva, ela vem facilitada pela infraestrutura existente na rede federal. Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos. (PACHECO, 2011, p. 14).

No que diz respeito à formação dos servidores auxiliares que atuam nas bibliotecas, correspondente à questão 7, com exceção do cargo de bibliotecário, cuja exigência é graduação em Biblioteconomia, são identificadas as mais diversas formações, conforme especifica o Quadro 9.

Quadro 9 – Formação dos servidores das bibliotecas do IFRS - auxiliares

Cargo	Formação
Auxiliar de Biblioteca	Administração
Auxiliar de Biblioteca	Arquivologia (em andamento)
Auxiliar de Biblioteca	Bacharelado em Biblioteconomia
Auxiliar de Biblioteca	Bacharelado em História
Auxiliar de Biblioteca	Engenharia Civil
Auxiliar de Biblioteca	Filosofia (em andamento)
Auxiliar de Biblioteca	Geografia
Auxiliar de Biblioteca	Licenciatura em Filosofia
Auxiliar de Biblioteca	Licenciatura em História
Auxiliar de Biblioteca	Licenciatura em História (em andamento)
Auxiliar de Biblioteca	Magistério (Ensino Médio)
Auxiliar de Biblioteca	Pedagogia
Auxiliar de Biblioteca	Superior em Gestão Pública (em andamento)
Auxiliar de Biblioteca	Técnico em Biblioteconomia
Auxiliar de Biblioteca	Técnico em Fisioterapia
Auxiliar/Assistente em Administração	Arquitetura
Auxiliar/Assistente em Administração	Biologia
Auxiliar/Assistente em Administração	Comunicação Social
Auxiliar/Assistente em Administração	Ensino Médio
Auxiliar/Assistente em Administração	Licenciatura em Letras
Auxiliar/Assistente em Administração	Superior em Gestão Pública
Auxiliar/Assistente em Administração	Técnico em Segurança do Trabalho
Estagiário	Arquivologia
Estagiário	Técnico em Biblioteconomia
Estagiário	Ensino Médio

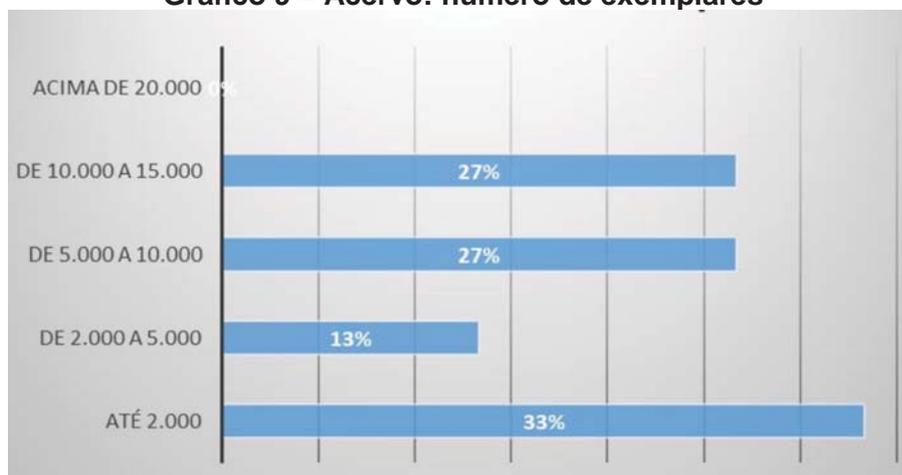
Fonte: dados da pesquisa (2018)

A não exigência de uma habilitação profissional específica em cargos auxiliares para o atendimento em bibliotecas implica na necessidade de instruções e treinamentos específicos, uma vez que estes não fazem parte da formação recebida nos diferentes cursos do ensino superior ou mesmo no ensino médio. Logo, são indispensáveis.

Para Milanesi (1985), o trabalho de atendimento ao público é essencial para que os usuários localizem e alcancem seus objetivos de pesquisa. Sendo assim, a efetivação da missão da biblioteca pode ser considerada o limiar entre a informação e seu pesquisador, conforme assevera o referido autor: “a biblioteca só atinge plenamente a sua função quando, além de propiciar a leitura, garante a seu público o ato de dizer e escrever.” (MILANESI, 1985, p. 105).

Ao se considerar o acervo das bibliotecas (questão 8), acredita-se que, devido ao fato de o IFRS ser uma instituição ainda jovem, os resultados das entrevistas apontam uma diversidade significativa como se verificar no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Acervo: número de exemplares



Fonte: dados da pesquisa (2018)

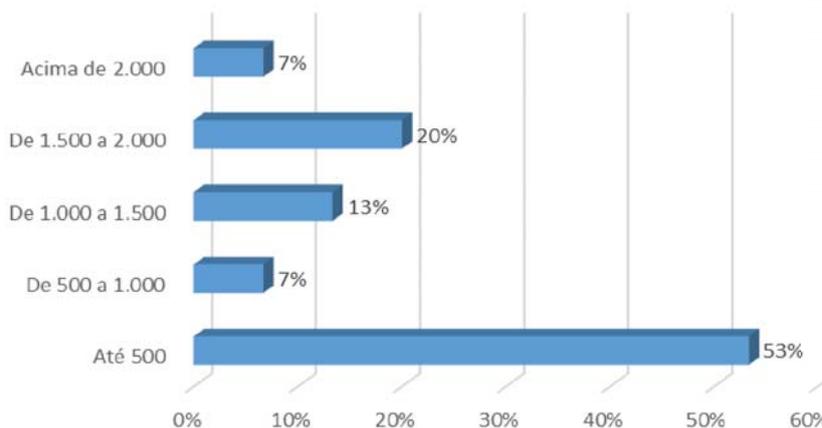
De acordo com os dados registrados no Gráfico 9, identifica-se que 33% das bibliotecas possuem até 2 mil exemplares; 13% situam-se na faixa entre 2 mil a 5 mil exemplares; 27% possuem um acervo entre 5 mil a 10 mil exemplares; 27% também com um acervo entre 10 mil a 15 mil. A aquisição do acervo bibliográfico fundamenta-se nos documentos que orientam a continuidade e o crescimento dos respectivos acervos, em conformidade com os propósitos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS e da Política de Desenvolvimento de Coleções da Instituição (IFRS, 2016).

Destaque à referida Política por visar ao atendimento do tripé ensino, pesquisa e extensão dos campi e por garantir que as bibliotecas atuem como ambientes de suporte aos processos de ensino e de aprendizagem pelo fato de propiciarem a organização, a conservação e a disseminação da informação.

Becker e Faqueti (2015), ao apresentarem um panorama sobre as bibliotecas da RFEPCT, esclarecem que os acervos tendem a ser menores, devido ao fato de que a maioria das bibliotecas da Rede se constituiu em torno do ano 2009, em decorrência do processo de expansão da Rede Federal. Algumas ainda são posteriores a esse período, como é o caso dos campi do IFRS em implantação, fundados entre 2014 e 2015. Entretanto, segundo os autores, há acervos “superiores a 20.000 exemplares e se referem a campi/unidades existentes antes da expansão

de 2008” (p. 78). Para que atividades de incentivo à leitura sejam promovidas, o acervo literário é de fundamental importância. Sendo assim, o Gráfico 10 ilustra as quantidades de títulos que compõem o acervo literário das bibliotecas do IFRS.

Gráfico 10 – Quantitativo de títulos que compõem o acervo literário



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Em se tratando do número de títulos que compõe o acervo literário, colocado em evidência na questão 9, a maior concentração das bibliotecas (53%) possui um acervo pequeno, com até 500 títulos de livros de literatura; em apenas 7% das bibliotecas há um acervo entre 500 a 1.000 títulos literários; 13% ficam na faixa entre 1.000 e 1.500 títulos de livros literários, 20% das bibliotecas possuem um acervo entre 1.500 a 2.000 títulos e também apenas em 7% há um acervo com número de títulos superior a 2.000, conforme Gráfico 10.

Os campi que ofertam a modalidade de ensino têm a oportunidade de participar de programas governamentais de incentivo à leitura que visam distribuir obras literárias às escolas de ensino fundamental e médio, a exemplo do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Ao optar por essa adesão, esses campi têm a possibilidade de disponibilizar o acesso a um maior número de títulos. Porém, é sabido previamente que a ampliação do acervo segue orientação definida em cada Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Dessa forma, os campi precisam buscar outras alternativas para ampliação do acervo literário de suas bibliotecas.

Sobre tais alternativas trata a questão 10 da entrevista, no intuito de investigar a existência de ações para aumento do acervo de literatura em cada campus. Dentre as alternativas, consideram-se: o aceite de doações, a opção de permuta e ainda a cobrança de multas, cujo pagamento recai na doação de obras literárias, conforme

Instrução Normativa PROEN nº 003, de 22 de março de 2017, que estabelece diretrizes à cobrança de multa em caso de atraso na devolução de materiais: “§ 5º O valor da multa poderá ser convertido em doação de livro(s), conforme a avaliação do(a) bibliotecário(a) lotado(a) no campus.” (IFRS, 2017, p. 1).

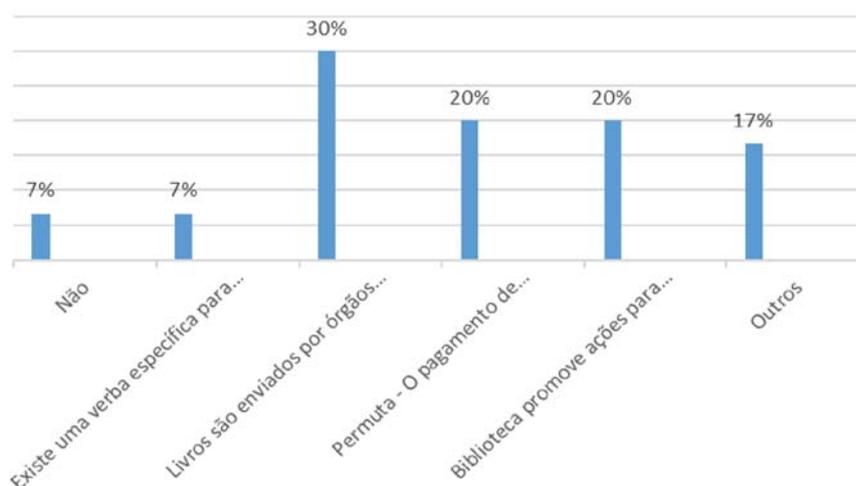
Para identificar a existência de ações que viabilizam o aumento do acervo de obras literárias em cada campus, verifica-se, pelas respostas dadas à questão 10, pelo que comprova tanto a Tabela 2 quanto o Gráfico 11, que não existe um padrão de procedimento.

Tabela 2 – Ações para aumento do acervo literário do campus

Bibliotecas	Ações para aumentar o acervo de literatura	Número	Percentual
Bibl. F	Existe uma verba específica para esse fim.	1	3%
Bibl. B, E, F, G, H, J, L, M, O	Livros são enviados por órgãos governamentais (Programas Nacionais de Leitura ou similar).	9	31%
Bibl. A, B, C, H, M, O	Permuta – pagamento de multas é revertido para a doação de livros de literatura.	6	20%
Bibl. F, G, H, I, J, K, L, M, N	Biblioteca promove ações para recebimento de doações (projetos com outros setores, etc).	6	20%
Bibl. D, J	Não existem ações.	2	7%
Bibl. A, E, F, M, N	Outros	5	17%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 11 - Ações para aumento do acervo literário do campus



Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com os dados registrados no Gráfico 11, para 31% das bibliotecas, os livros são enviados por órgãos governamentais como Programas Nacionais de Leitura ou similares; 20% fazem permuta, com pagamento de multas por atraso

através da doação de livros de literatura ou garantia de uma vaga no estacionamento, a cada livro novo indicado pela biblioteca; 20% promovem ações e campanhas de doação por meio de projetos de extensão e de pesquisa ou com outros setores, com base na lista de livros de literatura na planilha para compra de material bibliográfico e, até mesmo, por iniciativa dos docentes, principalmente do curso de Letras, por considerarem algumas leituras essenciais aos alunos.

Diferentemente, para 3% das bibliotecas, há uma verba determinada para essa finalidade e para 7% não há ações que visem ao aumento do acervo literário, enquanto que para 17% das bibliotecas, com registro em outros, existem ações similares, porém citadas mais especificadamente na resposta.

Em conformidade com as ações especificadas na Tabela 2, depreende-se, portanto, que quando não há verba destinada à finalidade de aumento do acervo literário, a criatividade é um recurso bastante útil, pois, como se verifica pelas respostas dadas à questão 10, há campi que conseguem aquisição por intermédio do saldo de pregões, bem como pela participação de servidores e demais setores, via projetos de pesquisa e/ou extensão.

De acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções do IFRS, para ampliação do acervo, pode-se fazer uso do recurso da permuta, a saber:

A incorporação de obras nos acervos das Bibliotecas do IFRS através de permuta poderá se dar através de troca com outras bibliotecas e/ou instituições utilizando as sobras de doação recebida, ou através do recebimento de livros por abono de multa.

São critérios básicos de seleção para aceitação ou recusa de permuta:

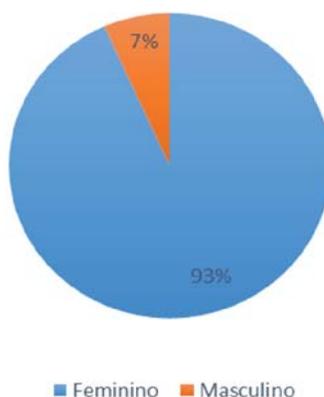
- a) A importância do autor e do título oferecido;
- b) O assunto da obra ser relevante para a comunidade de usuários;
- c) O atendimento às necessidades de informação reais e potenciais dos demandantes pelo título oferecido;
- d) O documento ser idêntico a um perdido, desaparecido ou descartado, não repostado nas coleções, que as Bibliotecas do SiBIFRS têm interesse em reincluir no acervo; e/ou
- e) O documento ser idêntico a um existente nas coleções, porém esteja em melhor estado físico, ou quando a quantidade de exemplares for insuficiente para atender à demanda do título. (IFRS, 2016, p.17).

5.1.3 Descrição do perfil dos bibliotecários do IFRS

As questões da entrevista semiestruturada, correspondentes aos números 11 a 18, possibilitam o reconhecimento do perfil dos bibliotecários do IFRS, tendo em vista aspectos como faixa etária, sexo, formação acadêmica, tempo de atuação,

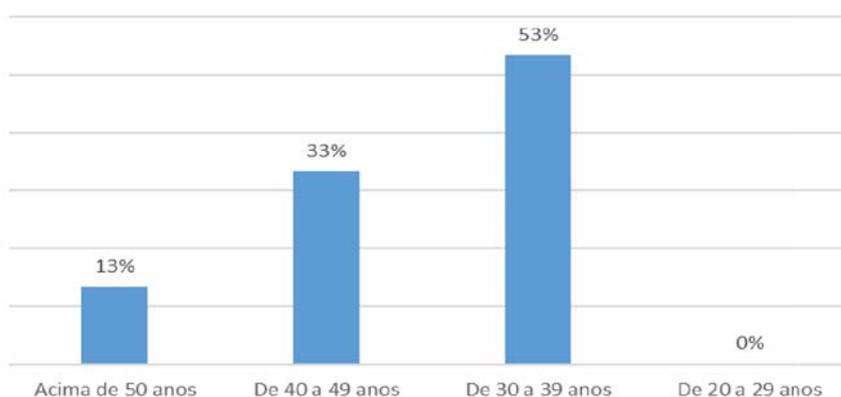
quantia de profissionais atuantes e ocupação de cargo específico de coordenação. Com a intenção de caracterizar o perfil desses profissionais, a questão 11 trata das características relativas a gênero e idade, conforme Gráficos 12 e 13.

Gráfico 12 – Identificação de gênero



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 13 – Faixa etária



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelos dados apontados nos Gráficos 12 e 13, identifica-se que a maioria dos profissionais que atuam em bibliotecas do IFRS pertence ao sexo feminino (93%). Desse total, 53% com uma faixa etária entre 30 e 39 anos; 33% com idade entre 40 a 49 anos e 13% acima de 50 anos de idade, recuperando, assim, as respostas apresentadas à questão 11. Salienta-se que os representantes masculinos se encaixam na faixa etária entre 30 e 39 anos.

Referentemente à formação acadêmica dos bibliotecários, na questão 12 da entrevista, destaca-se, uma vez mais, que a graduação em Biblioteconomia é a exigência para o cargo de bibliotecário-documentalista. Assim, a opção graduação

constante neste item é para aqueles que não fizeram nenhum curso de especialização, ou seja, mantêm a graduação exigida ao cargo. Nesse item específico, a intenção é a de identificar a formação continuada dos profissionais, como ilustra o Gráfico 14.



Fonte: dados da pesquisa (2018)

No Gráfico 14, observa-se que 12% dos profissionais mantêm a graduação exigida ao cargo de bibliotecário-documentalista, sem continuidade à formação; 76% possui especialização em áreas diversas; 12% mestrado e nenhum possui doutorado concluído, apenas em andamento.

A graduação em Biblioteconomia é exigência para atuação no cargo, no entanto, a biblioteca abrange o desenvolvimento de diversos produtos e serviços. Assim, os profissionais optam por capacitações complementares além da graduação exigida, conforme a demanda existente. Isso se deve à pluralidade de público atendido nas bibliotecas, bem como à multiplicidade de atividades que envolvem todos os processos do setor, para as quais o bibliotecário é o profissional responsável. Apesar desse fator relevante, há necessidade de ampliação das competências para um melhor desenvolvimento da função. Desse modo, alguns profissionais buscam uma formação mais voltada à gestão de pessoas, enquanto outros, conforme as necessidades, optam por aprimorar as competências mais técnicas. Ressalta-se a importância da habilitação específica para uma atuação segura junto à comunidade em que a biblioteca está inserida.

De acordo com Becker e Faqueti (2015), a biblioteca deve atender às exigências para as quais foi criada. Para tanto, além dos materiais que compõem o

acervo, deve “oferecer aos usuários serviços, que são atividades e ações que contribuem para a formação, educação e o desenvolvimento da competência informacional do leitor/público/usuário” (p. 55). Ainda quanto à formação, a questão 13 da entrevista aborda, de modo específico, os cursos de especialização relacionados pelos bibliotecários, conforme descrito no Quadro 10.

Quadro 10 – Cursos de especialização

Bibliotecário	Especialização
Bibl. A	Especialista em Bibliotecas Escolares e Acessibilidade - Fabico –UFRGS
Bibl. B	Gestão Cultural
Bibl. C	MBA em Gestão de Pessoas
Bibl. E	Gestão Escolar – Supervisão
Bibl. G	Novas Tecnologia da Educação – Área da Educação
Bibl. H	Especialização em Metodologia do Ensino Superior - Área da Educação
Bibl. I	Especialização em Educação de Jovens e Adultos – Proeja - Área Educação
Bibl. J	Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação
Bibl. K	Mestrado
Bibl. L	Especialização em Gestão da Informação e do Conhecimento (Ciência da Informação/Biblioteconomia)
Bibl. M	Especialização em Gestão Administrativa da Educação
Bibl. N	Memória e Acervos
Bibl. O	Especialização em Ciência da Informação

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Em se tratando especificamente dos cursos de especialização (questão 13), percebe-se uma variedade de nomenclaturas dos cursos realizados e se evidencia uma maior concentração nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação, conforme Quadro 10. Possivelmente, esses cursos se justificam em razão das necessidades da instituição em que os profissionais estão inseridos e uma melhor qualificação para o exercício da função, visando à qualidade dos serviços disponibilizados.

De acordo com as Leis da Biblioteconomia de Ranganathan, (1931, n.p), “uma biblioteca é um organismo em crescimento.” Dessa forma, o bibliotecário deve estar preparado para acompanhar as mudanças e se adequar a elas, apto a desempenhar seu papel e corresponder ao que se espera dele. No entanto, isso exige uma atualização constante, a fim de que o profissional consiga progredir e atender a todas as necessidades, pois, consoante Silva e Cunha (2002), nestes tempos em que a valorização informacional tem se elevado cada vez mais, o bibliotecário pode ser visto como um gerenciador da informação.

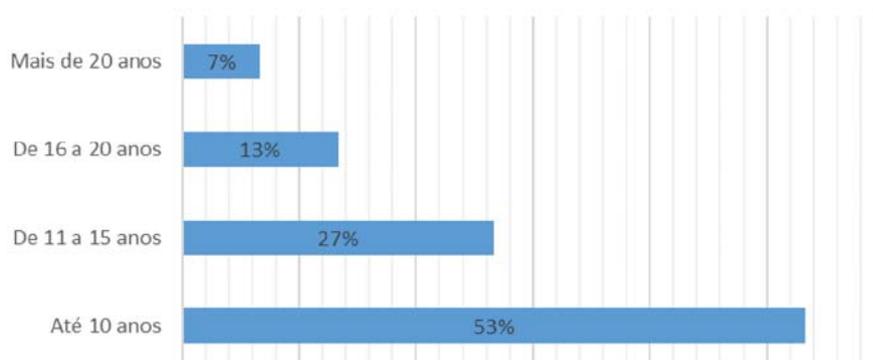
Em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações (2002), vinculada ao Ministério do Trabalho, há uma listagem de profissões regulamentadas.

Dentre essas, o bibliotecário se insere na classificação de “profissional da informação” e pode ser identificado como: cientista, consultor, especialista, gerente ou gestor de informação. Esta última designação condiz com o momento atual em que a informação é vista como produto de grande valor no mercado, tanto no aspecto acadêmico quanto científico, social, político ou econômico.

A mesma comissão que classifica as profissões descreve as atividades e as áreas relacionadas a cada uma delas. No caso das atribuições do bibliotecário, determina: disponibilizar a informação em qualquer suporte e gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentos, informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; realizar a difusão cultural; desenvolver ações educativas; prestar serviços de assessoria e consultoria. Ainda aponta como função correlacionada: tratar e desenvolver tecnicamente recursos informacionais. Além disso, assinala outro aspecto importante, diretamente relacionado à função de gestor: disseminar a informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento, desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Ao abordar o exercício da profissão, a questão 14 faz referência ao tempo de atuação dos profissionais em bibliotecas, o que se pode conferir no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Tempo de exercício da profissão



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Identifica-se, no Gráfico 15, que um pouco mais da metade dos bibliotecários, isto é, 53% atuam na função num período de até 10 anos; 27% exercem há mais tempo, em torno de 11 a 15 anos; 13%, com atuação entre 16 a 20 anos, e outra fração menor de profissionais, 7%, atuam há mais de 20 anos na profissão.

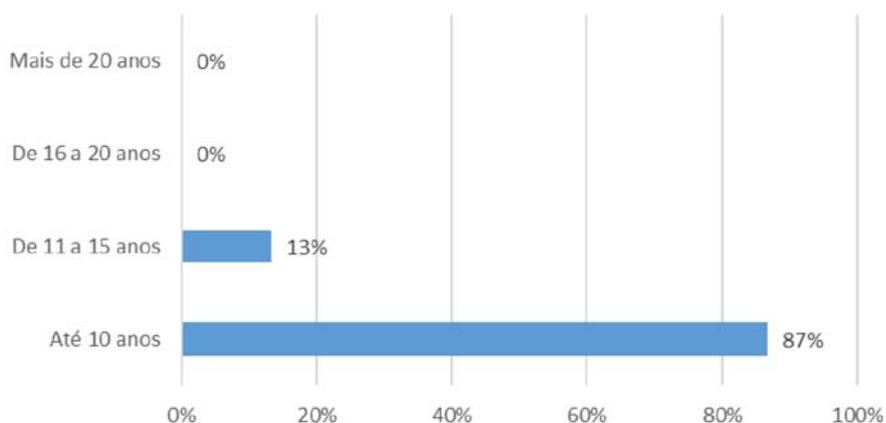
Relevante considerar que a profissão de bibliotecário precisou passar por muitas modificações desde seu surgimento e reconhecimento legal, por intermédio

da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, buscando se adequar às mudanças sociais, políticas, econômicas, mas, sobretudo, àquelas ocorridas no ambiente educacional e tecnológico do Brasil.

Importante considerar também que, a partir do advento da Internet, a informação passa a ser apontada como uma ferramenta basilar, com rapidez no acesso, bem como com uma multiplicidade de resultados, resultando num grande volume de informações. Nesse sentido, Silva e Cunha (2002) consideram a função de filtrar essa gama informacional como sendo o papel mais importante do bibliotecário no século XXI, ou seja, saber buscar, organizar e facilitar o acesso ao universo informacional.

Às informações sobre o tempo de atuação profissional, soma-se, à entrevista, o tempo de atuação dos bibliotecários no IFRS ou na Rede Federal, o que é devidamente identificado na questão 15 e demonstrado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Tempo de atuação no IFRS/RFEPCT



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Em referência ao tempo de atuação no IFRS ou na RFEPCT, demonstrado no Gráfico 16, a maioria dos profissionais, isto é, 87%, concentram o princípio do exercício da profissão num período de até 10 anos, ou seja, o início da função se deu juntamente com a criação do IFs, considerando que, em 2018, a IFRS completou 10 anos de atividades. Já uma parcela menor, correspondendo a 13%, atua na RFEPCT, desenvolvendo a função de bibliotecário há mais tempo, de 11 a 15 anos.

Conforme destacam Becker e Faqueti (2015), para que o bibliotecário pudesse acompanhar a transição, decorrente das novas exigências da profissão,

advindas da criação dos IFs, assim como da multiplicidade de público que passaram a abranger, foi preciso que ele adotasse um “reposicionamento profissional, de assunção de uma conduta muito mais proativa e criativa para conseguir gerenciar a biblioteca nesse cenário de turbulência” (p. 16).

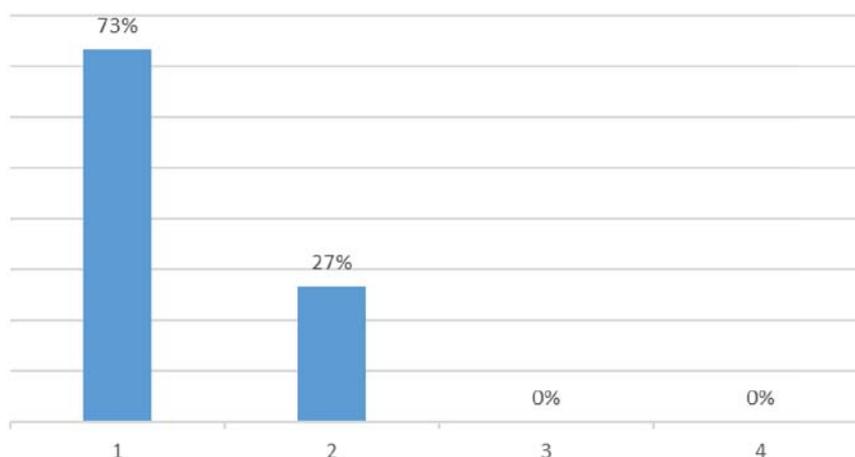
Importante frisar que o bibliotecário se insere na esfera dos profissionais que atuam no tratamento informacional, isto é, em uma categoria diretamente influenciada pelas mudanças ocasionadas pela evolução das tecnologias, o que provoca uma reflexão sobre as práticas profissionais. Ou então, nas palavras das autoras, “o motivo dessas mudanças é consequência da evolução ocorrida no âmbito das bibliotecas como instituição, reflexo da diversificação nos suportes de informação, ou como resultado inevitável das modificações que a tecnologia introduziu nas rotinas da biblioteca.” (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 64).

Silva e Cunha (2002) corroboram com a posição das respectivas autoras, destacando que as transformações que vêm ocorrendo nesta sociedade da informação são decorrentes da enormidade de mensagens existentes, o que tem exigido, cada vez mais, formas para se filtrar tudo isso.

Jamais a evolução da ciência e da técnica foi tão rápida e com tantas consequências diretas sobre a vida cotidiana, o trabalho, as formas de comunicação e a relação com o corpo e com o espaço. É no universo do saber e do saber fazer (o universo das técnicas) que estas mudanças são mais fortes. Por esta razão, o saber condiciona todas as outras dimensões da vida em sociedade. (SILVA; CUNHA, 2002, p. 80).

Nesse sentido, para sobreviver nesta nova sociedade, o bibliotecário deve se adequar às transformações, atualizar-se e buscar continuamente capacitação, semelhantemente às práticas tradicionais que têm dado lugar a uma postura mais proativa, com promoção das próprias mudanças sociais.

Em relação ao quantitativo de bibliotecários atuantes em cada campus, abordado na questão 16 da entrevista, os dados são apresentados no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Quantitativo de bibliotecários nos campi

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Especificamente à questão 16 que trata do quantitativo de bibliotecários em cada campus, verifica-se que a maioria, isto é, 73%, conta com apenas um profissional bibliotecário atuando. Esse fator dificulta o desenvolvimento do trabalho, uma vez que a quantidade de discentes é superior a 900. Apenas 27% dos campi têm 2 profissionais efetivos no cargo de bibliotecário-documentalista, como se observa pelos dados do Gráfico 17. Todavia, a demanda exige um número superior, pois, nesse setor, há poucos servidores além do bibliotecário, como já se elucidou neste estudo.

Os IFs seguem a orientação da Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016, instituída pelo MEC (BRASIL, 2016), que estabelece um formato de 70 servidores docentes e 45 servidores técnico-administrativos. Destes, fazem parte os bibliotecários. Mediante determinação, limita-se consideravelmente a ampliação do número de profissionais por campus/bibliotecas. Importante considerar que a maioria dos campi já sente uma defasagem de profissionais devido ao desenvolvimento da estrutura do IFRS, como também, ao aumento do número de discentes por campus.

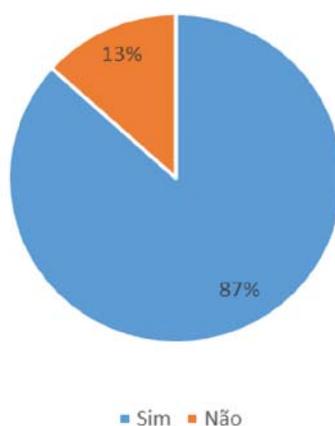
Obviamente esses fatores, por mais positivos que sejam, dificultam o atendimento, haja vista que, em alguns campi, a quantidade de alunos triplicou nos últimos anos e o número de servidores continua o mesmo ou diminuiu. Ou seja, como já mencionado, há, aproximadamente, 1020 professores e 950 técnicos-administrativos para cerca de 20 mil alunos, em mais de 250 opções de cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades.

Para Becker e Faqueti (2015), há certo desconhecimento da coletividade e, até mesmo dentro das próprias instituições, sobre a atuação do bibliotecário e da

amplitude de sua profissão, ou melhor, “a sociedade tem pouca noção do fazer bibliotecário” (p. 67). Entretanto, as autoras reforçam que a divulgação deste fazer deve ser realizada pelo próprio profissional, isto é, o bibliotecário “deve atuar com competência, mostrando quão ampla é a profissão e o quanto é necessária na atual sociedade da informação e do conhecimento” (p. 67). Desse modo, a valorização passa a ser reflexo das próprias ações e do trabalho realizado de forma organizada e eficiente. Complementarmente, Silva e Cunha (2002, p. 77) consideram que esse profissional é valorizado “na medida da sua habilidade para estabelecer relações e de assumir liderança.”

Objetivando investigar o número de bibliotecários com cargo ou função de coordenação e quais são essas funções, fez-se a respectiva abordagem nas questões 17 e 18 da entrevista. Os dados podem ser conferidos no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Cargo de coordenação



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme os dados apresentados no Gráfico 18, infere-se que apenas 13% dos profissionais são reconhecidos como coordenadores da biblioteca, descrição atribuída ao cargo, conforme identificado na questão 18. No entanto, a grande maioria, ou seja, 87%, não tem o mesmo reconhecimento. Além da resposta afirmativa à coordenação da biblioteca, uma das bibliotecárias também se responsabiliza pela Coordenação do SiBIFRS, resposta dada à questão 18 da entrevista semiestruturada.

Relevante salientar que os bibliotecários, independente do cargo de coordenação e/ou função, são responsáveis pelas bibliotecas, uma vez que são encarregados de coordenar equipes e serviços, bem como responder pelas

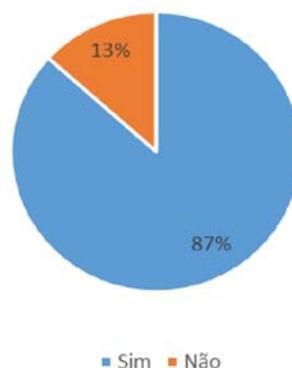
incumbências do controle do acervo, considerado patrimônio da instituição, atuando como verdadeiros gestores. Não obstante, para que todas suas atribuições sejam colocadas em prática, o profissional precisa sentir-se motivado, conforme destacam Silva e Cunha (2002, p. 80): “o valor e a organização do conhecimento dependem da motivação e dos objetivos de cada indivíduo em um determinado momento. Somente o exercício em situações reais dá sentido e valor ao conhecimento.”

Com base nas diretrizes estabelecidas pelo Manifesto IFLA para biblioteca escolar (1999), Becker e Faqueti (2015) destacam o papel de profissional da informação, no qual se encaixa o bibliotecário gestor que deve, prioritariamente, “compreender a dinâmica e o funcionamento institucional para, a partir daí, gerenciar a biblioteca em conjunto e em consonância com o planejamento institucional” (p. 51).

Essa organização idealizada pela IFLA e defendida pelas autoras envolve o desenvolvimento tanto de estratégias quanto de tarefas e objetivos relacionados às rotinas de supervisão e de avaliação. Sendo assim, é mister que o bibliotecário observe permanentemente o conjunto de funções, conheça bem a instituição, o setor, a estrutura física e os recursos humanos, enfim, que tenha uma noção ampla do que se espera do setor de sua responsabilidade, dos objetivos, das diretrizes e das deficiências. Só assim, mediante um panorama geral, é capaz de estruturar a gestão e as ações, a fim de otimizar os serviços e apresentar um trabalho em conformidade com as diretivas organizacionais, atendendo às necessidades dos usuários.

5.1.4 Identificação das ações dos bibliotecários do IFRS

As questões da entrevista semiestruturada, correspondentes aos números 19 a 27, viabilizam a identificação da execução do trabalho do profissional nas bibliotecas do IFRS e, sobretudo, visam aos aspectos que contribuem ou dificultam o respectivo exercício no que tange à função propriamente dita, às dúvidas e à participação em comissões ou GTs. Desse conjunto de questões, a de número 19 procura verificar se a formação continuada é incentivada pela instituição, conforme dados do Gráfico 19; complementarmente, a de número 20 põe em evidência os fomentos de incentivo para a respectiva formação, registrados no Quadro 11.

Gráfico 19 - Incentivo à qualificação por parte da instituição

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Como se pode conferir pelos resultados apontados no Gráfico 19, 87% dos bibliotecários confirmam o incentivo por parte do IFRS, porém 13% não identificam a existência de algum fomento, nem mesmo apontam alguma resistência na busca por uma melhor capacitação.

Quadro 11 – Incentivo por parte da instituição à formação continuada

Bibliotecário	Descrição
Bibl. A	Liberação de horas para estudo, afastamento para cursos de pós-graduação
Bibl. B	Levantamento das necessidades de cursos e liberação para tais
Bibl. C	Comunicados de abertura de editais para capacitação, cursos, incentivo à qualificação
Bibl. D	Licença para estudo; horário especial para estudo
Bibl. E	
Bibl. F	Bolsas de estudo e afastamento do trabalho para estudo
Bibl. G	Bolsas de estudo, licença, etc
Bibl. H	Incentivo à qualificação; apoio da chefia imediata para qualificação (cursos, palestras)
Bibl. I	Liberação para cursos, quando estes ocorrem
Bibl. J	Programa de capacitação e recursos
Bibl. K	Redução de horário
Bibl. L	Redução de carga horária, afastamentos, dispensa para participação de cursos e bolsas de estudo para graduação, mestrado e doutorado
Bibi. M	Disponibilidade de carga horária
Bibl. N	
Bibl. O	Apoio a cursos e capacitações solicitados

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme identificação no Quadro 11, os bibliotecários citam algumas formas de incentivo conhecidas na instituição. Dentre as ações percebidas no IFRS como incentivo à formação continuada, destacam-se: comunicação de abertura de editais para cursos de capacitação; redução de carga horária (liberação de horas para

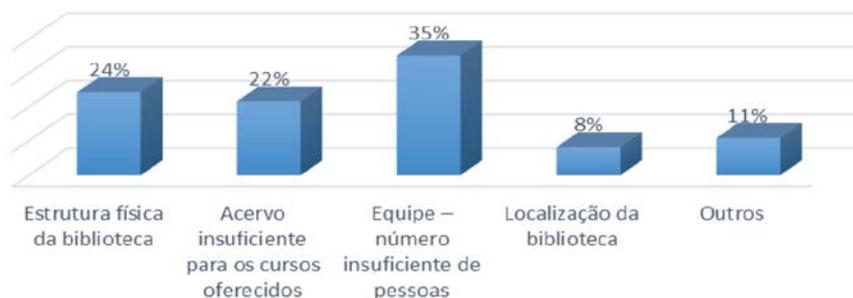
estudo); dispensa para participação de cursos de qualificação e afastamento para cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Nos IFs, há Normativas para Capacitação e plano anual de capacitação, com Portarias voltadas para este fim, as quais prescrevem o incentivo à qualificação como, por exemplo, concessão de bolsas de estudo ou liberação de carga horária, ou ainda, afastamento das funções por tempo determinado (IFRS, 2017). Esse incentivo é um fator preponderante ao desempenho não somente dessa profissão, mas de todas as demais, pois a atualização constante, por intermédio de cursos de especialização, ofertados pela instituição ou externos, propicia oportunidades de crescimento profissional e pessoal.

Esse suporte é de fundamental importância, para que a participação e a dedicação aos cursos de capacitação e/ou qualificação pretendidos tornem-se possíveis ao aprimoramento dos profissionais, pois, de acordo com Silva e Cunha (2002, p. 80), “para construir e criticar, é necessário buscar informação, disponibilizar informação, criar e transformar informação.” Tais condicionantes se relacionam diretamente ao fazer bibliotecário. Ainda sobre a capacitação dos profissionais, as autoras assinalam que o mundo do trabalho está em constante transformação. Desse modo, é preciso que o bibliotecário possua habilitação e capacitação adequadas no intuito de atender às expectativas desse novo padrão.

Em conformidade com Becker e Faqueti (2015), a atual sociedade da informação e do conhecimento, em virtude de tantas transformações, demanda um aprimoramento do saber e do fazer bibliotecário, para poder acompanhar e contribuir com a evolução dessa mesma sociedade. Para as autoras, esse profissional precisa se comprometer com “seu papel social e educacional, que atue como gestor da biblioteca e busque aprender cada vez mais, contribuindo para esta transformação” (p. 67).

Considerando que o presente estudo põe em evidência a mediação do bibliotecário, importante tomar conhecimento das dificuldades encontradas por ele no exercício de sua função, o que trata a questão 21 da entrevista, com dados apresentados, respectivamente, no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Dificuldades no desempenho da função de bibliotecário

Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com as respostas da questão 21, explicitadas nos dados do Gráfico 20, identifica-se como principal dificuldade o número insuficiente de pessoas na equipe para o desenvolvimento do trabalho nas bibliotecas (35%); na sequência, a estrutura física da biblioteca (24%), por dispor de local e espaço inadequados para abrigar o acervo e os usuários do setor, além da falta de equipamentos e móveis que possibilitem acomodar os materiais adequadamente. Outro item indicado como fator adverso ao desenvolvimento de um bom trabalho é o acervo insuficiente para os cursos ofertados (22%), por prejudicar as atividades ao exigir um tempo maior no atendimento devido à tentativa de se encontrar uma solução alternativa que corresponda ao conteúdo desejado pelos usuários.

A localização da biblioteca (8%) também foi apontada, considerando que, em muitos campi, este setor localiza-se em prédios afastados, o que dificulta o acesso dos usuários ou demanda mais tempo para o deslocamento. Outros fatores (11%) também são considerados entraves, entre eles, a falta de investimento em tecnologia – equipamentos e softwares; a falta de capacitação da equipe como um todo, haja vista que, quando acontecem treinamentos ou cursos de capacitação, geralmente, uma só pessoa do setor é liberada para participar; a não exigência de formação na área para auxiliares e estagiários; a falta de um espaço específico para o processamento técnico, podendo esta se encaixar no aspecto estrutura física.

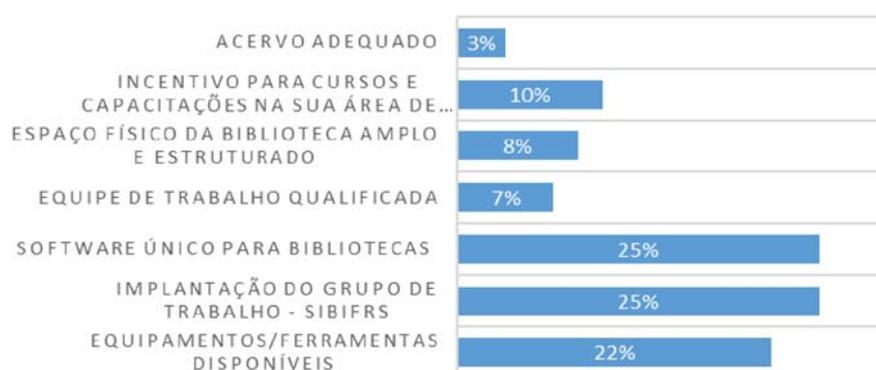
As bibliotecas fazem parte da relação de itens sujeitos à avaliação de cursos de graduação, realizada sistematicamente pelo MEC. De acordo com o Instrumento de Avaliação de Graduação, estabelecido pelo INEP, as instituições são submetidas a uma verificação dos avaliadores que observam três dimensões específicas: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; infraestrutura constante

no PPC. Ao seguirem criteriosamente essas dimensões, os avaliadores verificam alguns parâmetros, tais como: infraestrutura do local, acessibilidade, bibliografia adequada aos PPCs, acervo informatizado e disponível aos usuários, entre outros. Sendo assim, a biblioteca deve atender a vários critérios exigidos para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade. No entanto, algumas vezes, não é tão simples seguir os requisitos devido às dificuldades apresentadas no Gráfico 20.

Relevante destacar que, de acordo com a IFLA, em seu manifesto IFLA/UNESCO (1999) para biblioteca escolar, não existe um padrão universal estabelecido à estrutura da biblioteca escolar, mas é essencial que esta atenda às necessidades da instituição com eficiência. Segundo esse mesmo documento, a importância do setor à instituição deve estar em evidência nas instalações disponibilizadas.

Dentre os aspectos a serem observados no planejamento da estrutura de uma biblioteca escolar, conforme especificado no marco teórico desta pesquisa, devem ser considerados: local e espaço, móveis e equipamentos, recursos materiais, Política de Desenvolvimento da Coleção, recursos eletrônicos e audiovisuais, recursos de pessoal, dentre outros. Salienta-se que esses critérios indicados às bibliotecas escolares pela IFLA também são considerados para as demais classificações de bibliotecas, porém com acréscimo de diretrizes mais específicas de acordo com os PPCs, exigidas para o reconhecimento de cursos de nível superior, como é o caso das bibliotecas universitárias, onde se inserem as multiníveis. Ao abordar a facilidade ou otimização das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas, a questão 22, de múltipla escolha, revela alguns aspectos e/ou recursos facilitadores, devidamente identificados no Gráfico 21.

Gráfico 21 – Aspectos facilitadores no exercício da função



Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com os resultados presentes no Gráfico 21, observa-se a indicação dos seguintes aspectos e/ou recursos facilitadores, considerados como principais pelos respondentes: implantação do SiBIFRS, pela maioria dos bibliotecários (25%), em virtude deste promover a integração das bibliotecas e favorecer outras conquistas, considerando que a união fortalece as perspectivas de crescimento; adoção de um sistema/software único para bibliotecas – Pergamum (25%). Este software é apontado como uma das vantagens para o desenvolvimento de trabalho em grupo, por possibilitar uma padronização de ações no processamento técnico, agilizando, assim, a execução das atividades.

Além desses aspectos, também são vistos como facilitadores os(as) equipamentos/ferramentas disponíveis, a exemplo de catalogação: CDU, AACR2, Cutter on line, entre outras (22%), por facilitar os recursos necessários para o processamento técnico, proporcionando maior agilidade e rapidez, além de conferir maior segurança e qualidade no desenvolvimento do processo; o incentivo para cursos e capacitações na área de atuação (10%), pelo fato de possibilitar o crescimento profissional e melhorias nos resultados; o espaço físico da biblioteca amplo e estruturado (8%), um aspecto positivo que contribui para um melhor desenvolvimento das atividades na biblioteca; a equipe de trabalho qualificada (7%), por fazer toda diferença na oferta de serviços de qualidade; o acervo adequado (3%), por permitir um atendimento mais eficaz aos usuários da biblioteca.

Diante dos dados constantes no Gráfico 21, reconhece-se a importância atribuída à implantação do SiBIFRS, haja vista a maioria das indicações como mecanismo facilitador do exercício da função de bibliotecário. Além desse mecanismo, aponta-se como aliado ao exercício da função de bibliotecário do IFRS a aquisição de um software único – Pergamum, para uso comum em todos os campi, com uma linguagem também comum e uma padronização de processos. Ressalta-se que, mesmo sem ter sido reconhecido oficialmente como um sistema de bibliotecas, esse software já era adotado pelo SiBIFRS.

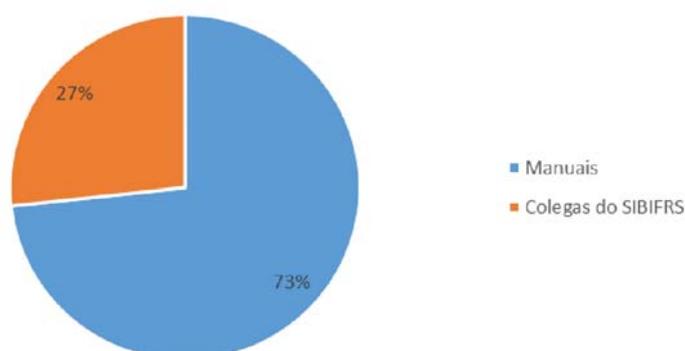
O modelo pedagógico verticalizado e a estrutura multicampi, adotados pelos IFs como formato organizacional para EPT, envolvem, como já mencionado, uma constituição diferenciada. Sendo assim, segundo Becker e Faqueti (2015, p. 71), “cada campus possui a sua estrutura organizacional composta por várias unidades e, dentre elas, a biblioteca.” Nesse caso, a opção por um formato de ações

cooperativas atua como elemento facilitador para o desenvolvimento de um trabalho mais dinâmico e produtivo.

Pertinente destacar que o desenvolvimento de serviços de qualidade envolve um conjunto de fatores que devem estar alinhados às políticas de crescimento institucional. Conseqüentemente, a ausência de qualquer um dos fatores pode afetar consideravelmente a obtenção dos resultados esperados.

Com o intuito de investigar ainda mais as ações dos profissionais, no exercício de suas funções nas bibliotecas do IFRS, a questão 23 sinaliza os suportes que, em caso de dúvida para desenvolver o seu trabalho, o bibliotecário pode costumeiramente recorrer, conforme Gráfico 22.

Gráfico 22 – Recursos de consulta



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelas respostas dadas à questão 23 da entrevista semiestruturada, identifica-se que a maioria, representada por 73%, prefere acessar os manuais elaborados pelos GTs do SiBIFRS enquanto que 27% preferem consultar os colegas do SiBIFRS em casos mais complexos e não previstos nos manuais. Destaca-se que as opções chefia imediata e outros profissionais da área, apontadas como alternativas na referida questão, não recebem nenhuma indicação dos profissionais como se observa no Gráfico 22.

As respostas só enfatizam a importância da integração entre o grupo de bibliotecários e o sistema de bibliotecas, considerando que os manuais foram desenvolvidos pelos GTs do SiBIFRS, objetivando a padronização e o esclarecimento de dúvidas às atividades relacionadas ao fazer bibliotecário. Quanto à consulta aos colegas como forma de suporte às questões não constantes nos

manuais, percebe-se que esta reproduz a importância dada pelos profissionais ao compartilhamento de experiências, evitando, assim, a eventualidade de retrabalhos. De acordo com Silva e Cunha (2002, p. 81), o exercício de “trabalho em comum, cooperação, transparência, troca são, no nosso entender, princípios fundamentais do fazer bibliotecário.”

Para reforçar a questão relativa à execução do trabalho, especialmente aos aspectos facilitadores desse exercício, as questões de números 24, 25 e 26 se relacionam à questão 22. Nesse sentido, a questão 24 indaga sobre os procedimentos padronizados pelo SiBIFRS e a implantação do trabalho em grupo, tendo em vista um melhor desempenho da função dos bibliotecários nos campi.

A totalidade dos bibliotecários envolvidos na pesquisa acredita que a uniformização, a partir da integração das bibliotecas, com a implantação do trabalho em grupo, mediante manuais e procedimentos padronizados pelos SiBIFRS, contribuiu para um melhor desempenho da função nas bibliotecas de cada um dos campi. Infere-se, portanto, que essa união tem fortalecido o grupo, dando-lhe maior visibilidade e propiciando novas perspectivas de crescimento, bem como melhorias no ambiente de trabalho, o que tem possibilitado mais agilidade e qualidade nos serviços ofertados.

Ao abordar o futuro das bibliotecas universitárias brasileiras, Cunha (2000) faz referência a um formato que teve início em meados de 1940, cujo fortalecimento já era previsto na época, devido aos avanços tecnológicos e ao advento da Internet. Isso se consolidou ainda mais com o movimento cooperativo e integrado, como o próprio autor afirma: “alianças e consórcios serão formados visando obter uma redução dos custos e aumento da produtividade” (p. 74).

Com isso, depreende-se que a gestão do Sistema de Bibliotecas no desenvolvimento de serviços nas Universidades Federais apresentam uma constante evolução no que diz respeito às iniciativas de formação de redes de cooperação, a considerar desde a existência de Serviços de Intercâmbio de Catalogação (SIC).

Cunha e Cavalcanti (2008) contribuem com essa visão, ao distinguirem o SiBi como a interligação de bibliotecas pertencentes a uma mesma instituição e organizadas com o intento de buscar, por intermédio do compartilhamento de políticas e ações, a padronização de produtos e serviços, bem como a troca de experiências, visando otimizar o desenvolvimento do trabalho dos bibliotecários.

Tendo em vista essa padronização, a elaboração de manuais e a determinação de políticas de gestão e organização tornam-se substanciais para o prosseguimento desse formato, servindo de elementos norteadores ao aperfeiçoamento de processos e ações nas bibliotecas integradas.

O Quadro 12 elenca as justificativas apresentadas pelos bibliotecários referentes à questão 24, a qual aborda as justificativas para a padronização implantada pelo SiBIFRS.

Quadro 12 – Justificativas para a padronização implantada pelo SiBIFRS

Bibliotecário	Justificativa
Bibl. A	Já trabalhei em sistemas em que não há políticas de trabalho. É muito ruim, principalmente porque torna a base de dados da biblioteca uma miscelânea, e os erros se multiplicam.
Bibl. B	Dá mais respaldo às decisões cotidianas no atendimento e técnica.
Bibl. C	Sim. Somos uma instituição multicampi e devemos trabalhar enquanto sistema. Ter padronização agiliza processos, os uniformiza, qualifica e respalda.
Bibl. D	Como as bibliotecas do IFRS trabalham em sistema, a padronização é fundamental e evita o retrabalho.
Bibl. E	A padronização evita o retrabalho e diminui as dificuldades e empecilhos do cotidiano. O compartilhamento de experiências com o SiBIFRS aprimora e qualifica o trabalho do bibliotecário.
Bibl. F	A padronização de procedimentos é basilar, porém avalio que simplificar procedimentos será o próximo passo necessário para aperfeiçoar nosso trabalho.
Bibl. G	Acredito que a padronização é o melhor caminho, pois precisamos de identidade como rede e como sistema, temos vários campi, mas somos a mesma instituição, a padronização dos serviços, sistemas e processos é indispensável para o fortalecimento, não só do grupo mas da própria instituição.
Bibl. H	O trabalho desenvolvido pelos bibliotecários do SiBIFRS ajudam a desempenhar da melhor forma as atividades, pois há uma padronização quanto a todos os procedimentos, havendo otimização de tempo empregado nas dúvidas relativas ao desempenho da função bibliotecária.
Bibl. I	Ocorreu uma padronização nas rotinas.
Bibl. J	A padronização permite a catalogação cooperativa e com o tempo isto agilizará o trabalho.
Bibl. K	Os manuais ajudam a padronizar os procedimentos e elucidar dúvidas.
Bibl. L	Sim, pois antes cada um fazia de um jeito, agora temos procedimentos padronizados para todas as bibliotecas, o que facilita o trabalho, especialmente relativo aos processos técnicos.
Bibl. M	Somos uma rede de apoio com documentos que atendem a rede como um todo, o que traz coesão para o grupo e qualifica o trabalho.
Bibl. N	A padronização ajuda muito o desempenho da função do bibliotecário, principalmente, na uniformidade e qualidade do trabalho e resultados. Além disso, serve como norte para eventuais dúvidas.
Bibl. O	MUITO! A padronização dos métodos, documentos e procedimentos valoriza a biblioteca como setor fundamental do campus dando visibilidade e viabiliza sua consolidação como unidade importante na geração de valor nas avaliações de cursos.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

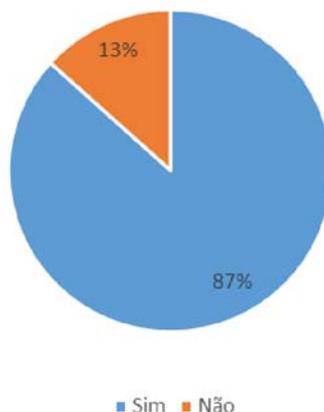
A totalidade de indicação positiva à questão 24 se justifica pelas respostas apontadas à questão 25, registradas no Quadro 12, por meio das quais se percebe que os bibliotecários, enquanto grupo, através do SiBIFRS, conseguem estruturar políticas e agilizar o desenvolvimento de um trabalho uniforme e de qualidade. Sendo assim, a realização de trabalhos em rede, de forma cooperada, possibilita não apenas a padronização de documentos e ações, como também, oportuniza suporte a materiais e à troca de vivências, fortalecendo, via coesão de ideias, a identidade do grupo.

Nessa perspectiva, Becker e Faqueti (2015, p. 71) entendem que para um SiBi existir, é importante que “se formalize essa integração das bibliotecas”, e que a instituição possibilite a criação de “uma unidade organizacional sistêmica que congregue todas as bibliotecas de campus” (p. 71), estabelecendo, com isso, a formação de um SiBi.

Esse formato organizacional como o SiBi, além do intercâmbio de saberes e a integração do grupo profissional, como já se enfatizou, valoriza o capital humano. Apesar dessa valorização, Becker e Faqueti (2015) afirmam que, mesmo com o passar dos anos, a visão sobre o gerenciamento das bibliotecas permanece caracterizada como local de guarda de materiais. A diferença é que, antes, “a gestão de bibliotecas resumia-se à guarda, ao zelo e à conservação das obras – atividades confiadas a um profissional altamente sábio” (p. 49) e, atualmente, essa mesma missão de “guarda e zelo pelas obras”, é conferida às bibliotecas escolares.

Contudo, às bibliotecas universitárias, abre-se a possibilidade de se administrar, de forma mais atuante, a gestão do conhecimento, viabilizando a oferta de “produtos e serviços diferenciados aos usuários, que possam contribuir mais efetivamente para a formação destes.” (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 49). Ainda de acordo com as autoras, esse formato integrado racionaliza a elaboração dos processos e atividades nas bibliotecas, pois é fundamental que os bibliotecários “trabalhem de forma articulada e integrada, visando otimizar os recursos, compartilhar serviços e dinamizar ações de forma unificada” (p. 71).

A questão 26, por se relacionar também ao SiBIFRS, aponta a participação quase que maciça dos bibliotecários em comissões e em GTs do referido Sistema, como demonstra o Gráfico 23. Na sequência, a questão 27 identifica os referidos grupos.

Gráfico 23 – Participação em comissão/GTs

Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com os apontamentos do Gráfico 23, percebe-se que a maioria dos bibliotecários, representada por 87%, participa de comissões ou de GTs do SiBIFRS, contribuindo na dinâmica de organização e gestão das bibliotecas, bem como na elaboração de manuais e políticas para o desenvolvimento da função bibliotecária, enquanto que somente 13% não fazem parte de nenhum GT.

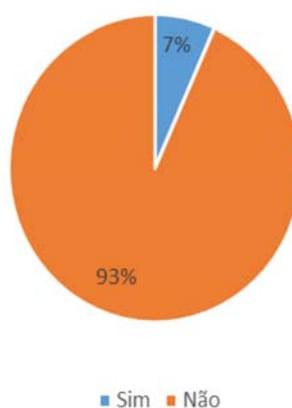
A atuação dos profissionais em GTs é fundamental para que sejam elaboradas as diretrizes, as políticas e os manuais que servem como reguladores de processos e ações nas bibliotecas, conforme argumentam Becker e Faqueti (2015, p. 73): “a cultura organizacional para o desenvolvimento de trabalhos cooperativos em equipes influencia diretamente o desempenho qualitativo das bibliotecas que atuam em rede.” Por conseguinte, para que todas as unidades possam crescer de maneira igualitária, é primordial o estabelecimento de diretrizes norteadoras, com objetivos comuns, respeitando-se as especificidades de cada biblioteca.

A estruturação de GTs, cuja finalidade é a padronização de documentos, formulários, métodos e procedimentos se dá, principalmente, a partir da aquisição do Pergamum (software para bibliotecas). Para atender às demandas, as comissões e/ou GTs vão sendo criados, dentre eles, a Comissão de Catalogação, a Comissão de Autoridades, a Comissão de Elaboração de Manual de Trabalhos Técnicos e Científicos; a Comissão de Ergonomia, Recursos Humanos e Estruturas de Bibliotecas; a Comissão do Repositório Institucional. Além dessa participação, os profissionais também se envolvem com outros assuntos e demais comissões no IFRS.

5.1.5 Especificação das ações de mediação de leitura por parte dos bibliotecários do IFRS

As questões do instrumento de coleta de dados correspondentes aos números 28 a 51 especificam as ações de mediação de leitura, praticadas pelos bibliotecários dos campi do IFRS, isto é, tratam do ato de ler nas bibliotecas, colocando em evidência o bibliotecário como mediador. Sendo assim, no que tange à participação dos bibliotecários em grupos de leitura, a questão 28 procura identificar quantos fazem parte deste tipo de atividade, conforme Gráfico 24.

Gráfico 24 – Participação em grupos de discussão ou clubes do livro



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelo que ilustra o Gráfico 24, a maciça maioria (93%) afirma não fazer parte de clubes de discussão; apenas 7% declara participar de círculos de discussão. A opção de associar a clubes/círculos de livro e/ou grupos de leitura a discussão sobre obras literárias é uma forma de aprofundar e estreitar a relação com as mesmas em seus diversos suportes. Isso propicia a facilidade de acesso a obras desejadas e representa o fortalecimento do hábito de ler.

No caso de blogs ou sites, estes promovem uma aproximação com outros leitores e oportuniza o diálogo, o debate e a ampliação de saberes literários. Esse formato tem muitos adeptos e apreciadores, sobretudo, na contemporaneidade, em que o tempo é valioso.

Por se tratar de um espaço comumente relacionado às práticas leitoras, a biblioteca permite uma maior aproximação entre o profissional e os usuários desta. Desse modo, a postura de leitor, reproduzida pelo bibliotecário, ao demonstrar

apreço pelos livros, pode desencadear influência em novos leitores, como assinala Caldin (2005, p. 165): “o êxito de uma biblioteca escolar em cativar leitores depende de duas variáveis: do acervo bibliográfico e do profissional que nela atua.” A autora reforça a ideia de que o bibliotecário deve possuir uma essência leitora, por meio da qual seja possível identificar o valor atribuído por ele à leitura.

Tendo em vista o aprofundamento nas questões relativas à leitura, a questão 29 especifica os grupos de leitura, dos quais fazem parte os bibliotecários envolvidos na pesquisa, de acordo com o Quadro 13.

Quadro 13 – Grupos de discussão, clubes do livro ou similares

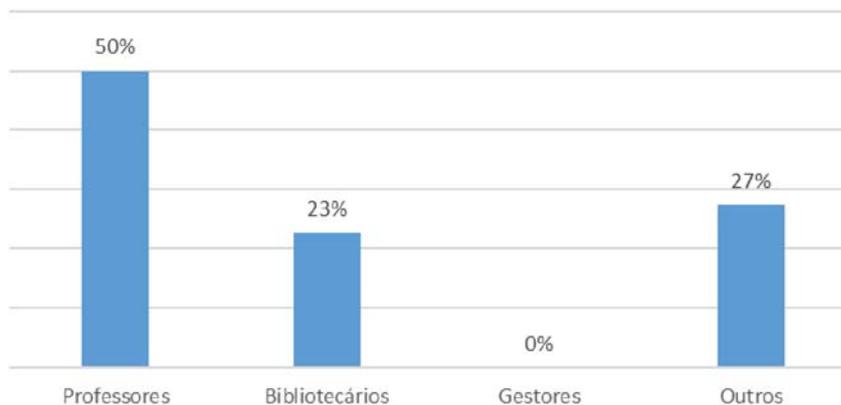
Bibliotecário	Identificação de grupo de discussão, clube do livro ou similar
Bibl. M	Começou em outubro dois horários para o clube de leitura, sob coordenação de um professor da área de Letras, com colaboração da equipe da biblioteca.
Demais bibliotecários	Não.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Como apenas 7% dos profissionais declara fazer parte de associações como as identificadas no Gráfico 24, a solicitação, para a progressão da análise do estudo, foi de um projeto colaborativo realizado no próprio campus, com participação em Programa de Incentivo à Leitura, da biblioteca e de outro setor, sob a coordenação de um professor da área de Letras. O envolvimento de vários profissionais em projetos de leitura é essencial para o desenvolvimento de um trabalho mais acentuado de fomento à leitura. Essa possibilidade de parceria multidisciplinar é basilar ao objetivo comum de incentivar o hábito da leitura.

Butlen (2002), ao se referir à necessidade de uma redefinição de objetivos sociais à formação leitora na França, mas aplicável no Brasil, afirma que é preciso ir além da visão didática convencional atribuída ao ato de ler, a fim de que horizontes sejam ampliados à conquista de novos leitores. Sendo assim, é relevante que a atenção se volte a novos espaços de aprendizagem, a novos atores e a novos formatos de prática leitora.

Complementarmente às questões anteriores da entrevista, a de número 30, de múltipla escolha, evidencia as ações mediadoras de leitura, promovidas nos campi, identificando os respectivos agentes, conforme Gráfico 25.

Gráfico 25 – Promotores de ações de mediação de leitura

Fonte: dados da pesquisa (2018)

No Gráfico 25, é possível observar que a metade dos participantes, isto é, 50%, atribui aos professores a organização de projetos e ações de fomento à leitura; na sequência, 23% dos envolvidos na entrevista, apontam os bibliotecários como mediadores, e referindo-se a demais promotores, na categoria outros, 27% citam outros projetos diversos realizados em seus campi. Dentre os citados em outros, destaca-se um projeto coordenado pela área de Letras, Linguística e Literatura que, além de auxiliar os imigrantes na aquisição básica do idioma, procura estabelecer vínculos com a literatura; uma ação multidisciplinar que conta com envolvimento de diversos profissionais. Além desse projeto, os estudantes também são citados como promotores de atividades de leitura.

Respostas negativas também são apontadas, pois informam a não existência de ações e o desconhecimento de atividade em prol da leitura. Ademais, algumas respostas associam aos dois profissionais, professores e bibliotecários, a responsabilidade pela execução de projetos ou atividades relativas à mediação de leitura. De certa forma, atribui-se à escola, mais especificamente ao professor, a aprendizagem da leitura, por estar associada ao ambiente escolar e, talvez, pelo fato de que um dos desafios fundamentais da educação brasileira seja a promoção da leitura. Uma preocupação latente que faz parte dos planos de incentivo em programas governamentais.

A preocupação com a leitura e suas práticas, apresenta-se mais comumente no ambiente escolar, pelo fato de se atribuir uma associação ao processo de alfabetização, bem como pela frequência com que é possível verificar uma certa carência de leitura nesse âmbito.

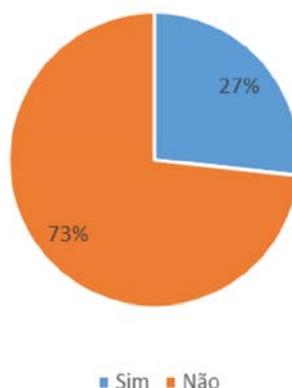
Kleiman (2002), ao tratar das contribuições teóricas para o desenvolvimento do leitor, destaca que, ao se deparar com as dificuldades relacionadas à leitura, apresentadas pelos alunos, a reação do professor é a de buscar meios que possam despertar o interesse, incentivando-os a ler, a fim de que a leitura se transforme em hábito. Entretanto, essa inquietude relativa à formação leitora é compartilhada por pais, familiares e diferentes profissionais, dentre estes, os bibliotecários, que buscam, no exercício da profissão, novas formas de incentivo à leitura para os usuários das bibliotecas.

Ao evidenciar a influência da família na formação leitora, Petit (2006) reforça que, em situações mais difíceis, tem se tornado, cada vez mais comum, diferentes profissionais, a exemplo de psicoterapeutas e psicanalistas, recorrerem às histórias, à poesia, aos contos. Isso porque é indiscutível a contribuição da arte, da cultura e da literatura na formação da personalidade e na resolução de conflitos emocionais.

À medida que as ações de mediação promovem a aproximação texto e leitor, os mediadores assumem a função de facilitadores, viabilizando, por intermédio de uma boa seleção literária, a curiosidade, a descoberta, o debate, enfim, a formação de novos leitores. Neste novo cenário, o mediador não precisa necessariamente ser um professor, como aponta Butlen (2002, p. 287): “os objetivos sociais da formação de leitores têm variado. Concernem a todos os mediadores da leitura e já não somente aos docentes.”

De modo complementar, ao abordar o contexto do docente mediador, Rösing (2001, p. 29) argumenta que “os agentes de leitura devem ser leitores e não aprendizes, para que possam contagiar os leitores em formação a se transformar em verdadeiros leitores.”

Diante desses apontamentos, verifica-se que a ação de mediação é uma missão substancial que exige dos mediadores preparo para atuação, tendo em vista o êxito na conquista de novos leitores. Ao visar à identificação da formação como mediador de leitura, a questão 31 se volta à capacitação obtida na graduação, ilustrada no Gráfico 26.

Gráfico 26 – Capacitação adquirida na graduação

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Os resultados apontados pelo Gráfico 26 indicam que, para a maioria dos participantes, isto é, 73%, inexistente tal instrução, enquanto que, para 27% deles, as disciplinas da matriz curricular possibilitam a capacitação como mediadores. Referentemente à formação acadêmica dos cursos de graduação em Biblioteconomia, como já mencionado, há uma preocupação com as competências técnicas, direcionadas ao processamento da informação científica e tecnológica, voltadas à gestão e ao mercado informacional.

Essa concepção mais tecnicista, na década de 80, já era criticada por Milanese (1986), pois, segundo ele, ao invés de se priorizar as disciplinas técnicas, seria relevante valorizar o aspecto humanista da profissão, a mediação de leitura. Em relação a essa abordagem mais tecnicista dos cursos de Biblioteconomia, Caldin (2002) defende a ideia de que a leitura deve fazer parte da profissão e da vida do bibliotecário, vislumbrando a biblioteca como um espaço cultural.

Para atender a esse aspecto, a questão de número 32 da entrevista foca a formação recebida pelo bibliotecário durante a graduação, habilitando-o ou não a assumir o papel de mediador de leitura, como se pode observar pelo Quadro 14.

Quadro 14 – Capacitação para mediação de leitura

Bibliotecário	Formação/capacitação para atuar como mediador de leitura
Bibl. B	Disciplina na graduação.
Bibl. G	Acredito que o bibliotecário pode ter esta formação também, mas como todas as profissões, ele pode não a utilizar ou não se identificar com este tipo de atividade. Acredito que, apesar de ter tido esta formação, ela foi insuficiente, pois não teve a prática e vai muito do perfil do profissional também.
Bibl. I	Abordagem em algumas disciplinas do curso.
Bibl. N	Na disciplina de Leitura, Biblioteconomia e Inclusão.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com as respostas explicitadas no Quadro 14, apenas uma indica especificamente uma disciplina da graduação direcionada à capacitação como mediador de leitura. Os demais participantes citam abordagens genéricas, sem aprofundamento em disciplinas da matriz curricular.

A partir dessa amostra, percebe-se que os bibliotecários, apesar de terem recebido orientações voltadas à formação leitora na graduação, consideram-nas insuficientes ou não se sentem habilitados a atuar como mediadores da leitura, ou ainda, capazes de promover projetos e ações de leitura, considerando que a função de mediar ultrapassa a simples indicação de obras.

De acordo com Almeida Júnior (2007), essa caracterização se dá pelo fato de a Biblioteconomia se relacionar aos princípios da Ciência da Informação. Todavia, a formação não deve se voltar somente ao aspecto informacional, pois há uma amplitude pelo viés das Ciências Sociais e Humanas. Neste caso, há necessidade de uma melhor análise, por parte do profissional, no sentido de se adequar às demandas, tendo em vista as exigências da nova sociedade, a premência de atualização constante e o aprimoramento de saberes e competências. Contudo, o referido autor acredita que a leitura deve ser motivo de reflexão e debates, uma vez que é o principal fazer deste profissional.

Conforme já destacado por Almeida Junior (2007), mesmo que não definidas para tal fim, as atividades desenvolvidas pelo bibliotecário podem estar alinhadas a práticas e ao incentivo de competências. Desse modo, o bibliotecário realiza a mediação, pois, ao facilitar o acesso dos usuários às informações, executa ações integradas de seus conhecimentos às necessidades reais dos demandantes.

Almeida Júnior e Bicheri (2013, p. 44) corroboram com essa ideia, enfatizando que, além de contribuir com a formação leitora, por intermédio de práticas de leitura no ambiente em que atua, o bibliotecário “tem responsabilidade para com a escola e sua função de mediador favorece, entre outros aspectos, a seleção, organização, disponibilização do acervo/informações” (p. 44), mesmo não sendo atividades declaradamente mediadoras.

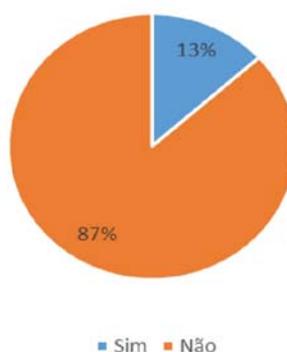
Sob essa ótica, Caldin (2005, p. 163) acredita que, entre os objetivos da biblioteca, concentra-se a “formação do cidadão consciente e capaz de um pensamento crítico e criativo” e a missão de “despertar o gosto pela leitura como forma habitual de lazer”. Além das práticas habituais, portanto, exige-se do bibliotecário que classifique a leitura como um ato de conscientização do indivíduo,

devendo tais características se estenderem a outros segmentos envolvidos neste processo cultural: professores, pedagogos, escritores e pesquisadores.

Igualmente, Silva (2016) relaciona a leitura diretamente à mediação. Para ele, a “leitura é um fazer que se aprende com o outro por meio de diferentes tipos de convivência social em determinadas comunidades de prática ao alcance de nossa participação” (p. 110). Dessa forma, resume esse ato como “uma prática socialmente – educacionalmente – construída e culturalmente mediada” (p. 110).

Considerando os pontos de vista desses autores, percebe-se a relevância da mediação e, sobretudo, a importância do profissional estar capacitado para a atuação como agente mediador, independente do segmento em que se insere ou das reais atribuições à função desempenhada na instituição. Depreende-se, portanto, que esse aspecto deve equivaler-se a uma formação extra, ou então, a uma especialização que auxilie no direcionamento de projetos e ações voltadas à formação de leitores. Seguindo a mesma linha de raciocínio, a questão 33 investiga os profissionais que realizam cursos extras de capacitação e/ou especialização, voltados à formação de mediação leitora, conforme Gráfico 27.

Gráfico 27 – Formação extra no que tange à mediação de leitura



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Do total de 15 participantes, 87% informam não ter nenhuma formação extra no que tange à mediação de leitura enquanto que, desse total, 13% admitem a busca por cursos com esse propósito, o que se verifica pelos dados expostos no Gráfico 27. Com base em sua dedicação aos estudos literários e à formação leitora, Rösing (2001) alega que o mediador precisa ser um leitor, pois considera este critério indispensável para que o processo aconteça. Reforça, assim, a importância da capacitação para este papel:

O processo de formação de agentes culturais precisa conferir-lhes competências capazes de selecionar as formas mais eficientes e criativas de dinamização dos acervos existentes e disponíveis, com o grande objetivo de estimular o leitor a se envolver com a leitura, cujo prazer vem da ampliação do conhecimento e do desenvolvimento de um olhar crítico para a sociedade em toda a sua complexidade. (RÖSING, 2001, p. 29).

Becker e Faqueti (2015) sinalizam a possibilidade de desenvolvimento de projetos de leitura em parceria, assim como enfatizam que deveriam ser ofertadas disciplinas relativas à leitura e também à formação do leitor no curso de Biblioteconomia. Em contrapartida, discordam dessa inabilidade dos bibliotecários referente à formação de novos leitores, pois acreditam que tanto a biblioteca quanto o bibliotecário podem contribuir com a formação leitora, uma vez que tanto o espaço quanto o profissional estão associados à busca de informação. Por extensão, à leitura e à apreensão do conhecimento, pois

a biblioteca pode colaborar para a formação de leitor dos usuários, pois é no seu ambiente que se encontram as informações organizadas e os profissionais qualificados para oportunizar aos usuários o desenvolvimento de competências no uso, na busca e no entendimento da informação. (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 50).

As estudiosas enfatizam também que o profissional deve ir além do básico estabelecido em sua formação acadêmica, visto que precisa estar preparado para a diversidade de demandas. Sendo assim, “não basta apenas a formação acadêmica, mas é preciso uma autoeducação contínua, por meio da pesquisa, da reflexão e do crescimento intelectual” (p. 66). Em relação ao processo de formação, na questão 34 da entrevista, os participantes da pesquisa têm a oportunidade de indicar capacitações direcionadas à formação leitora de acordo com o Quadro 15.

Quadro 15 – Participação dos bibliotecários em cursos destinados à formação leitora

Bibliotecário	Capacitação
Bibl. A	Fiz recentemente um curso na Editora Paulinas sobre literatura infanto-juvenil, e, também, oficina na Casa de Cultura Mario Quintana sobre contação de histórias com caixas cenários.
Bibl. C	Não obtive curso voltado a esta área.
Bibl. H	Leitura para Entender o Mundo; Extensão universitária em A arte de contar histórias; Cinco passos para a mediação de leitura.
Bibl. I	Não fiz nenhum curso específico.
Bibl. L	Não tenho curso na área.
Bibl. B, D, E, F, G, J, K, M, N, O	Não responderam.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com as respostas dos participantes da pesquisa, identifica-se a participação em capacitações voltadas à formação leitora, promovidas por editoras sobre literatura; oficinas em Casas de Cultura; cursos de extensão universitária, direcionados à contação de histórias. Entretanto, a maior parte dos bibliotecários reconhece não ter participado de curso algum ou ter recebido capacitação que os qualificasse para a mediação leitora como se pode conferir pelas respostas agrupadas no Quadro 15.

Apesar das grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia passarem por alterações, nesta amostra, percebe-se que tanto as disciplinas de graduação quanto os cursos de qualificação complementar não priorizam o princípio de formação do leitor como um aspecto basilar à capacitação profissional do bibliotecário. Dessa forma, é comum que os próprios bibliotecários se dediquem às funções mais técnicas e, conseqüentemente, busquem cursos complementares relacionadas às mesmas. Apesar disso, observa-se uma crescente mobilização na procura por capacitações direcionadas à formação do bibliotecário como mediador de leitura.

Ao abordarem a dificuldade de ações que incentivem a leitura, Almeida Júnior e Bicheri (2013), ressaltam que, por se fazer presente no cotidiano das pessoas, a leitura se caracteriza como “um momento em que, apesar de tantos recursos e informações, ainda se percebe que uma parcela representativa da população não vê na leitura uma necessidade ou um prazer em seu cotidiano” (p. 41).

Para que se consiga despertar o interesse e possibilitar a percepção do valor da leitura nos vários segmentos da vida, antes de tudo, é necessário mudar essa visão. Os referidos autores também se referem à necessidade da expansão de parcerias para que projetos mais abrangentes no tocante à formação leitora sejam desenvolvidos. Para eles, “Em busca da independência e autonomia na leitura, favorecendo a parceria de professor e bibliotecário, a biblioteca escolar é um local privilegiado para a formação de leitores.” (ALMEIDA JÚNIOR; BICHERI, 2013, p. 42).

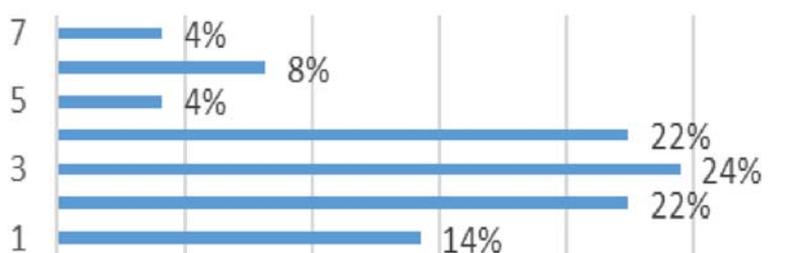
Ao focar a mediação de leitura, a questão de número 35, de múltipla escolha, revela as competências para atuação do bibliotecário, consideradas necessárias pelos participantes da pesquisa, conforme dados apresentados tanto na Tabela 3 quanto no Gráfico 28.

Tabela 3 – Competências necessárias para atuação do bibliotecário como mediador de leitura

Resposta	Número	Percentual
Buscar estar atualizado em relação ao mercado editorial	7	14%
Ser um leitor habitual/ativo	11	22%
Saber compartilhar e transmitir o prazer pela leitura	12	24%
Promover encontros / partilhar experiências literárias	11	22%
Possuir formação literária	2	4%
Não tenho formação para esse fim	4	8%
Outros	2	4%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 28 – Competências necessárias para atuação do bibliotecário como mediador de leitura



- 1 Buscar estar atualizado em relação ao mercado editorial
- 2 Ser um leitor habitual/ativo
- 3 Saber compartilhar e transmitir o prazer pela leitura
- 4 Promover encontros/partilhar experiências literárias
- 5 Possuir formação leitora
- 6 Não tenho formação para esse fim
- 7 Outros

Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com os resultados da Tabela 3 e Gráfico 28 correspondente, 24% dos bibliotecários consideram o ato de compartilhar e transmitir o prazer pela leitura uma das principais competências. Na sequência, 22% apontam as seguintes competências: ser leitor habitual/ativo e promover encontros/partilhar experiências literárias. Distintamente, para 4% dos participantes a opção buscar estar atualizado em relação ao mercado editorial é marcada como uma das competências essenciais enquanto que também 4% consideram dado imprescindível para atuar como mediador possuir formação literária. Do total de participantes, 8% declaram não ter condições de responder por não ter conhecimento e/ou recebido essa formação mais específica.

No item outros, demais fatores são citados. Alguns participantes acreditam que a demanda por habilitação é necessária, bem como uma maior aproximação com a literatura, enquanto outros destacam a importância de se ter uma equipe maior, com mais bibliotecários, inclusive, com disponibilidade de tempo para

desenvolver atividades culturais e de leitura na biblioteca. Este último fator é bastante limitador, visto que as equipes da biblioteca incluem, de modo geral, um bibliotecário por campus, acompanhado de, no máximo, três servidores, o que dificulta o desenvolvimento de projetos e atividades que exigem um maior envolvimento de servidores, sem deixar de considerar o horário de atendimento da biblioteca que também é amplo.

Pelas respostas apresentadas às questões de números 31 a 35, direcionadas à especificação das ações de mediação e à qualificação para atuação como agentes mediadores de leitura, identifica-se que a maioria dos respondentes acredita ser insuficiente, ou não ter recebido a capacitação específica para esse fim durante a graduação nem mesmo de forma complementar a esta.

Em virtude dos bibliotecários assumirem o papel de gestores do setor, precisam fazer escolhas dentre as demandas mais urgentes, o que dificulta a execução de projetos e ações relativas a procedimentos que não estejam diretamente relacionados às rotinas práticas das bibliotecas. Entretanto, há preocupação com a formação de novos leitores, ao mesmo tempo em que há uma sensação de impotência diante das prioridades que envolvem a efetiva atuação do bibliotecário.

Muitas são as dificuldades enfrentadas, uma delas referente à heterogeneidade de público que, segundo Becker e Faqueti (2015), exige ajustes no atendimento, bem como nos recursos disponíveis, pois “a forma como os serviços educacionais são ofertados se diferenciam, respeitando o nível de cada público e os recursos que a instituição oportuniza” (p. 44). As autoras complementam essa afirmação, declarando que, no ensino médio, os discentes ainda se encontram num estágio de “alfabetização informacional” (p. 44).

Em contrapartida, os discentes do ensino superior, mais envolvidos com a pesquisa, requerem um aprofundamento dos “processos de uso da informação de forma mais criteriosa e com maior rigor científico e tecnológico” (BECKER; FAQUETI (2015, p. 44). Não obstante, tanto o espaço da biblioteca quanto a equipe são comuns a todos os usuários. Desse modo, cabe ao gestor buscar a devida adequação às demandas de um público tão heterogêneo.

Petit (2009) considera o processo de mediação uma arte, ou seja, um dom de transmitir o prazer pela leitura, pois, segundo a autora, “o gosto pela leitura não pode surgir da simples proximidade material com os livros. Um conhecimento, um

patrimônio cultural, uma biblioteca podem se tornar letra morta se ninguém lhes der vida” (p. 154).

Além disso, o mundo contemporâneo assinala a existência de um novo tipo de leitor, conforme menciona Butlen (2002), um leitor multifacetado, adaptado às tecnologias e à variedade de suportes disponíveis para leitura. Para Santaella (2013), este novo leitor, denominado leitor ubíquo, caracteriza-se por “uma prontidão cognitiva ímpar para orientar-se entre nós e nexos multimídia, sem perder o controle da sua presença e do seu entorno no espaço físico em que está situado” (p. 278). A mesma autora reforça que o surgimento desse novo leitor não faz com que os anteriores desapareçam.

Rösing, em 2001, em sua obra sobre o perfil do novo leitor, já alertava para esta situação de crise que assola a sociedade brasileira, decorrente de uma crise econômica, com consequências sobre os vários segmentos da sociedade. No tocante à leitura, a autora assinalava que esse tipo de conjuntura, esse empobrecimento, determina o agravamento da situação de falta de recursos destinados à cultura e à educação, bem como ausência de políticas que possibilitem o avanço desse segmento. Para a pesquisadora,

a inexistência de uma cultura de leitura na população é determinante na submissão a que tem sido submetido um grande número de brasileiros.” Ainda acrescenta: “há um descompasso na formação das condições necessárias ao exercício da cidadania determinado pela separação entre cultura e educação. (RÖSING, 2001, p. 9).

Para a referida autora, dar continuidade às ações de fomento à leitura e ao estabelecimento de novas políticas de leitura, com aumento de investimentos e disponibilização de mais recursos a programas é de extrema importância. Do mesmo modo, uma maior mobilização no sentido de amenizar a situação de abandono, pois “Falar da precariedade das condições de leitura no Brasil é manter um compromisso com a verdade. O que não se admite é manter-se indiferente a essa situação [...]” (RÖSING, 2001, p. 10). A pesquisadora também destaca a existência de um compromisso da sociedade com esse novo leitor, pois a “formação de um leitor eclético, crítico, navegador é uma imposição do mundo contemporâneo” (p. 60).

Ainda referentemente às ações mediadoras de leitura, a questão 36 investiga por meio do instrumento de pesquisa a existência de projetos de cooperação entre bibliotecários e outros setores e/ou servidores, identificados no Quadro 16.

Quadro 16 – Projetos de cooperação entre bibliotecários e outros setores/servidores

Bibliotecário	Identificação dos projetos de cooperação
Bibl. A, B, C, D, E, G, H, I, J, L, N	Não. Atualmente não.
Bibl. F	Sim, é realizado um projeto de fomento à leitura com a coordenação do Curso Técnico Concomitante em Suporte e Manutenção em Informática.
Bibl. K	Sim, o Programa Litera mundo.
Bibl. M	O projeto Clube de leitura começou em outubro de 2018 e é coordenado por professor da área de Letras.
Bibl. O	Projeto de extensão: Gelateca literária para a comunidade.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Muitos participantes da pesquisa posicionam-se de forma negativa enquanto outros citam alguns projetos desenvolvidos em parcerias, tais como: projeto de fomento à leitura, sob coordenação do Curso Técnico Concomitante em Suporte e Manutenção em Informática; Programa Litera mundo e projeto Clube de leitura, sob coordenação da área de Letras; projeto de extensão Gelateca literária para a comunidade, de acordo com as respostas expostas no Quadro 16.

Pelos projetos citados, identifica-se a importância da colaboração entre setores ou entre profissionais com um objetivo comum. Esse cooperativismo fortalece o desenvolvimento de ações, sem sobrecarga aos profissionais, facilitando, assim, a estruturação de novos projetos e atividades integradas.

Outro aspecto importante nessa estruturação é o caráter multifacetado, no qual cada profissional/setor contribui com olhares diferentes para um mesmo propósito. Cada um com a oportunidade de participar e apoiar da forma que lhe é possível, atribuindo características específicas que resultam em um trabalho mais completo e coeso.

Esse formato organizacional de trabalho cooperativo se assemelha a uma colcha de retalhos, na qual cada pedaço vai dando um formato particular, com características identificadoras, porém, cada parte contribui para a construção da unificação do todo.

Pelas respostas dos profissionais, percebe-se que alguns projetos ainda estão se fortalecendo, daí a importância desse envolvimento multifacetado, para o desenvolvimento de ações em prol da leitura. Em relação a esse aspecto, Rösing (2001) também já destacava a importância de parcerias para um trabalho mais colaborativo entre profissionais e/ou setores e uma maior integração, com possibilidade de êxito na formação de novos leitores.

O trabalho individual tanto do mediador da leitura quanto do aprendiz deve dar lugar ao trabalho em grupo interdisciplinar, transdisciplinar e interativo, eliminando a aprendizagem linear, fragmentada, em favor de um processo de aprendizagem em rede, no âmbito da complexidade que os saberes emergem-no mundo em que vivemos. (RÖSING, 2001, p. 43).

Almeida Junior (2007) reforça essa ideia de trabalho cooperativo, afirmando que professores e bibliotecários podem promover ações conjuntas com a finalidade de conquistar novos leitores, pois, apesar de ambos serem considerados educadores, assumem funções distintas na instituição, logo, diferentes visões sobre a formação leitora.

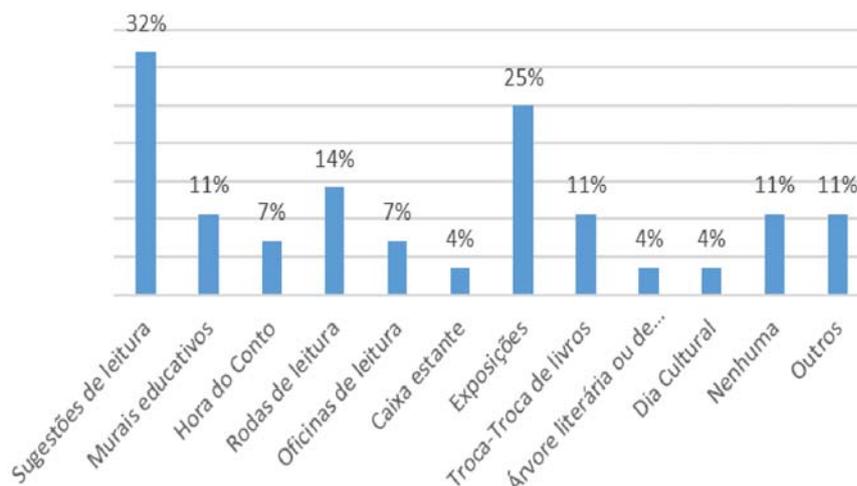
O bibliotecário pode retratar a leitura por outra perspectiva, considerando que este profissional “não tem como incumbência primeira cumprir conteúdos e/ou grades curriculares” (p. 47). Sob esse ponto de vista, “sua participação na formação do leitor, no prazer da leitura deve se desprender da cobrança de leitura para aquisição de conteúdos ou normas gramaticais” (p. 47), tornando a incumbência mais leve. Professor e bibliotecário podem, então, estabelecer parceria, unindo forças, imaginação e criatividade em várias atividades com um mesmo fim.

Tendo em vista a investigação de ações já realizadas nas bibliotecas e/ou campus, a questão 37, de múltipla escolha e com uma opção aberta, põe em evidência tais ações relacionadas à leitura, conforme identifica tanto a Tabela 4 quanto o Gráfico 29.

Tabela 4 - Ações de mediação realizadas na biblioteca/campus

Resposta	Número	Percentual
Sugestões de leitura	9	32%
Murais educativos	3	11%
Hora do conto	2	7%
Rodas de leitura	4	14%
Oficinas de leitura	2	7%
Caixa estante	1	4%
Exposições (datas comemorativas)	7	25%
Troca-troca de livros	3	11%
Árvore literária ou de poemas	1	4%
Dia Cultural	1	4%
Nenhuma das opções	3	11%
Outros	3	11%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 29 – Ações de mediação realizadas na biblioteca/campus

Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com os dados da Tabela 4, explicitados no Gráfico 29, para 32% dos participantes, as sugestões de leitura são comuns nas bibliotecas; para 25%, as exposições (datas comemorativas); 14% dos profissionais oportunizam rodas de leitura; 11% destacam os murais educativos; também 11% têm viabilizado a ação troca-troca de livros; 7% têm promovido a hora do conto; igualmente, 7% têm propiciado oficinas de leitura; 4% costumam disponibilizar a árvore literária ou de poemas; também 4% têm promovido o dia cultural. Além dessas, outras ações são destacadas em outros, que somadas, atingem 11% das indicações, dentre elas, palestras, conversas com escritores e sessão de autógrafos com autores da própria instituição. Pelas respostas, evidencia-se que um significativo percentual, isto é, 11% dos bibliotecários opta pela alternativa nenhuma ação, informando que, na biblioteca ou no campus, não são realizadas ações relacionadas à leitura.

De certa forma, a organização dos serviços dentro da biblioteca pode ser considerada uma forma de mediação, por facilitar a localização dos materiais no setor, viabilizando o acesso rápido e por possibilitar a apropriação de informações e conhecimentos, adequando-os às necessidades e enriquecendo as experiências leitoras.

Almeida Júnior (2007) salienta que, ao utilizar seu conhecimento para executar tarefas que atendam às necessidades dos usuários, o bibliotecário ou gestor da informação atua como mediador, quer seja pelos serviços identificados como de referência e informação, quer por meio de atividades como processamento técnico, seleção de títulos e aquisição de materiais. Tais atividades possibilitam que

os usuários desenvolvam hábitos e habilidades, apropriando-se de informações e conhecimentos ao exercitarem práticas leitoras de forma consciente e criativa.

As ações de mediação apontadas deixam transparecer que os bibliotecários tendem a realizar ações que envolvem mais especificamente o espaço da biblioteca para exposições, uso dos murais, troca-troca de livros ou similares, entre outras. Do mesmo modo, viabilizam ações que envolvem a participação do bibliotecário e a equipe por meio de sugestões de leitura, disponibilizadas de várias formas: listas durante um diálogo; listas encaminhadas por correio eletrônico; citações que podem despertar o interesse pelas obras. Estas últimas apresentadas em potes, móveis, árvores ou outros formatos criativos. Já outras atividades exigem a participação de outros profissionais e de espaços mais amplos, visto que nem sempre o ambiente da biblioteca é o mais apropriado para realização de tais atividades. Dentre estas, destacam-se ações como hora do conto, oficinas e rodas de leitura, palestras e conversas com autores, dia cultural, sessão de autógrafo com autores da própria instituição e caixas estantes.

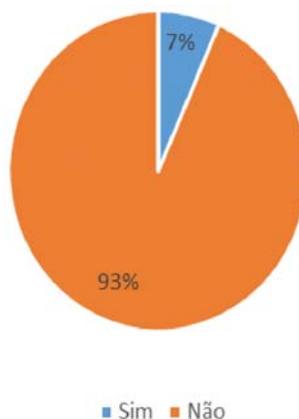
Para Rösing (2001), essa aproximação promovida pelo agente mediador pode trazer inúmeros benefícios aos usuários, tendo em vista que “a leitura deve ser considerada como uma prática política e social, a partir do diálogo entre o leitor e o autor” (p. 29).

No âmbito das bibliotecas do IFRS, essas ações, mesmo que simples, são elaboradas com o intento de despertar o interesse dos usuários, possibilitando uma aproximação destes com a leitura, bem como com os autores e suas obras, promovendo, assim, o encontro dos usuários com as informações e com o conhecimento desejado. Pequenas ações que sinalizam a preocupação dos bibliotecários com a formação leitora, portanto, representam ações de mediação.

Nesse sentido, Rösing (2001) destaca a importância do papel do mediador, com foco nas contribuições que a leitura pode trazer, independentemente deste ser familiar ou educador, “pois enquanto prática política, o ato de ler pode conduzir transformações individuais e sociais de magnitude ímpar” (p. 29).

A questão de número 38 procura estabelecer relação com as ações praticadas nos campi, apontadas pelos bibliotecários, indagando sobre os processos de avaliação referentes aos resultados das atividades mediadoras, conforme Gráfico 30.

Gráfico 30 – Avaliação dos resultados das atividades mediadoras



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Em relação à existência de um processo de avaliação, dos 15 participantes, 97% respondem negativamente enquanto que apenas 3% informam positivamente, conforme dados do Gráfico 30. Entretanto, na questão 39 que busca a identificação dos respectivos processos de avaliação utilizados, um único procedimento é citado: tabulação de dados. De modo geral, este procedimento visa à análise de resultados obtidos em ações promovidas, não necessariamente relativos às atividades realizadas no campus. Essa informação foi a única resposta indicada na questão 39, para dar completude às respostas dadas às questões 37 e 38.

Geralmente, nas instituições educacionais, os projetos e ações são desenvolvidos no sentido de promover o encontro entre o leitor e a leitura, contudo, sem estabelecer diretrizes para uma posterior avaliação de resultado, ou então, uma cobrança. Os objetivos correspondem muito mais a instigar a curiosidade e firmar um vínculo mais espontâneo, numa perspectiva mais livre, aprazível, sem a obrigação de um retorno produtivo.

Colomer (2007), em sua obra *Andar entre livros*, discorre sobre a promoção de atividades leitoras, seja nas salas de aula ou além destas, expondo algumas mudanças de perspectiva e diretrizes em relação a modelos de leitura. Afirma que a falta de interesse dos jovens pelo ato de ler acontece ainda quando estão na etapa escolar, inclusive, aponta a responsabilidade às próprias instituições educacionais, visto que “alguns dos fatores que o produzem têm causas escolares, por defeitos nos métodos didáticos ou por fatores contraditórios como o fato de que a exigência do conhecimento” (p. 47).

Nesse caso, inclui-se a pedagogia tradicional de cobrança da leitura por intermédio de provas e trabalhos escolares, a exemplo das fichas de leitura. Consoante Colomer (2007), “as formas de vida atuais se afastam das representações leitoras anteriores, devido a que incluem uma relação utilitária com o tempo, não propiciam atividades de ritmo sustentado e concentrado” (p. 47). Desse modo, a sociedade atribui “uma função profissionalizante à leitura”, promovendo a fragmentação desta, assim como tende a desenvolver “hábitos de socialização juvenil que não passam de compartilhar as leituras” (p. 47).

A referida autora acredita em um movimento contrário, com participação de outros agentes sociais, no sentido de se buscar os fatores que, em outras épocas, influenciaram positivamente a leitura, mesmo em ambientes que não favoreciam o desenvolvimento desta. Diante dessa reflexão, complementa:

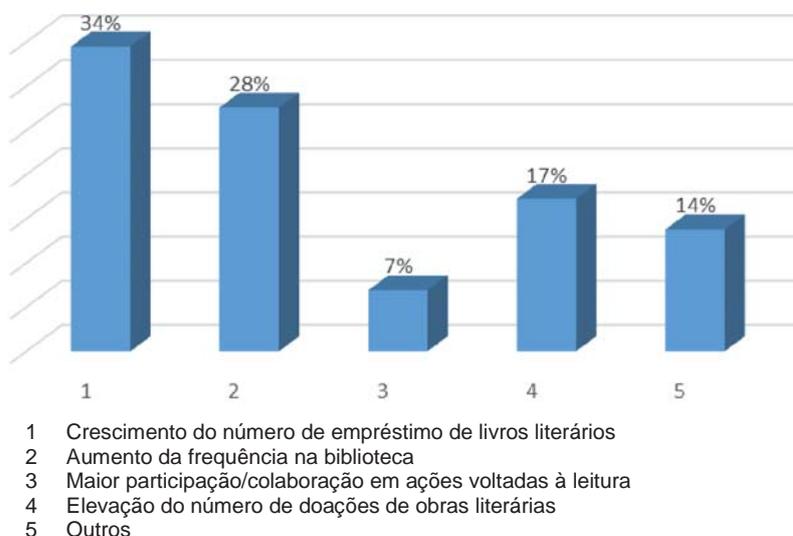
há que se levar em conta definitivamente que os hábitos culturais da sociedade não dependem apenas da instituição escolar e que as decisões neste âmbito devem basear-se em uma análise mais complexa do fenômeno e na colaboração de diferentes agentes sociais.(COLOMER, 2007, p. 48).

Ainda em relação às ações mediadoras, com o intuito de descobrir os indicativos que possibilitam uma análise de resultados dessas atividades, na questão 40, com possibilidade de múltipla escolha, são apresentados, aos participantes da pesquisa, vários itens como possíveis indicadores, decorrentes das ações promovidas, o que se pode conferir pela Tabela 5 e pelo Gráfico 31 respectivamente.

Tabela 5 – Indicativos de resultados para ações mediadoras executadas

Indicativo	Número	Percentual
Crescimento do número de empréstimo de livros literários	10	34%
Aumento da frequência na biblioteca	8	28%
Maior participação/colaboração em ações voltadas à leitura	2	7%
Elevação do número de doações de obras literárias	5	17%
Outros	4	14%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 31 – Indicativos de resultados para ações mediadoras executadas

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Considerando os indicativos sugeridos, pôde-se observar que 34% dos profissionais acreditam ser possível identificar a positividade das ações mediante o crescimento do número de empréstimo de livros literários; 28% apontam o aumento da frequência na biblioteca como um fator positivo, resultante das ações de mediação de leitura; 17% consideram como indicativo relevante a elevação do número de doações de obras literárias e 7% indicam uma maior participação/colaboração em ações voltadas à leitura como efeito das ações mediadoras, como se observa pelos dados expostos na Tabela 5 e Gráfico 31 correspondente.

A soma das indicações para opção outros recebe 14%. Nesta alternativa, os respondentes citam outras possibilidades de indicativos ou opções, dentre os retornos, alguns direcionados mais especificamente às ações realizadas nos campi, tais como: “Não, pois as rodas de leitura proposta são para discutir com os vestibulandos as obras indicadas pela UFRGS. Com pareceres técnicos, têm foco e público específico. Acho que devemos pensar em propostas que vão além do vestibular.”; “Não se aplica.”; “Não temos ações, mas há um crescimento na frequência da biblioteca e aumento dos empréstimos.” e “O projeto começou agora, por isso ainda não há resultados para mensurar.”

Na questão 41, os bibliotecários são indagados se consideram as ações mediadoras, desenvolvidas pela biblioteca ou campus, fontes de contribuição para mudanças na vida dos usuários. Em resposta, a totalidade dos entrevistados declara

acreditar que tais ações contribuem para mudanças na vida dos usuários. Mesmo que representadas por pequenas intervenções, possibilitam o incitamento de um interesse ou motivação. Assim, configuram uma opção a mais para o despertar da prática de leitura. Por acreditarem que as ações mediadoras, desenvolvidas nas bibliotecas do IFRS, mesmo que singelas, contribuem para uma mudança de comportamento, os bibliotecários pretendem dar continuidade ao processo de mediação, direcionando à questão informacional ou à leitora. Logo, julgam válidas as manifestações em prol da cultura, do incentivo à leitura, atribuindo às bibliotecas um aspecto mais cultural e menos tecnicista e austero.

Para Rösing (2001), a “mediação da leitura se constitui numa situação comunicativa, variável” (p. 29). Daí a razão de se “estimular o leitor a se envolver com a leitura cujo prazer vem da ampliação do conhecimento e do desenvolvimento de um olhar crítico em toda a sua complexidade” (p. 29). Para que isso se efetive, é necessário o envolvimento de várias pessoas, atuando como agentes no processo de construção da criticidade dos leitores e, por extensão, da cidadania: pais, avós, familiares, professores, bibliotecários, entre outros.

Becker (2001), ao se referir às principais funções da literatura infantil, mas podendo estas ser úteis às fases posteriores da leitura, destaca o desenvolvimento da sensibilidade estética.

Apreendendo o mundo a partir de suas sensações e de sua imaginação criadora, e não a partir de conceitos e relações lógicas, o sentido do mundo encontra-se para a criança, cifrado no sensível. É através da sensibilidade, e não do pensamento abstrato, que ela tem acesso ao verdadeiro, com o que se repete de certa forma, em sua existência particular, um momento de evolução da humanidade, quando cabia à arte e à mitologia esclarecer ao homem sobre a verdade. (BECKER, 2001, p. 149).

O autor complementa que esse sentido de mundo deve ser incentivado para que o mesmo possa se expandir. Assim, “se a sensibilidade é também uma conquista histórica do homem, e, portanto, não se desenvolve naturalmente por si mesma, mas deve ser cultivada de forma contínua, o mesmo pode ser dito de seu senso crítico.” (BECKER, 2001, p. 150). Relevante considerar que, mesmo ocorrendo de forma lenta, independente da faixa etária ou do nível de ensino, a mudança provocada pelas ações de mediação é significativa na vida dos usuários.

Para dar consistência à contribuição das ações de mediação na vida das pessoas, na questão 42, solicita-se que os bibliotecários cite exemplos dessas ações realizadas nos campi, demonstradas no Quadro 17.

Quadro 17 – Ações de mediação nos campi

Bibliotecário	Ações específicas realizadas nos campi
Bibl. A	Foi realizado aqui na biblioteca uma hora do conto em Libras, mas também sem deixar de lado a oralidade, pois temos os dois tipos de públicos aqui, surdos, mudos e falantes.
Bibl. B, C D, G, H, I, J, K, L, M, N	Não responderam.
Bibl. E	Gincana para arrecadação de gibis.
Bibl. F	Clube do livro.
Bibl. O	Participação em Projeto de Extensão: Educação Financeira para alunos do ensino fundamental (com obras e jogos educativos).

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme as ações indicadas no Quadro 17: realização da hora do conto em Libras na biblioteca, sem deixar de lado a oralidade, devido à presença dos dois tipos de públicos: surdos e ouvintes; gincana para arrecadação de gibis; clube do livro; participação em projeto de extensão: Educação Financeira para alunos do ensino fundamental, com obras e jogos educativos, mais uma vez, identifica-se a presença da multidisciplinaridade ou das múltiplas facetas, bem como a realização de atividades em conjunto com outros setores e profissionais.

Essa integração aumenta as possibilidades de resultados positivos no processo de mediação e formação de leitores. A relação entre setores e servidores propicia, portanto, intercâmbio de experiências, assim como a comunicação e a divulgação de projetos e ações ampliam o campo de abrangência, conseqüentemente, a construção de novas possibilidades de mediação ou de uma continuidade de feitos relativos à prática leitora.

Esse formato multifacetado torna possível a execução de atividades diversificadas, com contribuições distintas, possibilitando o envolvimento de um maior número de indivíduos em ações conjuntas, bem como de inclusão. Isso posto, pode-se afirmar que, em decorrência de uma colaboração heterogênea, há uma maior abrangência de envolvidos, comprometidos com a execução ou pertencentes ao público-alvo.

Para tratar da divulgação das atividades realizadas na ou pela biblioteca e como acontecem, na questão 43, de múltipla escolha, são relacionadas algumas

opções, possibilitando aos bibliotecários a indicação das pertinentes e reais a cada campus, o que se confere no Gráfico 32.

Gráfico 32 – Divulgação de atividades realizadas pela biblioteca



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Os bibliotecários envolvidos na pesquisa apontam como alternativas de divulgação de atividades desenvolvidas na/pela biblioteca, de acordo com os resultados apontados no Gráfico 32: 37% para o uso de murais e/ou cartazes; também 37% para o uso da página do IFRS-campus; 27% para o uso das redes sociais. Para a opção outros, com 23% das indicações devidamente somadas, são citadas alternativas como o uso do correio eletrônico (e-mail). Os participantes também informam a não aplicação ou nenhuma atividade realizada, portanto, sem divulgação.

A divulgação das atividades promovidas pela biblioteca ou realizadas nesta nem sempre é possível, assim como não há consenso entre os profissionais em relação à promoção do marketing do setor. Na maioria das vezes, a opção mais simples é a utilização de murais, cartazes, banners, com visibilidade e que geralmente dão resultados quando a intenção é divulgar algum evento ou atividade.

Em conformidade com Cunha (2000), a veiculação informacional sobre os serviços e produtos oferecidos nas bibliotecas é essencial, considerando-se que um dos focos desses centros de informação é justamente a disseminação da informação. Nesse sentido, divulgar as atividades realizadas faz parte desse processo. Para o autor, o formato digital surge para contribuir e agilizar essa propagação, pois

os esforços de marketing devem ser orientados para os benefícios. Portanto, para os estudantes, eles necessitam focalizar nas suas necessidades para a informação que seja acessível rapidamente, no tempo que eles precisarem dela, no formato e local desejados. (CUNHA, 2000, p. 84).

Apesar de as tecnologias trazerem agilidade e rapidez às diferentes esferas sociais e aos variados setores, a maioria das bibliotecas ainda depende do fator humano para fazer uso desses recursos e propagar as informações. Apesar disso, a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, mais conhecidas como TIC, tem acentuado o seu uso em todos os segmentos. Com isso, as áreas envolvidas com a informação também têm se rendido às novas tecnologias, provocando mudanças na forma de difundir e disseminar informações.

Nesse sentido, principalmente a Internet tem se tornado um recurso amplamente utilizado, pois como canal interativo acrescenta praticidade e dinamismo à troca de informações. Dessa forma, é possível otimizar a execução de serviços e a disponibilização de produtos ofertados. Por conseguinte, com essas novas ferramentas ampliam-se as possibilidades de divulgação, abrangendo um maior número de usuários.

Ao apresentar o marketing da informação como abordagem inovadora da gestão informacional, destinado a instituições com ou sem fins lucrativos, Amaral (2011) aponta a relevância do marketing, sobretudo, a partir do surgimento e domínio da Internet, haja vista que ele “reflete tanto a natureza mutável dos serviços de informação como as perspectivas teóricas e práticas do marketing, principalmente após o surgimento da Internet e da Web” (p. 88). Isso posto, a pesquisadora salienta que o início da era digital, com a chegada da Internet e de suas ferramentas, provoca uma mudança na forma de percepção e utilização desses recursos. Logo, o que recentemente era considerado oportuno, deixa de ser, devido à exigência de novas posturas do momento digital. Em sua opinião, “há pouco tempo, o marketing de massa fazia sucesso. Agora, precisa ser direto e pessoal, pois o mundo digital pressupõe interatividade, característica fundamental à mudança de paradigma no marketing.” (AMARAL, 2011, p. 88).

Opções como correio eletrônico, websites, blogs e redes sociais são recursos que facilitam a comunicação com os usuários. Entretanto, é preciso ponderar sobre a opção de divulgar em redes sociais, pois esta fica mais restrita às bibliotecas que possuem perfil nessas redes, como também às que dispõem de recursos humanos

para organizar e controlar as informações. Para a referida autora, ao se optar pela promoção da informação e das atividades relacionadas ao universo informacional, de forma mercadológica, independente de visar ou não a lucros, há uma grande vantagem de o marketing aumentar as chances de se evidenciar “o papel desempenhado pelas bibliotecas e demais unidades de informação na sociedade como organizações capazes de gerenciar a informação e o conhecimento na área de negócio de seus mantenedores.” (AMARAL, 2011, p. 97).

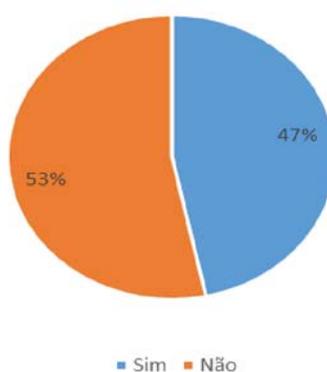
Outros estudiosos também abordam esse tema, dentre eles, Peruzzo (2002). Para ele, o marketing digital pode ser denominado webmarketing e assim o conceitua:

uma nova ferramenta de comunicação e distribuição realizada por meio de recursos digitais, em que organizações e consumidores buscam interatividade total nos seus relacionamentos, proporcionando uma troca com a satisfação rápida, personalizada e dinâmica. (PERUZZO, 2002, p. 55).

Ainda que o marketing ou webmarketing da informação não seja, na maioria das vezes, um consenso relacionado mais à informação e ao valor agregado a esta do que às atividades relacionadas ao trabalho desenvolvido nas bibliotecas, é imprescindível que se dê visibilidade às ações, até mesmo como uma forma de melhorar a popularidade do setor.

Para especificar o uso das redes sociais, apontado como alternativa de divulgação pelos bibliotecários na questão 43, o questionamento em torno da questão de número 44 tem em vista identificar as bibliotecas que possuem perfil do setor nas respectivas redes sociais, como ilustra o Gráfico 33.

Gráfico 33 – Perfil da biblioteca nas redes sociais



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Os dados revelados pela entrevista semiestruturada indicam um quadro bem dividido, mas com pouca margem de diferença, no qual 47% dos profissionais já possuem perfil em redes sociais e 53% ainda não fazem uso dessa ferramenta, como demonstra o Gráfico 33. Ao se referirem aos avanços da Web 2.0, correspondentes à evolução dos produtos e dos serviços da Internet, Blattmann e Silva (2007) afirmam que esse novo ambiente tem alterado o formato tradicional de comunicação (documentos e ferramentas), permitindo ir além dos limites físicos ao se compartilhar ideias e informações numa concepção atemporal.

A evolução da Web possibilita a criação de espaços cada vez mais interativos, nos quais os usuários possam modificar conteúdos e criar novos ambientes hipertextuais. Estes recursos são possíveis devido a uma nova concepção de Internet, chamada Internet 2.0, Web 2.0 ou Web Social. (BLATTMANN; SILVA, 2007, p. 192).

Outro aspecto destacado pelos autores é a participação de setores relacionados à informação como as bibliotecas. Assim, o formato de biblioteca 2.0 deve acompanhar o desenvolvimento da Web 2.0 e ir “além dos serviços tradicionais, estáticos, assíncronos e observar a interação e colaboração dos usuários.” (BLATTMANN; SILVA, 2007, p. 193).

No que tange à Web Social, depreende-se que os ambientes mais interativos proporcionados pelas redes sociais têm se expandido rapidamente, promovendo, com isso, um maior alcance informacional, além de estimular a comunicação e o compartilhamento de informações. Sob essa lógica, a utilização dessas ferramentas pelas bibliotecas é uma opção que pode facilitar a divulgação dos serviços e produtos, bem como promover a aproximação desse setor com os seus usuários.

Como se pôde constatar pelos dados do Gráfico 33, algumas bibliotecas do IFRS já possuem perfis atuantes em redes sociais, mais especificamente no Facebook. Dessa forma, permitem o acesso ao catálogo da rede Pergamum, facilitando a consulta ao acervo dos campi, bem como as renovações dos empréstimos. A fim de se investigar a possibilidade de uso das redes sociais como ferramenta de incentivo à leitura, 100% dos participantes da pesquisa, em resposta à questão 45, manifestam aprovação.

Apesar da noção precisa da exigência de quantitativo de pessoal, a totalidade dos participantes acredita que é possível fazer uso das redes sociais como ferramenta de incentivo à leitura. Veem nestas um recurso de acesso mais fácil para

os usuários, considerando que a maioria deles faz uso das mesmas constantemente. Isso representa uma forma de se promover e divulgar obras do acervo ou indicar outras, realizar bate-papos sobre leituras, descobrir preferências culturais dos usuários, compartilhar leituras, entre outras atividades.

Todavia, segundo Blattman (2009), antes de qualquer divulgação, é preciso organizar, com responsabilidade, o que será postado. Sendo assim, é fundamental um “planejamento estratégico e não simplesmente acompanhar os modismos tecnológicos, pois os usuários confiam e utilizam os serviços e produtos da biblioteca” (p. 16).

De acordo com Butlen (2002), a tendência é que as bibliotecas acompanhem as evoluções tecnológicas. Desse modo, devem se adequar, fazendo uso das ferramentas disponíveis, bem como estruturando espaços multimídiais de leitura e de animação cultural, haja vista as competências atribuídas ao novo perfil de leitor do século XXI: ser capaz de ler em todos os tipos de suportes; ser capaz de ler todo tipo de textos e documentos; ser capaz de situar-se nos objetos de leitura: texto, paratexto e intertexto.

A fim de se investigar como é possível fazer uso das redes sociais como ferramenta de incentivo à leitura, em resposta à questão 46, os bibliotecários apontam as opções descritas no Quadro 18 como vantagens e fomento às práticas leitoras.

Quadro 18 – Sugestões de uso das redes sociais como ferramenta de incentivo à leitura

(continua)

Bibliotecário	Uso das redes sociais
Bibl. A	A divulgação é a alma de qualquer atividade, e hoje as redes sociais permitem uma multiplicação muito rápida. Como nossas oficinas tem como público-alvo o aluno que quer prestar vestibular, isso auxilia bastante no público que precisamos alcançar.
Bibl. B, J, K	Não responderam.
Bibl. C	Murais interativos com indicação de títulos, enquetes, propagandas de ações na biblioteca.
Bibl. D	Informando sobre novas aquisições de livros. Comentando sobre novos lançamentos de livros. Comentando sobre atividades da biblioteca.
Bibl. E	Divulgando obras, o acervo e serviços da biblioteca e outros conteúdos relacionados à leitura.
Bibl. F	Identificar por meio das redes o gosto literário dos leitores da biblioteca.
Bibl. G	Nosso usuários estão, praticamente, todos nas redes sociais, e acredito que através delas é o método mais eficiente para divulgação dos serviços e das atividades desenvolvidas na biblioteca.

(conclusão)

Bibliotecário	Uso das redes sociais
Bibl. H	Postar novidades literárias, cursos e até mesmo pequenas resenhas nas redes sociais.
Bibl. I	Divulgando títulos novos adquiridos e resenhas literárias.
Bibl. L	Acho que na divulgação de obras literárias, por exemplo.
Bibl. M	Explorando o acervo da biblioteca, datas comemorativas, divulgando ações culturais.
Bibl. N	Sugestões de leitura, convites para saraus, enquetes literárias.
Bibl. O	Importante veículo de divulgação.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelas respostas apresentadas pelos bibliotecários envolvidos na pesquisa, evidencia-se que praticamente todos apontam as redes sociais como uma ferramenta com grande potencial para aproximação dos usuários à leitura. Seja por intermédio de sugestões de obras, informações sobre a ampliação do acervo, divulgação de programações da biblioteca, de eventos literários e/ou culturais, resenhas, ou quaisquer outras ações relacionadas à leitura, os participantes, de modo geral, registram, de acordo com o Quadro 18, que esse recurso facilita o acesso a um público maior, aproximando e permitindo o diálogo e um estreitamento de relações. À vista disso, observa-se que existe, por parte dos bibliotecários, uma consciência da importância da diversificação dos recursos para incentivo à leitura, bem como da criatividade necessária para despertar o interesse de novos leitores.

Ao tratar do uso das redes sociais em bibliotecas, Maness (2007) apresenta uma nova teoria e a descreve como uma aplicação das tecnologias baseadas na Web para interatividade, reforçando sua centralização no usuário, isto é, no leitor. Sugere, então, que as bibliotecas façam uso das redes sociais como incentivo à leitura, visto que ambas se assemelham funcionalmente, ou seja, “muitas das funções das bibliotecas ao longo da história têm sido como um lugar de reunião comum, um lugar de compartilhar identidade, comunicação e ação” (p. 48). O autor destaca a relevância desse recurso às bibliotecas, uma vez que as redes sociais permitem que bibliotecário e usuários interajam entre si, compartilhem informações, enfim, transformem dinamicamente os recursos em um meio eletrônico, tornando experiências relativas à leitura mais atrativas.

Ainda em relação ao uso das redes sociais, a questão 47 trata das dificuldades detectadas nas tentativas de uso das redes como ferramenta de incentivo à leitura, expostas no Quadro 19.

Quadro 19 – Dificuldades para fazer uso das redes sociais como ferramenta de incentivo à leitura

Bibliotecário	Dificuldade para fazer uso das redes sociais como ferramenta de incentivo à leitura
Bibl. A	É o alcance e o tipo de leitor que precisa ser atingido, já que nossos programas são específicos para o público adulto.
Bibl. C	Maior conhecimento do uso das ferramentas das páginas.
Bibl. D	Falta de tempo. Falta de afinidade com a ferramenta.
Bibl. E	Manutenção da página. Dado o excesso de atividades fica inviável fazer um gerenciamento correto das redes sociais da biblioteca.
Bibl. F	As informações são muito fragmentadas.
Bibl. G	O Logaritmo do Facebook que limita a divulgação.
Bibl. H	Tempo hábil (criar uma rotina, semanalmente, por exemplo) e orientação adequada quanto ao uso das redes sociais.
Bibl. I	O Setor de Comunicação do IFRS.
Bibl. L	Falta de tempo para desenvolver outras atividades.
Bibl. M	Alcance da comunidade é prejudicado quando cada projeto criar seu próprio perfil. Agregar à rede social oficial da instituição dá maior visibilidade.
Bibl. O	De acesso à rede no IFRS.
Bibl. B, J, K, N	Não responderam.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelas respostas apresentadas à questão 46, correspondentemente às que compõem o Quadro 19, é perceptível, por parte dos bibliotecários do SiBIFRS, a preocupação com a leitura, bem como a intenção de realizar ações voltadas à finalidade de incentivá-la e formar leitores competentes. Entretanto, também é notório que faltam recursos para um maior envolvimento ou para a realização de um projeto independente.

Diversos empecilhos que dificultam o uso das redes sociais a favor da leitura são, portanto, identificados. Alguns desses entraves, citados com maior frequência, referem-se à falta de tempo, equipe insuficiente, falta de afinidade com as ferramentas, difícil acesso e baixa qualidade da Internet. Tais dificuldades comprometem o desenvolvimento de ações de incentivo à leitura, especialmente, em um contexto com um novo perfil de leitores.

Com base nessa realidade, enfatiza-se, uma vez mais, que cabe aos profissionais da educação buscar as ferramentas e os métodos mais adequados para cada nível de ensino, a fim de que as ações de leitura correspondam às expectativas de seus usuários.

Outro aspecto de fundamental importância é a capacitação do profissional para fazer uso das ferramentas necessárias no desenvolvimento das ações pretendidas, considerando que a ação em si, com a mera troca de informações, sem

resultar em um processo de aprendizagem é vazia. Portanto, deve se transformar em algo útil, em aprendizado efetivo, agregando sempre um conhecimento a mais.

Para Rösing (2001), o leitor destes novos tempos está acostumado a usar diferentes suportes durante a vida escolar, acadêmica ou além desta. Nesse sentido, destaca que o avanço das tecnologias, bem como o surgimento de múltiplas linguagens e formatos, “ainda pouco conhecidos em suas estruturas e mecanismos básicos, determina a formação de leitores competentes para manipular textos mais complexos por sua estrutura verbal e por seus recursos não exclusivamente verbais” (p. 19). Para a autora, diante deste cenário, “torna-se imprescindível desencadear um processo de formação de leitores capazes de atuar com autonomia diante dessa pluralidade em que se configura o ato de ler sem perder a criticidade” (p. 19).

Quanto às ações propriamente a favor da leitura na biblioteca, a questão de número 48 visa à identificação das principais dificuldades que impedem a realização das mesmas, conforme Tabela 6.

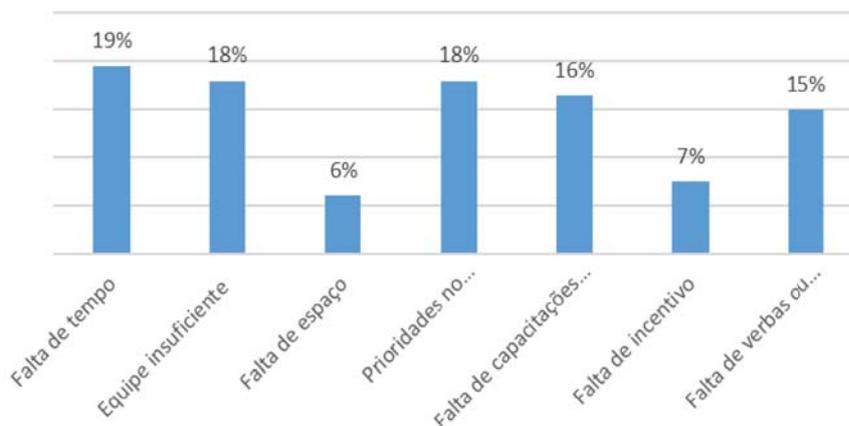
Tabela 6 – Maiores dificuldades para realizar ações de incentivo à leitura

Dificuldade	Número	Percentual
Falta de tempo	13	19%
Equipe insuficiente (falta de auxiliares, colaboradores)	12	18%
Falta de espaço (estrutura inadequada)	4	6%
Prioridades no processamento técnico/organização	12	18%
Falta de capacitações nesse sentido	11	16%
Falta de incentivo (apoio da instituição/colegas)	5	7%
Falta de verbas ou disponibilidade financeira para as ações	10	15%
Outros	0	0%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

As respostas dadas à questão 48 envolvem fatores que se tornam verdadeiros obstáculos, a saber: falta de tempo (19%); equipe insuficiente - falta de auxiliares e colaboradores (18%); prioridades no processamento técnico/organização (18%); falta de capacitação voltada à formação de leitores (16%); falta de verbas ou disponibilidade financeira para essas ações (15%); falta de incentivo - apoio da instituição/colegas (7%); por fim, falta de espaço - estrutura inadequada (6%). Todos esses fatores expostos na Tabela 6 são devidamente apontados no Gráfico 34.

Gráfico 34 - Maiores dificuldades para realizar ações de incentivo à leitura



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Esses fatores refletem no cotidiano das bibliotecas, formatado por rotinas técnicas que envolvem serviços que compreendem a aplicação de conhecimento do profissional bibliotecário como seleção, aquisição, registro, classificação, catalogação, preparação do material para estantes e para empréstimo, entre outros. Geralmente, todos considerados urgentes.

Em muitas situações, as dificuldades apontadas na entrevista semiestruturada tornam-se aspectos desanimadores, considerando-se o tempo dispensado a cada função, bem como a necessidade de acompanhamento das transformações que vão acontecendo, conforme o crescimento das instituições, o que exige atualizações e adequações do setor às novas demandas.

Para Lubisco (2011), as bibliotecas, de modo especial, as universitárias precisam se comprometer, envolverem-se com o processo institucional, pois essa integração das bibliotecas com a instituição é fundamental para o crescimento de ambas.

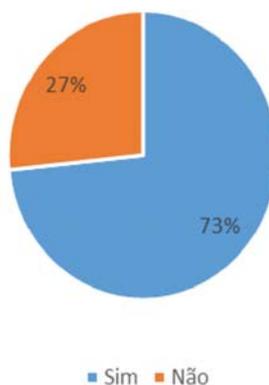
Numa universidade de qualidade, a biblioteca universitária extrapolará suas funções tradicionais – de coletar, organizar e dar amplo acesso à informação – para integrar-se a uma rede capaz de inseri-la como partícipe dos processos de transferência de informação e de geração de conhecimentos. (LUBISCO, 2011, p. 14).

Complementarmente, Becker e Grosch (2008), ao se referirem à utilização das bibliotecas para a formação de leitores, enfatizam que estes têm “necessidades que outrora não existiam, seja no caso de informação, como também no seu suporte” (p. 36). Reforçam, portanto, a importância das bibliotecas se ajustarem a

este novo perfil, isto é, “também as bibliotecas têm que se adequar a esta nova demanda, oferecendo serviços e atividades que promovam o prazer de ler em nossos leitores” (p. 36).

Com a intenção de investigar se o bibliotecário tem ou não a intenção de padronizar ações voltadas ao incentivo à leitura e a probabilidade das mesmas fazerem parte do calendário anual de atividades do SiBIFRS, na questão 49 da entrevista, o foco se volta ao alcance de um dos objetivos desta pesquisa: “Identificar ações que repercutiram positivamente junto à comunidade acadêmica, com o intento de sugerir que a atividade mediadora de maior destaque seja agregada ao calendário de eventos do SiBIFRS, de forma a promover e incentivar ações de mediação de leitura que produzam resultados efetivos à formação de leitores.” As respostas apresentadas à questão são descritas no Gráfico 35.

Gráfico 35 – Ações de incentivo à leitura padronizadas via SiBIFRS



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Os resultados apontados no Gráfico 35 indicam que a maioria dos participantes, numa representatividade de 73%, admitem a inclusão de ações voltadas à leitura no calendário de atividades do SiBIFRS diferentemente de 27% que optam pela não inclusão de nenhuma atividade. Como se verifica, não há unanimidade para adoção de uma atividade de fomento à leitura, tendo em vista a inclusão desta no calendário anual de eventos do SiBIFRS. Contudo, 11 profissionais, do universo de 15, acenam positivamente para a inclusão.

Dentre as 4 argumentações contrárias, os bibliotecários alegam que as atividades podem configurar situações muito particulares de cada campus, com o agravante de realidades muito distintas. Assim entendem que seria difícil adotar uma

única ação passível de execução em todos os campi. Apesar disso, pode-se considerar viável a adoção diante da reação favorável da grande maioria dos profissionais envolvidos, haja vista que, dentre as sugestões apresentadas, algumas são de simples execução e sem grande comprometimento do tempo.

A questão 50 é um complemento à de número 49 por dar ao bibliotecário a oportunidade de apresentar as proposições para a inclusão. Cada bibliotecário pôde citar as atividades realizadas em seu respectivo campus, porém algumas em evidência devido às repetições, o que se evidencia no Quadro 20.

Quadro 20 – Padronização de ações de incentivo à leitura via SiBIFRS

Bibliotecário	Ação de incentivo à leitura via SiBIFRS
Bibl. A, B, D, K, L, N	Não responderam.
Bibl. C	Mensagem para você, árvore de poesias, varal de contos, feira troca livros, exposições temáticas (20 de setembro, semana da biblioteca...).
Bibl. E	Exposições itinerantes, autor presente, palestras, clube do livro (onde a mesma obra seria lida em todos os campus, por exemplo).
Bibl. F	Feira de livros, dia do livro, comemorações culturais em nível nacional e regional.
Bibl. G	Projeto em conjunto, padronização das divulgações.
Bibl. H	Ações que fossem regulares (mês da literatura infantil, mês internacional do livro, ranqueamento dos leitores mais ávidos com uma premiação, por exemplo).
Bibl. I	Troca-troca de livros.
Bibl. J	Datas comemorativas, exposições, etc.
Bibl. M	Ações em datas comemorativas acordadas entre os campus, troca-troca de livros.
Bibl. O	Feiras de troca-troca e do livro, oficinas literárias, roda de leituras, concurso de poemas/crônicas, etc.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Dentre as propostas apresentadas no Quadro 20, o troca-troca de livros e as ações em datas comemorativas são as mais citadas, as quais podem ser realizadas nos campi sem custo elevado e sem muito tempo empreendido. Distintamente, outras proposições exigem uma maior elaboração, bem como participação de um maior número de pessoas e setores, ou ainda, da comunidade externa, como as feiras de livros, as oficinas literárias e os concursos de poemas/crônicas.

Com a atual estrutura dos campi, tais ações não podem ser consideradas viáveis, pois exigem o envolvimento de mais pessoas além da equipe da biblioteca, assim como compromisso e responsabilidade de todos, ultrapassando, até mesmo, a conjuntura interna da instituição. Apesar de entraves, torna-se relevante a

consideração de Becker e Grosch (2008, p. 36): “pequenas ações dentro das bibliotecas podem constituir-se em eventos significativos na promoção da leitura.”

Rösing (2001) afirma que educação e cultura se complementam e são elementos socializadores com princípio comum, pois visam favorecer a integração do aluno à escola e à sociedade. Todavia, há inexistência de políticas que contribuam para formação leitora e que possam fomentar uma postura mais cultural para o contexto brasileiro.

O desenvolvimento de uma política de leitura no país precisa de ações efetivas que venham de todas as direções, transformando-se numa grande movimentação que conflui para um único sentido, para a consecução de um grande objetivo: formar leitores de diferentes faixas etárias, em diversos níveis de escolaridade, em variados segmentos da sociedade, capacitando-os para interagir com inúmeros suportes e distintas linguagens. (RÖSING, 2001, p.11).

Diante da abrangência da formação leitora, é compreensível que muitos profissionais não consigam se comprometer com tamanha responsabilidade. Apesar disso, é perceptível que os bibliotecários entendem-na como uma das funções atribuídas às bibliotecas e compreendem como necessária a proposição de atividades de fomento à leitura nesses espaços. A partir do entendimento dessa responsabilidade, ao final da entrevista semiestruturada, na questão 51, os bibliotecários justificam os motivos de incluir ou não atividades de incentivo à leitura, comuns a todos os campi como se pode conferir pelo exposto no Quadro 21.

Quadro 21 – Aspectos favoráveis e contrários à padronização de ações de fomento à leitura via calendário anual do SiBIFRS

(continua)

Bibliotecário	Aspecto favorável à padronização	Aspecto contrário à padronização
Bibl. A		Como já disse anteriormente, nosso público. Nosso aluno é trabalhador e vem para o campus com tarefa estabelecida, tirando os que desejam fazer vestibular, os demais demonstram pouco interesse em oficinas ou rodas de leitura.
Bibl. B, K, N,O		
Bibl. C	Uniformizar ações para evitar retrabalho. Comparar públicos nos diferentes campi, adaptar ações mediante o público-alvo. Promover publicações de bibliotecários em eventos e periódicos comprovando ações efetivadas nos campi. Essa é a função de sermos um Instituto multicampi com um sistema de bibliotecas implantado.	

(conclusão)

Bibliotecário	Aspecto favorável à padronização	Aspecto contrário à padronização
Bibl. D		Este tipo de atividade é muito particular em cada campus.
Bibl. E	Creio que acarretaria em maior motivação e envolvimento de servidores e estudantes.	
Bibl. F	Traz visibilidade às ações e às bibliotecas e pode causar mais impacto ao leitor.	
Bibl. G	Acredito que fortalece o sistema.	
Bibl. H	Essas ações conjuntas otimizariam o tempo e mobilizariam todo o IFRS.	
Bibl. I	Para incentivar o hábito da leitura.	
Bibl. J	Compartilhar experiências.	
		Cada biblioteca tem a sua realidade e muitas vezes temos dificuldades de fazer atividades extras, no caso de Alvorada temos uma equipe reduzida.
Bibl. M	Apoio mútuo entre os bibliotecários para realização das ações.	

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Diante dos aspectos apontados no Quadro 21, é possível observar que a maioria dos bibliotecários se mostra favorável à padronização de ações em prol da formação leitora, práticas estas que podem ser inclusas no calendário anual de atividades das bibliotecas do SiBIFRS. Dentre os argumentos apresentados, alguns reforçam a importância do trabalho em grupo e de ações conjuntas e padronizadas como forma de dar uma maior visibilidade ao próprio SiBIFRS.

O propósito de incentivar a leitura por intermédio de atividades uniformes e concomitantes apresenta a oportunidade de maior mobilização e evidência da força do trabalho de forma cooperada, além de motivar os envolvidos para um engajamento em benefício da causa leitora.

Ao abordarem a perspectiva de compartilhamento de informações e experiências por intermédio dos servidores do SiBIFRS, Araújo, Pereira e Oliveira (2010) destacam a importância de potencializar esse formato de partilha no sentido de preservar o conhecimento organizacional e possibilitar o fortalecimento enquanto grupo para adequação às mudanças, visando, fundamentalmente, desenvolvimento e melhorias das organizações. Para tanto, as autoras enfatizam que alguns elementos são necessários para que esse tipo de trabalho se desenvolva, sem deixar de considerar que o foco principal deve centrar-se nas pessoas. Reforçam ainda que “para que as ações de transformação sejam bem sucedidas, são necessárias mudanças comportamentais e receptividade dos indivíduos” (p. 249).

Outro destaque assinalado pelas referidas autoras é a socialização, pois, além de propiciar um ambiente de troca de conhecimento, esclarecimento de dúvidas, também é uma forma de compartilhar as boas experiências e divulgá-las, ou seja, “Busca-se também aproximar os servidores e incentivar conversas, produção científica conjunta, ações integradas e a busca por solução para problemas comuns.” (ARAÚJO; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 254).

As justificativas contrárias ao estabelecimento de ações padronizadas como forma de incentivar as práticas de leitura salientam as particularidades de cada campus, bem como as dificuldades destes em se comprometer com a realização de tais atividades. Acreditam, portanto, ser necessário, primordialmente, um quantitativo maior de pessoas atuantes nas bibliotecas, para que seja possível a execução de um bom trabalho.

Outras alegações reforçam as diferentes realidades vivenciadas nos campi, principalmente pelo atendimento a um público diversificado. Ou seja, muitos campi possuem outras prioridades e os interesses se voltam à conquista de objetivos emergenciais, previamente estabelecidos como, no caso de alunos do ensino médio, a conquista de uma vaga no ensino superior.

De acordo com Becker e Grosch (2008), desenvolver projetos e atividades voltadas à promoção da leitura nas bibliotecas configura um processo demorado e difícil, pois, “desde que foram criadas, as bibliotecas levaram mais de três séculos para começar a realizar ações promotoras da leitura e que incentivaram o prazer de ler” (p. 39). Dessa forma, percebe-se que é necessário tempo para que se possa estruturar o desenvolvimento de ações conjuntas.

Ao discorrer sobre a aprendizagem e os novos tipos de leitores: contemplativo, movente, imersivo e ubíquo, Santaella (2013) aponta que, atualmente, no âmbito educacional, o maior desafio se concentra na criação de estratégias de integração desses quatro tipos de leitores, contanto que sejam de complementação e não de substituição de um leitor pelo outro. Para a autora, como ato de ler expandiu seu escopo para outros tipos de linguagem, nada mais natural que o conceito de leitura acompanhe essa expansão.

Para dar continuidade à investigação sobre as ações de mediação de leitura no âmbito das bibliotecas do IFRS, a segunda etapa deste estudo envolveu um outro instrumento de pesquisa, questionário, utilizado para obtenção de informações junto aos alunos dos campi do IFRS. Desse modo, a próxima subseção é destinada à

análise das respostas obtidas por intermédio deste instrumento de coleta de dados, objetivando identificar as ações realizadas que repercutiram de forma positiva, tendo em vista a consideração da biblioteca como um espaço efetivo na formação de leitores.

5.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO: EM FOCO OS ALUNOS

Atualmente, o IFRS conta com cerca de 20 mil alunos em mais de 250 opções de cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades e Proeja; oferece também cursos de pós-graduação e dos Programas do Governo Federal e de FIC e conta com, aproximadamente 1020 professores e 950 técnicos-administrativos.

Para a segunda etapa do estudo, a fim de possibilitar uma maior identificação dos discentes dos campi do IFRS, a opção foi por questionário com perguntas fechadas e abertas. Devido ao fato do referido instrumento de pesquisa ser encaminhado via correio eletrônico, a organização da relação de endereços eletrônicos disponíveis se deu por campus.

A dificuldade nessa fase foi conseguir os endereços eletrônicos dos discentes, sendo que apenas alguns campi concordaram em informar e-mail dos alunos. Assim foram encaminhados os questionários aos alunos dos campi, conforme a relação obtida: Farroupilha, 1026 mensagens; Ibirubá, 147 mensagens; Osório, 789 mensagens; Rio Grande, 41 mensagens; Rolante, 151 mensagens; Sertão, 464 mensagens. Ao todo, 2618 mensagens enviadas, conforme se verifica na Tabela 7.

Tabela 7 – Participação dos alunos na pesquisa

Descrição	Número	Percentual
Total de questionários encaminhadas via correio eletrônico	2618	100%
Questionários respondidos	177	7%
Questionários não respondidos	2441	93%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Do universo de 2618 questionários enviados, o retorno foi de 7% questionários como indica a Tabela 7. Fizeram parte da amostra os campi Farroupilha, Ibirubá, Osório, Rio Grande, Rolante e Sertão. Dessa amostra, apenas um questionário retornou com uma negativa para a participação, portanto, consideradas 176 respostas recebidas.

O questionário conta com 14 questões fechadas, com possibilidade de manifestação dos alunos por meio do item outros. Esclarece-se que, desse total de questões, as perguntas de números 1 a 4 correspondem a dados de identificação: idade, gênero, campus e curso. Na sequência, as questões a partir do número 5 se referem a informações sobre leitura, questionamentos sobre prática leitora, tempo dedicado à leitura, quem a incentiva, entre outras. O Quadro 22 ilustra essa divisão.

Quadro 22 - Questionário dos alunos: propósito das questões

Questão	Propósito	Técnica de coleta
1 a 4	Identificar dados do aluno	Questionário
5 a 14	Verificar informações sobre leitura e leitor	Questionário

Fonte: elaborado pela autora

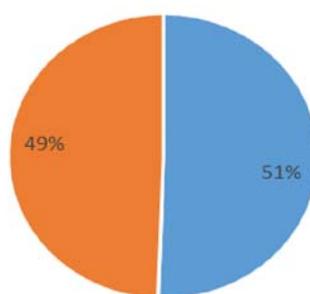
Com a aplicação do questionário visa-se, neste estudo, verificar se os alunos conseguem identificar a prática de ações de mediação de leitura realizadas no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS. Após a obtenção dos dados, estabelecer um comparativo entre os dois instrumentos de coleta de dados, o questionário encaminhado aos alunos e a entrevista semiestruturada dirigida aos bibliotecários. O objetivo final é o de identificar quais e como as ações repercutiram de forma positiva, validando a biblioteca como um espaço efetivo na formação de leitores. Na intenção de identificar aspectos sobre os alunos participantes, a primeira questão indaga sobre o gênero ao qual pertencem os alunos, conforme Tabela 8 e Gráfico 36.

Tabela 8 – Identificação de gênero

Resposta	Número	Percentual
Feminino	87	49%
Masculino	89	51%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 36 – Identificação de gênero



■ Masculino ■ Feminino

Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com as respostas relativas à primeira questão sobre a identificação de gênero, identifica-se um cenário bastante equilibrado, pois 51% se considera pertencente ao sexo masculino e 49% se identifica como feminino, uma divisão quase que igualitária demonstrada na Tabela 8 e no Gráfico 36.

Considerando que o mercado profissional está cada dia mais competitivo, faz-se necessário que os profissionais estejam preparados para um bom desempenho da profissão, de forma bastante competente, independente de gênero, idade e outras características. Isso se reflete no âmbito da educação, no início basilar preparatório, no qual há uma busca por cursos e capacitações que possam oferecer uma estrutura sólida e, a partir daí, oportunizar a habilitação para disputar um espaço neste contexto de ampla concorrência.

Segundo Pacheco (2011), o momento atual, em constante processo de transformações, em que o desenvolvimento tecnológico e científico impulsiona a evolução a passos largos, exige do indivíduo uma busca contínua por informações, por mais conhecimento e capacitação. Assim, há condições de competir e acompanhar o progresso. Para o autor, “Isso exige, portanto, que o cidadão esteja constantemente revendo e reformulando seus saberes, sua forma de agir no mundo, e, nesse sentido, a escola e o professor passam a ter uma tarefa exponencial” (p. 35). Diante disso, é necessário que os profissionais envolvidos com a educação também estejam preparados para esta realidade, e para acompanhar as exigências do mundo contemporâneo, as instituições e profissionais precisam estar em constante atualização de conhecimentos.

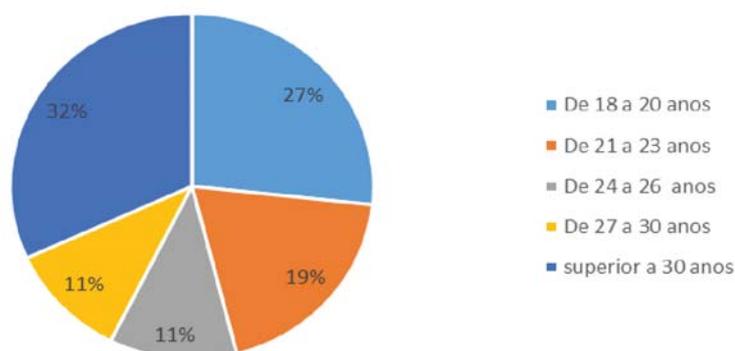
Nos IFs, esse processo já estava previsto nas diretrizes de formação pedagógica para a EPT, fazendo parte dos objetivos direcionados ao corpo docente, conforme aponta Pacheco (2011), na descrição dos objetivos da formação do professor em EPT: “ênfase no desenvolvimento de um processo de atualização constante do conhecimento, com acompanhamento dos avanços científicos e tecnológicos, visando à formação permanente e continuada.” (PACHECO, 2011, p. 45).

A segunda questão do questionário investiga a faixa etária dos alunos dos campi, assim identificada na Tabela 9 e, respectivamente, no Gráfico 37.

Tabela 9 – Faixa etária dos alunos

Faixa etária	Número	Percentual
De 18 a 20 anos	47	27%
De 21 a 23 anos	34	19%
De 24 a 26 anos	20	11%
De 27 a 30 anos	19	11%
Superior a 30 anos	56	32%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 37 – Faixa etária dos alunos

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Referentemente à faixa etária abordada na segunda questão, em conformidade com os dados apresentados na Tabela 9 e no Gráfico 37, a que possui maior número de estudantes, isto é, 32%, é a correspondente à idade superior a 30 anos; na sequência, 27% dos alunos têm idade entre 18 e 20 anos; 19% com idade entre 21 e 23 anos; 11% compreendem a faixa de 24 a 26 anos; igualmente 11% pertencem à faixa etária de 27 a 30 anos. Uma grande abrangência de idades, com destaque à faixa etária acima de 30 anos que, além de ser a mais ampla é a que apresenta o maior número de respondentes da pesquisa.

Em conformidade com a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016), observou-se, nas últimas décadas, um aumento da escolaridade média da população, inclusive, com “aumento da proporção de brasileiros com ensino superior e, sobretudo, ensino médio” (p. 128). Dessa forma, o país vivencia “o fenômeno no aumento da escolaridade média da população, com redução na proporção de analfabetos e indivíduos com escolaridade até o fundamental I” (p. 128). A referida pesquisa complementa essa percepção em relação à redução de parte da população que estuda, pois, “com envelhecimento da população, por conta da diminuição da natalidade e o aumento da expectativa de vida, a parcela da

população que está estudando também vem reduzindo ao longo dos anos, sobretudo na educação básica” (p.128).

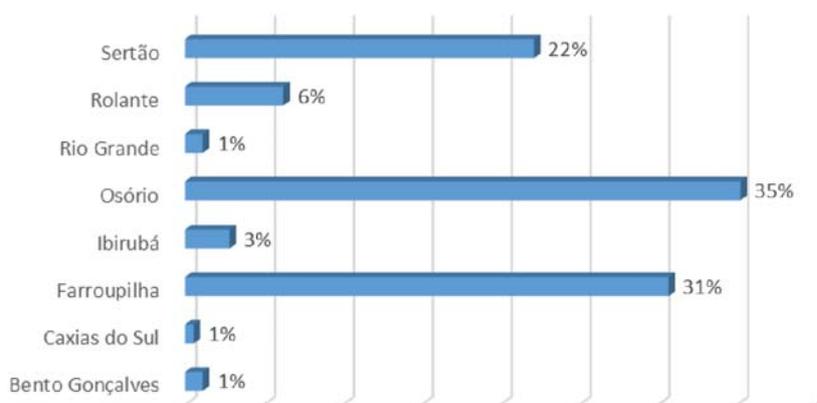
Seguindo os quesitos de identificação dos alunos, a questão 3 busca investigar o campus de origem dos discentes participantes da pesquisa. Salienta-se que os campi Alvorada, Canoas, Feliz, Porto Alegre, Restinga, Vacaria, Veranópolis e Viamão não participaram da pesquisa por não fornecerem o endereço eletrônico como já se mencionou. Por essa razão, não constam na Tabela 10 nem mesmo no Gráfico 38.

Tabela 10 – Campus dos alunos participantes

Identificação do Campus	Número	Percentual
Bento Gonçalves	2	1%
Caxias do Sul	1	1%
Farroupilha	54	31%
Ibirubá	5	3%
Osório	62	35%
Rio Grande	2	1%
Rolante	11	6%
Sertão	39	22%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 38 – Campus dos alunos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Na identificação dos campi com maior participação dos alunos, 35% pertencem ao Campus Osório; 31% ao Campus Farroupilha; 22% ao Campus Sertão; 6% ao Campus Rolante; 3% ao Campus Ibirubá; 1% ao Campus Caxias, e com mesmo percentual, 1%, alunos do Campus Bento Gonçalves e Campus Rio Grande, de acordo com os dados apontados na Tabela 10 e no Gráfico 38 correspondente.

De acordo com Pacheco (2011), por intermédio de uma estrutura multicampi, os IFs determinam a abrangência de suas ações, oferecendo um projeto educacional diferenciado, buscando soluções e visando ao desenvolvimento do cidadão, bem como da estrutura local e regional. Para tanto, seu compromisso “deve ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado” (p. 14). O autor acrescenta ainda que, ao priorizar o desenvolvimento do educando e da região onde atuam, “os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.” (PACHECO, 2011, p. 19).

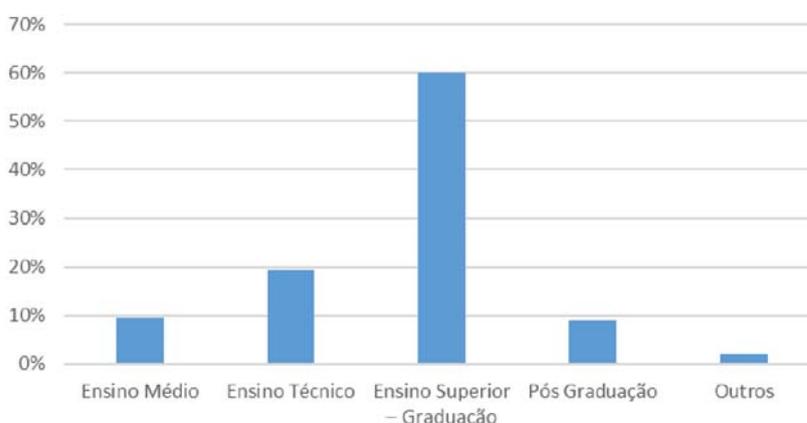
A questão 4 do questionário visa identificar o nível dos cursos frequentados pelos discentes participantes da pesquisa. A opção pela múltipla escolha se dá devido à possibilidade destes frequentarem mais de um curso, na maioria das vezes, de diferentes níveis, por exemplo, curso técnico e graduação, como demonstram a Tabela 11 e o Gráfico 39.

Tabela 11 - Nível do curso

Resposta	Número	Percentual
Ensino Médio	19	10%
Ensino Técnico	39	20%
Ensino Superior – Graduação	120	60%
Pós-Graduação	18	9%
Outros	4	2%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 39 – Nível do curso



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Em relação ao nível dos cursos, verifica-se que a maioria dos alunos estuda no ensino superior – graduação, isto é, 60%; seguido de 20% que cursam o ensino técnico; 10% cursam o ensino médio; 9% cursam pós-graduação. Na opção outros 2%, sendo citadas as opções de ensino superior – tecnólogo, curso técnico EAD, formação pedagógica de docentes para a educação básica e profissional e ainda doutorado e pós-doutorado. Nestas últimas, o respondente se identificou como professor do IFRS que recebeu o questionário em sua caixa de correio eletrônico e respondeu-o.

De acordo com os dados observados na Tabela 11 e no Gráfico 39, os cursos de nível superior e técnico abrangem a maior parte do público participante da pesquisa, seguidos do ensino médio e pós-graduação, porcentagem aproximada.

Pela amostra, percebe-se que os campi do IFRS atendem a uma comunidade bastante diversificada por meio de uma múltipla oferta de níveis e cursos, bem como a faixa etária dos alunos também é diversa. Infere-se, assim, que as demandas dos alunos também são distintas, pois, além de uma estrutura física e profissional adequada, há a necessidade de uma atualização constante por parte da instituição, bem como do quadro de professores e técnicos.

Segundo Pacheco (2011), essa verticalização educacional proposta pelos IFs oferece a oportunidade de um compartilhamento de espaço e conhecimento, enriquecendo a experiência educacional, isto é, “a organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes. A possibilidade de dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação” (p. 26).

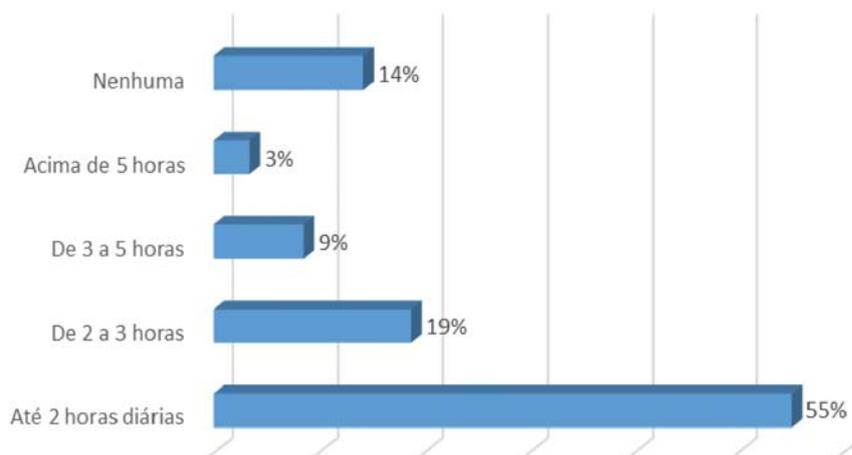
Depois de se analisar as questões que abrangem os dados de identificação dos participantes, as próximas indagações das questões de números 5 a 14 se referem à leitura e às rotinas dos alunos, bem como à percepção de ações de incentivo à leitura, realizadas em cada campus.

Nessa perspectiva, a questão 5 procura identificar se os alunos dedicam algum tempo à leitura durante o dia e qual é esse período. No questionário, não se especifica o tipo de leitura, apenas a investigação do tempo dedicado à mesma, o que demonstra a Tabela 12 e o Gráfico 40.

Tabela 12 – Tempo dedicado à leitura

Resposta	Número	Percentual
Até 2 horas diárias	97	55%
De 2 a 3 horas	33	19%
De 3 a 5 horas	15	9%
Acima de 5 horas	6	3%
Nenhuma hora	25	14%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 40 – Tempo diário dedicado à leitura

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelos dados que compõem a Tabela 12 e o Gráfico 40, percebe-se que a maioria dos estudantes, isto é, 55%, destina até 2 horas do dia à leitura; 19% de 2 a 3 horas; na sequência, 14% não dedica nenhum horário diário para leitura; para 9%, o tempo dispensado à leitura varia de 3 a 5 horas e 3% costuma dedicar à leitura um período superior a 5 horas.

O desenvolvimento prática de leitura é mais incentivada na infância, e o ambiente familiar exerce acentuada influência nesse aspecto, entretanto, alguns só conhecem o valor dessa prática na fase escolar. Segundo a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016), apesar da observância de um aumento da escolaridade média da população, isso “teve um caráter mais quantitativo (mais pessoas alfabetizadas) que qualitativo (do ponto de vista do incremento na compreensão leitora)” (p. 127). Apesar “do percentual da população alfabetizada funcionalmente ter passado de 61% em 2001 para 73% em 2011, apenas um em cada 4 brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática” (p. 127).

De acordo com Kleiman (2002), “as estratégias de aproximação ao texto são inúmeras, exigindo diversos graus de engajamento cognitivo por parte do leitor” (p. 27). Sendo assim, por se tratar de uma prática social, o sujeito pode participar sem

efetivamente estar envolvido com as atividades, sem absorver o verdadeiro sentido. Ou seja, o leitor pode limitar sua participação conforme as suas capacidades, “pode devorar o romance sem degustá-lo; escutar os outros lendo um poema sem efetivamente ouvi-lo; pode limitar-se a ler as manchetes porque textos mais longos o cansam demais” (p. 27).

Outro detalhe que pode ser identificado na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016) é a associação feita à leitura, de forma positiva, com a aquisição de conhecimento, isto é, “a principal ideia associada com a leitura na percepção dos brasileiros é a de que a ‘leitura traz conhecimento’” (p. 132). Em contrapartida, segundo a pesquisa, alguns estudos apresentam uma visão da leitura completamente diferente desta, sob uma perspectiva negativa, como sendo algo obrigatório e cansativo, “representações negativas da leitura, como ocupar muito tempo, ser cansativa e obrigatória são mencionadas em proporções significativamente inferiores do que as representações positivas”. (IPL, 2016, p. 132).

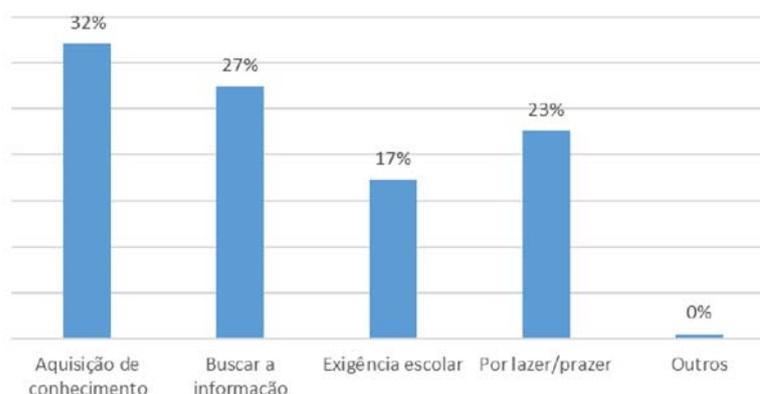
Na sequência, a questão de número 6 do questionário, de múltipla escolha, busca investigar as razões motivadoras que conduzem os alunos à prática da leitura, conforme dados elencados na Tabela 13 e, respectivamente, Gráfico 41.

Tabela 13 – Motivações para a leitura

Resposta	Número	Percentual
Aquisição de conhecimento	132	32%
Buscar a informação	113	27%
Exigência escolar	71	17%
Por lazer/prazer	93	23%
Outros	2	0%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 41 – Motivações para a leitura



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Referentemente à sexta questão, de múltipla escolha, objetivando identificar as razões que conduzem os alunos à leitura, observa-se que, de acordo com a Tabela 13 e o Gráfico 41, para 32% dos participantes a leitura está associada à aquisição de conhecimento; 27% citam como razão principal para a busca de informações; 23% sinalizam a leitura por lazer/ prazer e 17% identificam como principal motivo a exigência escolar. Na opção outros, motivações diferenciadas são citadas, tais como: ler para os filhos ou ainda todas as opções são motivos importantes para aquisição de disciplina à prática de leitura.

Rösing (2016), em sua coletânea de textos sobre literatura e identidade na era da mobilidade, alerta para a importância da leitura no desenvolvimento acadêmico, bem como na construção do sujeito enquanto cidadão, ou seja, “não se pode confundir leitura apenas como entretenimento. Leitura e escrita fazem parte do protocolo dos cursos superiores e do processo de construção da cidadania” (p. 163).

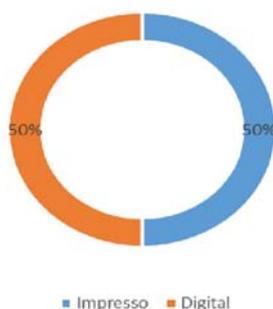
Conforme dados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016), referentemente às razões que fomentam a leitura no Brasil, de acordo com os dados obtidos em 2015, estas variam conforme a idade, uma vez que “gosto e atualização cultural/conhecimento geral são os principais fatores que motivam os brasileiros a ler, sendo que as menções a gosto aumentam de forma inversamente proporcional à idade” (p. 129). Em relação ao suporte de leitura, a questão de número 7 apresenta as opções impresso e digital para identificação da preferência dos discentes, conforme resultados da Tabela 14 e Gráfico 42.

Tabela 14 – Suporte mais utilizado para a leitura

Resposta	Número	Percentual
Impresso	88	50%
Digital	88	50%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 42 – Suporte mais utilizado para a leitura



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelos resultados apresentados na Tabela 14 e no Gráfico 42, verifica-se uma divisão igualitária, apontando que 50% dos alunos preferem o formato impresso para realizar a leitura e os outros 50% elegem a forma digital como melhor opção para leitura. Um perfeito equilíbrio nas escolhas demonstradas. Mesmo sem ter uma preferência estabelecida, podem optar por qualquer um dos suportes. Para Rösing (2016), existe uma percepção dos docentes quanto às responsabilidades destes para com seus alunos.

Mais do que em todos os tempos, questões de leitura passam a preocupar diferentes cursos universitários, programas de pós-graduação de mestrado e doutorado, linhas específicas de pesquisa, a partir da constatação das dificuldades de compreensão, de interpretação, de apropriação do conteúdo de textos apresentados do impresso ao digital por estudantes universitários. Entendem os professores mais sintonizados com esses problemas que, dentre os compromissos a serem assumidos por esses estudantes, encontra-se o desenvolvimento do ato de ler enquanto prática social e, por isso mesmo, enquanto comportamento de vida. Essa conquista pressupõe o trabalho coletivo de professores, espaços de discussão permanente entre professores e estudantes, numa dimensão interdisciplinar. (RÖSING, 2016, p. 160-161).

De acordo com a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016, p. 134), “a proporção de leitores usuários de internet é relativamente superior à proporção de usuários de internet na população em geral.” A mesma pesquisa alerta sobre o aumento da opção por leituras em suportes digitais, onde o uso de aparelhos celulares e similares são apontados como principais suportes utilizados para a leitura do livro digital. “Entre aqueles que leem livros digitais, 91% são considerados leitores pelos critérios da pesquisa, ou seja, leram pelo menos um livro inteiro ou em partes, nos 3 meses anteriores à pesquisa” (p. 134).

Na questão 8, de múltipla escolha, busca-se identificar os impeditivos da prática leitora, identificados na Tabela 15 e no Gráfico 43.

Tabela 15 – Impeditivos para a prática de leitura

Resposta	Número	Percentual
Considero-me leitor	81	40%
Falta de tempo	78	38%
Dificuldades de acesso aos materiais	6	3%
Falta de incentivo	15	7%
Não gosto de ler	19	9%
Outros	5	2%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 43 – Impeditivos para a prática de leitura

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelos dados apontados na Tabela 15 e no Gráfico 43, identifica-se que a maior parcela, 40%, considera-se leitor, em contrapartida, 38% sinalizam a falta de tempo como principal impedimento da prática leitora; 9% dos alunos declaram não ler por não gostar; 7% apontam a falta de incentivo como causa principal para não se dedicarem à leitura; 3% alegam a dificuldade de acesso aos materiais como o principal fator impeditivo de praticar leitura; por fim, 2% na opção outros, citam demais motivos tais como: ler ao máximo no tempo disponível; há outras atividades importantes na vida; um aluno considera a questão incoerente e dois afirmam dedicar tempo à leitura, encaixando-se na primeira opção “considero-me um leitor”. Sobre o tempo dispensado à leitura, este serve como justificativa para os que já se consideram leitores e gostariam de ler mais, bem como para os que não conseguem ler devido à correria diária.

Em se tratando do fator tempo, a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016, p. 133) assinala que a “falta de tempo é o principal motivo mencionado pelos não leitores e também pelos leitores que gostariam de ter lido mais (que representam cerca de três quartos dos leitores).” A pesquisa ainda aponta “a menção à falta de gosto pela leitura como principal fator para não se dedicar à prática leitora.”

Diante do cenário desanimador da leitura no país, para Silva (2016), questionamentos devem ser feitos para um entendimento de como funcionam os processos de formação leitora, a fim de tornar a leitura mais dinâmica, mais atrativa, destacando-se a importância da formação de hábitos e vínculos:

a leitura é aqui tomada como uma relação, como um uso, como uma prática social que precisa ser aprendida dentro de esquemas específicos de sociabilidade nos quais se fazem presentes não apenas a presença ou disponibilidade de obras ou textos, mas também uma coletividade de sujeitos que interagem e que constituem situações de leitura. (SILVA, 2016, p. 113).

O referido autor complementa que este não deve ser um trabalho solitário, mas sim, a união de esforços coletivos, objetivando atribuir significado e valor à leitura. “Portanto, essa relação não é produto de uma lição ou de um único exemplo, mas, sim, de uma comunidade de sujeitos para os quais a leitura faz sentido, produz sentido e tem um real valor para a sua existência.” (SILVA, 2016, p. 113).

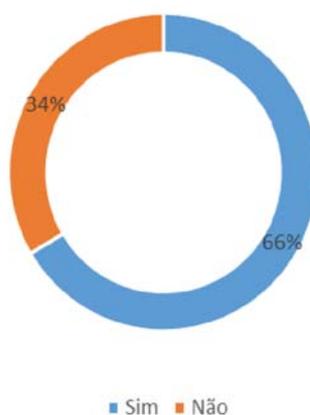
Com o propósito de verificar se os alunos participantes da pesquisa costumam frequentar as bibliotecas de seus campi, a questão 9 volta-se a esse aspecto. O hábito de frequentar ou não o referido espaço pode ser conferido pelos resultados da Tabela 16 e correspondente Gráfico 44.

Tabela 16 – Frequência à biblioteca do campus

Resposta	Número	Percentual
Sim	117	66%
Não	59	34%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 44 – Frequência à biblioteca do campus



Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com os resultados da Tabela 16 e do Gráfico 44, percebe-se que a maioria, em um total de 66%, tem o hábito de ir a biblioteca, enquanto que 34% declara não fazer uso do espaço da biblioteca com frequência.

Para Rösing (2001), a biblioteca não deve ser apenas um lugar de guarda de livros e materiais, um mero depósito, e sim, um ambiente vivo, interativo, onde as pessoas possam se sentir partícipes na busca pelo conhecimento e consigam identificar a importância desse compartilhamento de saberes. Entretanto, para que este espaço se concretize, é necessário um outro olhar, um novo estilo de profissionais para atender às exigências de novos perfis de usuários, possibilitando a oferta de serviços diferenciados, além das funções técnicas aprendidas nas graduações. Depreende-se assim, que a biblioteca precisa ser um lugar dinâmico, atrativo, ou ainda, um espaço de acolhimento, no qual os usuários gostem de estar.

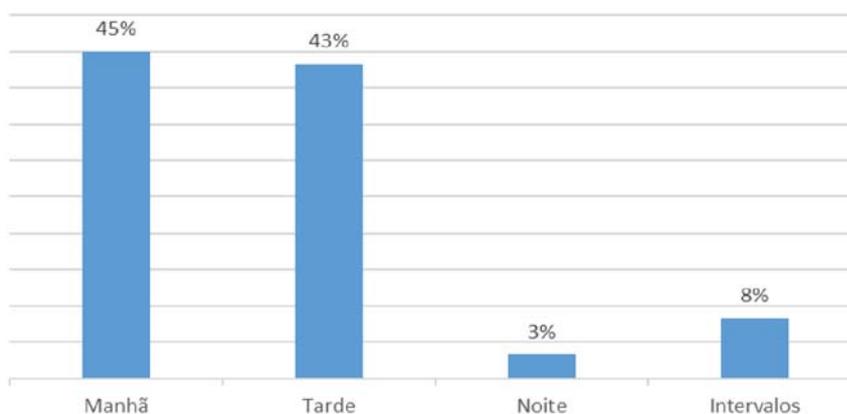
Para a autora, é preciso delinear um novo perfil de profissional “capaz de, além de pôr em prática as peculiaridades da formação recebida no bacharelado, dinamizar a biblioteca no âmbito de uma proposta coletiva de transformação do processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, da escola”. (RÖSING, 2001, p. 395).

Em conformidade com a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016), “a biblioteca é fortemente associada com um espaço para estudo e pesquisa” (p. 111), porém, apesar dessa forte associação à classe estudantil, o uso desse espaço não se restringe aos estudantes. Desse modo, “ainda que a biblioteca seja vista como espaço do estudante, e seja mais frequentada por estudantes, 37% de seu público é composto por não estudantes” (p. 111). As novas demandas impulsionam os bibliotecários e os profissionais atuantes nas bibliotecas a buscar uma melhor adequação às exigências vigentes, de maneira a oferecer produtos e serviços que atendam a esse novo perfil. Ainda em relação à frequência à biblioteca, a questão 10 busca identificar o período (horário) em que os alunos mais costumam frequentá-la, o que é registrado na Tabela 17 e Gráfico 45.

Tabela 17 – Período de maior frequência à biblioteca

Resposta	Número	Percentual
Manhã	26	15%
Tarde	33	19%
Noite	66	37%
Intervalos	53	30%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 45 – Período de maior frequência à biblioteca

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Os horários que se apresentam no Gráfico 45 e, igualmente na Tabela 17, descrevem os períodos em que os alunos mais frequentam a biblioteca, isto é, 37% costumam ir à biblioteca no turno da noite; 30% utilizam o período de intervalos; 19% fazem uso do espaço durante o turno da tarde e 15% preferem o período da manhã. Nesse item, é importante considerar que a maioria dos cursos ofertados pelos campi concentram-se no período noturno, porém o ensino médio é no período diurno.

Segundo relatos de Petit (2009), em sua pesquisa, os jovens costumavam frequentar a biblioteca como um ambiente de proteção contra a violência da periferia onde moravam. Ao mesmo tempo em que aproveitavam a ocasião para ampliar o conhecimento e estreitar relações com a leitura por intermédio dos profissionais que atuavam naquele espaço, proporcionavam a si próprios novas possibilidades de ressignificação dessa relação, viabilizando novos rumos e perspectivas mais positivas à vida. Para a autora, “as bibliotecas também estão qualificadas para contribuir para uma mudança de atitude em relação à leitura” (p. 11). Dessa forma, é possível identificar a influência da mediação em pequenas intervenções, que podem resultar em uma maior aproximação e benefícios para novos leitores, pois “graças a mediações sutis, calorosas e discretas ao longo do percurso, a leitura começou a fazer parte de sua experiência singular” (p. 11), propiciando, assim, uma nova relação com a leitura.

De acordo com a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016), as bibliotecas continuam sendo um lugar de referência muito citado quando o assunto é lugar de leitura ou local de acesso aos livros. Conforme os dados da pesquisa, ainda é superior a parcela de usuários que opta pelos livros impressos àqueles que

preferem o acesso digital, no entanto, há um crescimento para os que utilizam ambas as opções.

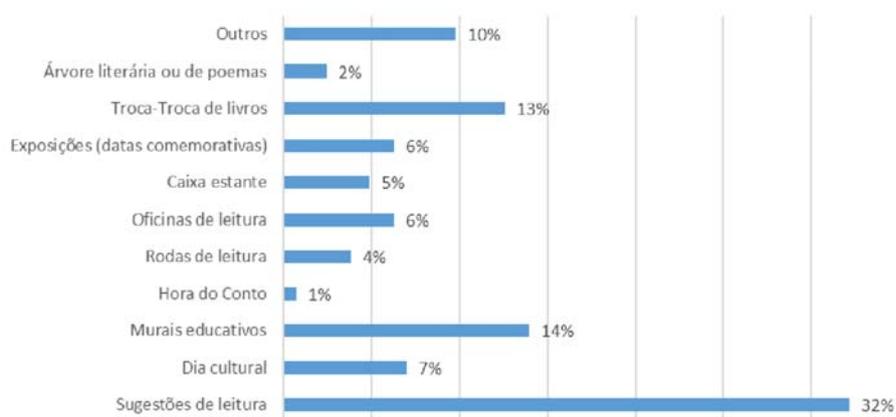
Na sequência da análise do questionário, a questão de número 11, de múltipla escolha, pretende verificar se as atividades voltadas ao incentivo da leitura, realizadas na biblioteca ou em cada um dos campi, são percebidas e lembradas pelos alunos. Por se tratar de uma questão aberta, outras opções além das listadas podem ser citadas, bem como complementação às respostas de forma positiva ou negativa. Essas informações servem de base para identificar a percepção dos alunos diante das ações em prol da leitura, apresentadas na Tabela 18 e no Gráfico 46 correspondente.

Tabela 18 – Percepção de atividades de incentivo à leitura

Resposta	Número	Percentual
Sugestões de leitura	92	32%
Dia cultural	20	7%
Murais educativos	40	14%
Hora do conto	2	1%
Rodas de leitura	11	4%
Oficinas de leitura	18	6%
Caixa estante	14	5%
Exposições (datas comemorativas)	18	6%
Troca-Troca de livros	36	13%
Árvore literária ou de poemas	7	2%
Outros	28	10%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 46 – Percepção de atividades de incentivo à leitura



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Os resultados da Tabela 18 e do Gráfico 46 indicam um maior percentual, 32%, às sugestões de leitura como ação mais lembrada pelos alunos; em seguida, 14% assinalam o uso de murais educativos como forma de incentivo à leitura; 13%

citam o troca-troca de livros como ação mais lembrada; 7% apontam o dia cultural como prática de incentivo à leitura; 6% citam oficinas de leitura; com o mesmo percentual, as exposições (em datas comemorativas), realizadas como ações de fomento à leitura. Já para 5% dos estudantes, a prática mais lembrada são as caixas estantes enquanto que 4% citam as rodas de leitura. Apenas 2% dos discentes lembram da árvore literária ou dos poemas e somente 1% cita a hora do conto como a mais praticada em seu campus.

Na opção outros são apontadas outras respostas que, somadas, totalizam 10%, com comentários a respeito da concentração das práticas na promoção de estudos complementares aos cursos e recebimento de sugestões por e-mail. Alguns alunos sinalizam negativamente para a percepção de ações de incentivo à leitura em seus campi, afirmam desconhecimento ou a não participação em atividades. Além dessas respostas, a consideração de pergunta incoerente. Depreende-se, portanto, que, por mais singelas que sejam as práticas mediadoras praticadas no âmbito do IFRS, estão sendo percebidas pela comunidade escolar/acadêmica. Isso reforça a importância das ações que, por menores que pareçam, podem fazer a diferença na conquista de um novo leitor.

De acordo com Almeida Júnior (2017), no que diz respeito às bibliotecas, a mediação na construção da formação leitora é fundamental, pois a leitura fundamenta a apropriação da informação. Ou seja, pelo fato desta não existir antecipadamente e por ser intangível, ela se concretiza mediante o processo de mediação.

Ao referir-se à mediação de leitura, Silva (2016) cita um pensamento de Artur Schopenhauer, ao comparar o excesso de informações com o exagero alimentar, em que dois órgãos, estômago e o cérebro, recebem uma sobrecarga de alimentação e informação de forma prejudicial a estes: “Porque quanto mais uma pessoa lê, menos são os vestígios deixados do que se leu; a mente é como um tablete no qual foi escrito mais e mais” (p. 115). Salieta a necessidade de uma leitura reflexiva, pois acredita que, de outra forma, trata-se somente de um ato mecânico, sem trazer benefícios ou contribuir para o desenvolvimento do indivíduo. O autor ainda destaca: “é só pela reflexão que alguém poderá assimilar o que leu. Se a pessoa vai em frente com a leitura, sem refletir depois, o que foi lido não criará raiz, mas a maior parte ficará perdida” (p. 115).

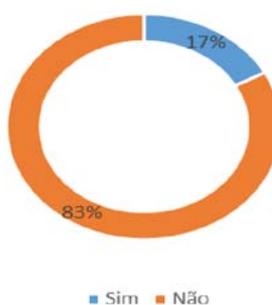
Relacionada às atividades de leitura desenvolvidas nos campi, a questão 12 procura verificar a participação dos alunos em atividades de incentivo à leitura. Dessa forma, identifica a presença dos discentes em práticas leitoras, servindo como termômetro para verificar o interesse destes para com a leitura, o que se pode conferir pelos dados apresentados tanto na Tabela 19 quanto no Gráfico 47.

Tabela 19 – Participação de alunos em atividades de fomento à leitura

Resposta	Número	Percentual
Sim	30	17%
Não	146	83%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 47 – Participação de alunos em atividades de fomento à leitura



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pelos resultados da Tabela 19 e do Gráfico 47, observa-se que a grande maioria dos alunos (83%) declara um não envolvimento em práticas de incentivo à formação leitora, desenvolvidas em seus campi, e uma pequena parcela (17%) aponta participação nas referidas práticas.

Conforme a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016), o brasileiro considera a biblioteca como um espaço de estudo, leitura e de pesquisa, referindo-se ao ambiente universitário. Entretanto, para muitos, esse espaço é uma possibilidade de acesso ao livro através do empréstimo, uma vez que “cerca de 29% também acham que ela é um local para se emprestar livro, o que vai de encontro do fato de que o empréstimo, entre eles em biblioteca, é uma das principais formas de acesso ao livro.” (IPL, 2016, p. 137). A pesquisa revela que a maior parte que se declarou frequentador de biblioteca faz parte da classe de estudantes, visto que “64% do público frequentador seja composto por pessoas entre 5 e 24 anos, ou seja,

em idade escolar/universitária, chama atenção que pouco mais de um terço dos frequentadores de bibliotecas não estejam estudando” (p. 136).

Outra perspectiva apresentada por Petit (2009), em sua pesquisa sobre os jovens e a leitura, mais especificamente, sobre uma classe desfavorecida e marginalizada na região da periferia francesa, aborda a relevância da mediação a partir da relação de educadores com a leitura. Ao constatar a associação negativa que os jovens fazem dos livros com a escola, declara que a vivência pode ser considerada desfavorável em virtude das vivências desagradáveis que esses jovens passaram na época da escola. “Para eles, muitas vezes, os livros lembram demais a escola, e isso lhes traz recordações de humilhação e de aborrecimento. Recusam esse saber que, por sua vez, os ignorou; têm uma relação de despeito amoroso com a língua e a cultura letrada.” (PETIT, 2009, p. 125).

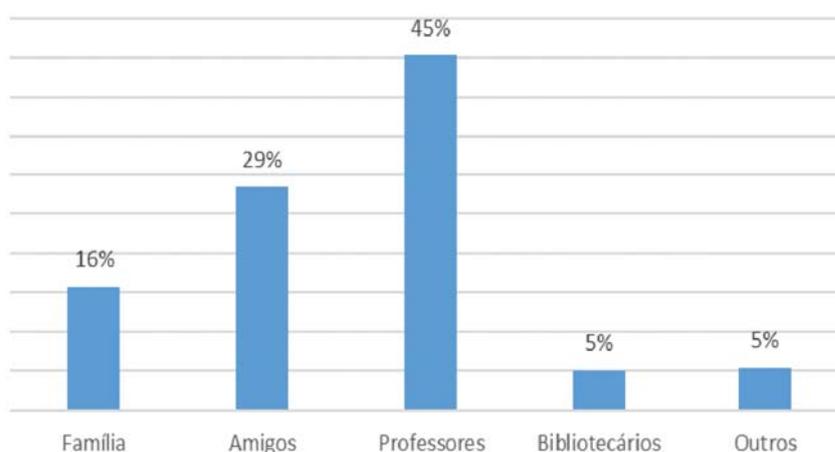
A questão 13 do questionário diz respeito aos estímulos recebidos. Dessa forma, busca identificar os principais incentivadores de leitura aos alunos, como se observa na Tabela 20 e no Gráfico 48.

Tabela 20 – Principais incentivadores da prática de leitura

Resposta	Número	Percentual
Família	47	16%
Amigos	85	29%
Professores	135	45%
Bibliotecários	15	5%
Outros	16	5%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 48 – Principais incentivadores da prática da leitura



Fonte: dados da pesquisa (2018)

As respostas à questão de número 13, explicitadas nos resultados da Tabela 20 e no Gráfico 48, indicam que 45% dos alunos apontam os professores como os maiores incentivadores; 29% sinalizam os amigos como os que mais indicam leituras; 16% mencionam que os maiores incentivos partem da família; 5% apontam os bibliotecários como incentivadores. Na opção outros, somando 5% ao todo, com possibilidade para sugestões, os apontamentos são diversos, tais como: iniciativa própria; internet; mídias sociais (Facebook, Instagram, páginas relacionadas ao meio profissional); necessidade profissional; facilidade de acesso aos livros por trabalhar em uma biblioteca, bem como relato de não receber incentivo algum.

Consoante estudos de Petit (2009), são vários os aspectos que contribuem para a formação leitora, entre eles, o familiar, o social, o escolar, ou seja, “vimos, finalmente, que embora a leitura fosse em grande parte uma questão de família, também é influenciada por um contexto mais amplo, um ambiente que convida ou desestimula a aproximar-se dos livros. E vimos também que é uma história de encontros” (p. 148). Quanto à importância da leitura, assevera:

Aquele que fica à distância dos livros teme perder alguma coisa, enquanto o que se aproxima deles sente que tem algo a ganhar. O primeiro teme se confrontar com uma carência, que tenta negar com todas as suas forças. O segundo acredita que, por meio dos livros, e em particular da literatura, poderá, ao contrário, apaziguar seus medos. (PETIT, 2009, p. 136).

Na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016) também se constata a importância do papel da mediação, visto que

o hábito de leitura é uma construção que vem da infância, bastante influenciada por terceiros, especialmente por mães e pais, uma vez que os leitores, ao mesmo tempo em que tiveram mais experiências com a leitura na infância pela mediação de outras pessoas, também promovem essa experiência às crianças com as quais se relacionam em maior medida que os não leitores. (IPL, 2016, p. 131).

Outro fator de destaque apontado pela mesma pesquisa são as influências mais comumente citadas entre os pesquisados: “apenas um terço dos brasileiros teve influência de alguém na formação do seu gosto pela leitura, sendo que a mãe ou responsável do sexo feminino e o professor foram as influências mais citadas.” (IPL, 2006, p. 131). No ambiente familiar, pois, é que se relaciona o nível de escolaridade dos pais ao seu poder de influência sobre os filhos. E, ainda, tendo em vista que essa influência impacta diretamente na formação do leitor, a ação

mediadora “indica que essa influência tem impacto no fato do indivíduo ser ou não leitor, uma vez que, enquanto 83% dos não leitores, não receberam a influência de ninguém, o mesmo ocorre com 55% dos leitores.” (IPL, 2006, p. 131).

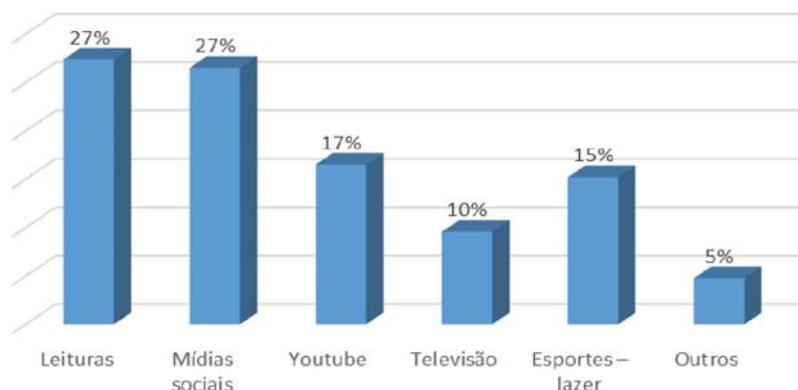
A questão 14 do questionário tem em vista identificar de que forma os alunos utilizam seu tempo livre, isto é, se costumam se dedicar à leitura nos momentos considerados de lazer, conforme dados da Tabela 21 e do Gráfico 49.

Tabela 21 – Utilização do tempo livre

Resposta	Número	Percentual
Leituras (livros, artigos, revistas, jornais, etc.) em qualquer suporte (impresso, digital, online)	126	27%
Mídias sociais (Facebook, Whatsapp, Instagram, etc.)	122	27%
Youtube	76	17%
Televisão	44	10%
Esportes – lazer	70	15%
Outros	22	5%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 49 - Utilização do tempo livre



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Diante dos resultados da Tabela 21 e do Gráfico 49, percebe-se que 27% dos alunos costumam se dedicar à leitura de livros, artigos, revistas, jornais, entre outros, em qualquer suporte, seja impresso, digital ou online; 27% optam pelo uso das mídias sociais como Facebook, Whatsapp, Instagram, entre outras; 17% apontam os canais da internet disponíveis para vídeos como o Youtube; 15% ocupam seu tempo livre com esportes – lazer; 10% optam por assistir televisão. Na opção outros, totalizando 5%, são apontadas diversas indicações, que poderiam ser relacionadas às opções disponíveis, a exemplo de passear com a família, assistir a filmes e séries, dançar, sair, jogos, entre outras. Infere-se, portanto, que a leitura é consideravelmente citada como opção de utilização para o tempo livre.

Segundo resultados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2016, p. 130), a leitura em domicílios é bastante comum. Apesar disso, há um crescimento do ato de ler em locais públicos e em trânsito, “assim como observado nas edições anteriores da pesquisa, a maior parte dos brasileiros lê no domicílio, embora a leitura em outros locais, sobretudo locais públicos e em trânsito, comece a ganhar importância” (p. 130). Assim, acredita-se que, devido à facilidade de mobilidade e armazenamento, proporcionada pelos dispositivos móveis, a leitura pode acontecer em distintos locais e a qualquer momento, o que reforça a premissa: “pode estar associado à leitura em plataformas digitais (pela facilidade de armazenar e transportar os conteúdos, em equipamentos que já estão incorporados ao cotidiano dos indivíduos, principalmente, o telefone celular).” (IPL, 2016, p. 130).

O acesso às mídias sociais acompanha diretamente esse índice. Isso é passível de constatação em vários lugares e momentos, visto que é bastante comum visualizar as pessoas, consultando seus equipamentos móveis (celulares e afins), com acentuada frequência.

Em conformidade com estudos de Santaella (2013), com a evolução tecnológica e o avanço da internet, e, principalmente com aumento do uso dos dispositivos móveis, o usuário ganhou uma mobilidade extra, pois ao carregar consigo um celular ou outro dispositivo móvel, conquista uma dupla mobilidade, a informacional e a física. Ainda de acordo com a autora, as plataformas de redes sociais contribuem para a explosão do universo digital, em virtude da facilidade de se compartilhar, de modo rápido e com constante transmissão, intenções, gostos e interesses, partindo do princípio de que a internet é um cérebro digital global.

Em conformidade com a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2006), o crescimento de utilização da internet e outras atividades relacionadas à mesma tem sido uma opção de uso do tempo livre no país.

O tempo livre dos brasileiros está cada vez mais ocupado por uma variedade de atividades, com destaque em 2015, para o uso da internet e outras atividades no computador ou no telefone celular (como redes sociais, WhatsApp, etc), fenômeno observado tanto entre não leitores quanto entre leitores (a diferença é que os últimos ocupam seu tempo livre de maneira mais variada que os primeiros, o que está associado à escolaridade e ao perfil de renda. (IPL, 2016, p. 130).

Outros detalhes apontados pela referida pesquisa assinalam que a escolaridade dos indivíduos leitores influencia na quantidade e na diversidade de

leituras, visto que os que possuem nível de escolaridade mais elevado têm acesso a uma multiplicidade de materiais e assuntos. Além disso, assim como diminui a frequência para leitura de livros, aumenta a procura por outros tipos de materiais como jornais e similares (IPL, 2006).

Ao finalizar esta segunda etapa da análise dos dados obtidos no presente estudo, a partir das respostas dos alunos participantes da amostra, é possível estabelecer o seguinte perfil para os respondentes: a maioria pertence aos cursos de nível superior; em termos de gênero, a amostra foi bem igualitária, não existindo predomínio entre masculino e feminino; em relação à idade, a maioria se encontra na faixa etária superior a 30 anos.

Mais especificamente aos aspectos relacionados a leitura, a maioria se considera leitor, tendo em vista a dedicação de até duas horas diárias à prática leitora, visando à aquisição de conhecimentos e a busca por informações como principais motivos para ler. Apesar dessa maioria considerar a leitura por prazer como um fator importante para a prática leitora, a falta de tempo é vista como principal impeditivo.

A maioria também costuma frequentar a biblioteca, com maior assiduidade no período noturno. Os professores e amigos são os maiores incentivadores para essa prática e as atividades de leitura mais frequentemente percebidas e realizadas nas bibliotecas de seus campi são o troca-troca de livros e murais. Por fim, há preferência da prática da leitura em tempo livre e por meio das mídias sociais (Facebook, Whatsapp e similares).

No universo da amostra identifica-se, de modo geral, o interesse pela prática de leitura e a percepção das ações mediadoras de incentivo à leitura. Isso sinaliza uma recepção positiva a esse tipo de atividades, bem como serve de estímulo para a continuidade dos propósitos de fomento à leitura nos diferentes campi.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual, em que a evolução tecnológica e a velocidade de acesso às informações vêm modificando a forma de ler e ver o mundo, a investigação deste estudo direciona sua inquietude para o foco da leitura e da formação leitora. Nessa perspectiva, a pesquisa foi desenvolvida, objetivando-se investigar a prática de ações de mediação de leitura nas bibliotecas do IFRS, bem como identificar as ações realizadas e de que forma estas repercutem no sentido de tornar a biblioteca um espaço efetivo para a formação de leitores. Nesse contexto das bibliotecas multiníveis, observar, então, em que medida esse setor consegue se adequar aos diferentes tipos de público, do ensino médio à pós-graduação.

A proposta de trabalho consistiu, primeiramente, em estabelecer um panorama das bibliotecas do IFRS, para que, dessa forma, fosse possível caracterizá-las e compor um perfil dos profissionais que nelas atuam. A partir disso, investigar as questões que envolvem as práticas de leitura desenvolvidas no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS. A opção por esse recorte se justifica pela crença de que a leitura é essencial para o desenvolvimento dos indivíduos, proporciona acesso ao conhecimento, possibilita o crescimento intelectual, profissional e social, bem como pela preocupação frente à percepção de um quadro de pouca prática leitora e observação de leituras rápidas e rasas no cotidiano.

Nessa conjuntura, a biblioteca aparece como um espaço alternativo à sala de aula, tendo em vista que oferece a possibilidade de realizar a mediação de uma forma mais leve, sem o caráter obrigatório das disciplinas, oportunizando uma maior aproximação com os usuários, contribuindo, assim, com a formação leitora destes. Desse modo, acreditou-se ser importante analisar a estrutura e o ambiente das bibliotecas, bem como a atuação do bibliotecário como agente mediador.

De acordo com os pressupostos traçados, foram definidos os instrumentos de pesquisa para coleta de dados: entrevista semiestruturada com os bibliotecários; questionário, envolvendo os alunos do IFRS, ambos encaminhados via correio eletrônico. Os referidos instrumentos foram estruturados no intuito de se investigar a prática de ações de mediação de leitura no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS, identificando-as e analisando sua repercussão de maneira efetiva, com o propósito de tornar a biblioteca um espaço eficaz na formação de leitores.

Como a organização pedagógica dos IFs ocorre de forma verticalizada, docentes e discentes dos diferentes níveis de ensino compartilham os mesmos espaços de aprendizagem. Ao mesmo tempo em que esse aspecto é inovador e promissor, exige adequação dos setores e dos servidores em decorrência da diversidade de público. Acredita-se, portanto, que as bibliotecas do IFRS buscam identificar seu papel nesta atual conjuntura, ajustando-se às novas demandas.

A partir dos resultados obtidos pelos instrumentos de pesquisa, foi possível observar diferentes aspectos sobre os campi, considerando perspectivas já conhecidas, por exemplo, que o IFRS, assim como os demais IFs, está organizado em uma estrutura multicampi, com um total de 17 campi, destes, 5 ainda em fase de implantação, com oferta de ensino em vários níveis, desde o ensino médio à pós-graduação.

As diferenças entre os campi vão além do aspecto regional, pois abrangem, dentre outras distinções, a localização, a estrutura dos campi, os cursos ofertados, o ano de fundação, com grande variação de data, desde 1909, originários das antigas escolas técnicas, até 2015, sendo a maior concentração no período entre 2008 e 2010. É importante destacar que a proposta educacional que diferencia os IFs das Universidades Federais é justamente essa amplitude de atendimento aos diversos níveis de ensino. Assim, o intento é que todos os campi ofertem todas as modalidades.

No que diz respeito à caracterização das bibliotecas, foi possível perceber que, no tocante ao horário de funcionamento, são os mais diversos, porém a maioria das bibliotecas oferece atendimento ininterrupto de, no mínimo, 12 horas. Para conseguir dar suporte aos diferentes turnos, a maioria ultrapassa esse período, abrangendo, inclusive, os intervalos.

No que tange à equipe de trabalho para efetivação da amplitude do horário de atendimento, a maioria das bibliotecas conta com 3 a 4 pessoas, sendo que nesse quantitativo já se considera o bibliotecário. Em alguns casos mais críticos, as bibliotecas apresentam o contingente de apenas duas pessoas para prestar atendimento num período de 12 horas, principal dificuldade no exercício da profissão de acordo com a amostra.

Correlacionando os dados referentes ao horário de atendimento e ao quantitativo de pessoal na biblioteca, ambos foram apontados como limitadores no sentido de impossibilitar a execução de uma proposta de atividades, sejam estas

rotineiras ou diferenciadas. Infere-se, portanto, que um número reduzido de pessoas e um amplo horário de atendimento diminuem as possibilidades de realização de um bom trabalho. Entretanto, de modo geral, existe uma boa organização e disposição das equipes no desempenho das funções e atendimento adequado às demandas.

Em relação ao tamanho e à estrutura física da biblioteca não foram feitos questionamentos específicos, entretanto, esses aspectos foram apontados como dificuldades para o desempenho da função. Desse modo, foram constatadas limitações relevantes como a dimensão física inadequada, pois o espaço reduzido atrapalha o desenvolvimento do trabalho, principalmente quando envolve a execução de processamento técnico, há falta de local específico para esse fim e inexistência de um lugar mais reservado para serviços que exigem uma maior concentração. A localização da biblioteca, em lugar muito afastado, mal iluminado, inseguro ou inadequado à acomodação do acervo também foi mencionada como entrave.

Referentemente ao foco deste estudo mais especificamente, a prática de leitura, infere-se que a dimensão física da biblioteca e o espaço disponível podem restringir atividades voltadas à formação leitora, uma vez que esses fatores podem não comportar um número maior de pessoas no ambiente, limitando atividades, ou então, impossibilitando a criação de um espaço específico e mais acolhedor para a leitura, o que dificulta a realização de ações na biblioteca.

Ao se considerar o acervo das bibliotecas, acredita-se que, devido ao fato de o IFRS ser uma instituição ainda jovem, os resultados apontam uma diversidade significativa. Assim, os campi que apresentam um maior quantitativo de acervo não ultrapassam a faixa de 15 mil exemplares enquanto que os demais concentram seus acervos num quantitativo inferior. De modo especial, os títulos que compõem o acervo literário correspondem a um percentual bastante inferior ao do total geral apresentado, ou seja, com um quantitativo de até 500 títulos literários identificado pela maioria dos campi. Diante das perspectivas deste estudo, estes fatores podem influenciar ou limitar a execução de atividades voltadas ao incentivo da prática de leitura.

Devido ao fato de que não há verba específica, destinada à finalidade de aumento do acervo literário, os campi precisam buscar outras alternativas para ampliação do acervo literário de suas bibliotecas. Por essa razão, são desenvolvidos projetos e ações que visam à ampliação dos acervos. Dentre essas alternativas, as

mais comuns consistem no aceite de doações; promoção de ações e campanhas de doação por meio de projetos de extensão e de pesquisa, incluindo, muitas vezes, outros setores; permuta; cobrança de multas, cujo pagamento recai na doação de obras literárias. Como já citado, a aquisição do acervo bibliográfico se fundamenta nos propósitos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS e em conformidade com a Política de Desenvolvimento de Coleções da Instituição, documentos que orientam a continuidade e o crescimento dos respectivos acervos (IFRS, 2016). A referida Política visa ao tripé ensino, pesquisa e extensão e à garantia de que as bibliotecas atuem como ambientes de suporte aos processos de ensino e de aprendizagem, propiciando a organização, a conservação e a disseminação da informação.

Quanto ao reconhecimento do perfil dos bibliotecários do IFRS, pôde-se perceber que não há um padrão, contudo, a maior parte dos campi conta com apenas um bibliotecário em seu quadro de servidores, com predomínio de bibliotecárias na faixa etária entre 30 e 39 anos. Há, por parte dos profissionais, uma preocupação acentuada em relação à formação continuada, o que se reflete na busca por capacitação, visando ao aprimoramento das qualificações.

Pelo fato da grande maioria possuir especialização direcionada às áreas de Biblioteconomia e Educação, depreende-se que o objetivo dessa formação é atender às necessidades das instituições em que se inserem os profissionais, bem como obter uma melhor qualificação para o exercício da função. Há um crescimento no percentual de profissionais com mestrado e alguns inscritos em programas de doutorado.

No que tange ao exercício da profissão, pôde-se identificar que a maioria atua na função num período de até 10 anos, concentrando o início do exercício da profissão à época da criação dos IFs. Entretanto, pouquíssimos são os bibliotecários com cargo ou função de coordenação e/ou reconhecidos como coordenadores da biblioteca.

Dentre as principais dificuldades encontradas pelo bibliotecário no exercício de sua função, o principal entrave apresentado, além das dificuldades já expostas, foi o quantitativo de pessoal na biblioteca, ou seja, o número insuficiente de pessoas na equipe para o desenvolvimento do trabalho. Este aspecto somado aos demais caracteriza-se como fator restritivo à atuação dos bibliotecários, além de diminuir a possibilidade de desenvolvimento de projetos ou trabalhos, considerando o tempo

comprometido com as rotinas da biblioteca. De igual maneira, existe a dificuldade de incluir o setor ou os demais servidores em programas de parceria com outros setores/servidores.

Pertinente destacar que o desenvolvimento de serviços de qualidade envolve um conjunto de fatores que devem estar alinhados às políticas de crescimento institucional. Conseqüentemente, a ausência de qualquer um dos fatores pode afetar consideravelmente a obtenção dos resultados esperados. Em contrapartida aos entraves relativos à facilidade ou otimização das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas, foram elencados aspectos e/ou recursos considerados facilitadores, tais como a implantação do SiBIFRS, que promove a integração das bibliotecas, e de forma cooperada, possibilita não apenas a padronização de documentos e ações, mas a troca de vivências e coesão de ideias, o que fortalece a identidade do grupo. Esse modelo atua como elemento facilitador para o desenvolvimento de um trabalho mais dinâmico e produtivo. Sendo assim, o compartilhamento de saberes e experiências tem impulsionado o crescimento desse sistema e facilitado o desempenho das rotinas na biblioteca.

Neste estudo, pôde-se observar que a totalidade dos bibliotecários envolvidos na pesquisa acredita que a uniformização, com a implantação de TGs, através de manuais e procedimentos padronizados pelo SiBIFRS, tem facilitado o desempenho da função nas bibliotecas de cada um dos campi. Esse formato tem possibilitado, da mesma forma, outras conquistas, considerando que a união fortaleceu as perspectivas de crescimento, com a adoção de um sistema/software único para bibliotecas – Pergamum. Esses, entre outros aspectos, são considerados facilitadores que têm auxiliado a adequação das bibliotecas aos diferentes tipos de público, indo ao encontro do objetivo de investigação deste estudo.

Ao recuperar os propósitos estabelecidos à pesquisa, de modo especial, o objetivo geral deste estudo, investigar a prática de ações de mediação de leitura realizadas no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS, pode-se afirmar que o percurso e os resultados foram positivos mediante a preocupação dos bibliotecários com a formação leitora dos usuários e a execução de variadas atividades relacionadas ao fomento da leitura.

De acordo com as possibilidades de cada profissional e campus, são oportunizadas ações voltadas ao incentivo da prática leitora. Independente de as atividades serem apresentadas em um formato mais simples como uma lista de

sugestões de títulos, ou diferenciadas, envolvendo outras pessoas e setores, como as oficinas de leitura ou os programas de extensão, com uma organização bem mais elaborada, pôde-se identificar a preocupação e o envolvimento dos profissionais com a formação leitora.

Quanto ao papel do bibliotecário como mediador, conforme assinalado no decorrer deste estudo, constatou-se que, ao desenvolver as atividades, o bibliotecário age de forma mediadora. Assim, ações rotineiras podem assumir outra perspectiva ao se adotar uma postura de mediação. Desse modo, ao dar destaque à literatura, ou criar um espaço mais acolhedor para acomodar os leitores, ou ainda, oferecer um prazo diferenciado para a devolução dos livros literários, o profissional demonstra a busca de alternativas para o incentivo à leitura, contribuindo, desse modo, com a formação de novos leitores.

Pelo levantamento das atividades relacionadas à prática de leitura, mencionadas pelos bibliotecários, evidenciou-se que estes profissionais reconhecem a importância da leitura e a oportunidade de crescimento dos indivíduos, por ela proporcionado, bem como assinalam a relevância do papel de mediador como um incentivador das práticas leitoras. Nesse sentido, sentem que podem contribuir com a formação de novos leitores ou auxiliar no fortalecimento dessa prática, mesmo com ações despretensiosas.

Dentre as ações apresentadas pelos bibliotecários, assinala-se o envolvimento destes profissionais com outros setores da instituição, buscando o desenvolvimento de projetos com outras áreas/servidores como é o caso dos projetos de extensão, os quais favorecem a divisão das responsabilidades e da organização do trabalho. Alguns assumem o compromisso e se dedicam à administração de projetos, o que é favorável, pois atuam como facilitadores do acesso a obras literárias, a manifestações culturais, do incentivo e debate de assuntos relacionados à literatura, da inclusão social, entre tantas outras alternativas. Assim, os profissionais participam ou promovem projetos de diversos níveis; alguns com uma disponibilidade maior, conseguem se envolver mais, enquanto outros desenvolvem ações mais simples, conforme o fluxo de prioridades do trabalho.

Ao estabelecer um comparativo entre os instrumentos de coleta de dados, percebeu-se que as sugestões de leitura, os murais educativos e a troca-troca de livros estão entre as atividades realizadas nas bibliotecas que mais chamaram a

atenção dos alunos. Dessa forma, observa-se que os alunos também reconhecem a realização das ações de mediação. Essa constatação serve de estímulo para a continuidade destas, ou que sirvam de incentivo para a promoção de novas atividades e novos projetos direcionados a esse intento.

Relevante considerar também, ao concluir este estudo, os retornos contrários, tanto de bibliotecários quanto de alunos, informando desconhecer quaisquer ações, ou que nos campi não eram realizadas atividades voltadas ao fomento da leitura. Compreende-se que é um processo lento e que esta não é uma tarefa fácil. Ao contrário, envolve tempo e paciência, e alguns campi ainda não possuem uma estrutura adequada ou quantitativo suficiente para que possam ser realizados projetos de incentivo à leitura.

Apesar de os profissionais manifestarem preocupação com a formação leitora, bem como intenção de promoverem atividades que incentivem a prática de leitura, a falta de recursos é um difícil entrave, prejudicando, ou talvez, adiando o envolvimento e a realização de ações voltadas à formação leitora.

Em relação ao quarto e último objetivo desta pesquisa, “apontar quais e como estas ações repercutem de forma a tornar a biblioteca um espaço efetivo na formação de leitores”, a análise dos resultados permitiu depreender que a biblioteca é, normalmente, um espaço relacionado à leitura. Logo, esse aspecto se torna um aliado para o desenvolvimento de ações voltadas ao fomento da leitura. O reconhecimento manifestado pelos alunos na identificação das atividades em prol da leitura, realizadas nas bibliotecas/campus do IFRS, reforçam a importância da continuidade dessas experiências, ou seja, que possam perseverar e servir de estímulo à formação de leitores.

A proximidade com o usuário é outro aspecto facilitador, pois possibilita que a necessidade leitora seja complementada de forma mais despretensiosa, sem a peculiar obrigatoriedade atribuída à prática pelas disciplinas, com maior probabilidade de conquista de novos leitores. Outro elemento favorável para promover uma maior afinidade com os usuários é a utilização das redes sociais, tendo em vista que a maioria faz uso da internet e das mídias sociais.

Nessa perspectiva, a criação de um perfil da biblioteca em uma rede social pode facilitar o acesso a esses usuários e estabelecer um canal a mais para divulgação de materiais e ações, além de oportunizar um maior conhecimento do perfil dos próprios usuários. Todavia, é preciso ter consciência de que o uso desse

recurso exige uma atualização constante, com maior dedicação dos servidores envolvidos, bem como domínio da ferramenta.

Importante destacar que a formação recebida na graduação não é considerada suficientemente satisfatória para tornar os bibliotecários habilitados a desempenhar a função de mediador de forma efetiva, o que exige destes busca por capacitação específica e formação continuada, a fim de desenvolverem ou aperfeiçoarem as competências profissionais. Contudo, esse aspecto não impede a proposição de atividades menos complexas, mas não menos importantes, que possam contribuir com o desenvolvimento da prática leitora.

Como forma de promover e incentivar ações de mediação de leitura nas bibliotecas do IFS, foi apontada a possibilidade de sugerir que a atividade mediadora de maior destaque seja agregada ao calendário de eventos do SiBIFRS, porém não houve um consenso, destacando que alguns bibliotecários foram contrários a essa inclusão por acreditarem que cada campus tem suas particularidades, sua realidade, além do quantitativo insuficiente de servidores. Desse modo, não haverá a inclusão sugerida, mas essa proposta poderá ser melhor estudada e organizada para, posteriormente, ser apresentada novamente aos envolvidos diretamente, tendo em vista que os demais demonstraram bastante interesse em realizar ações dessa natureza.

O exposto possibilita a percepção de que os resultados obtidos neste estudo atendem aos objetivos propostos na pesquisa. Assim, constata-se que, no âmbito das bibliotecas multiníveis do IFRS, são realizadas ações de mediação de leitura. Algumas mais consolidadas, entretanto, ainda há muito a se fazer em prol dessa prática. Mesmo com limitações relevantes, que restringem as possibilidades de realização de ações, de maneira geral, existem bons projetos e iniciativas, sobretudo, empenho e motivação dos profissionais.

As considerações apresentadas neste estudo sugerem reflexão sobre o que pode ser realizado a favor da formação leitora, de acordo com as possibilidades e realidade de cada campus. Uma reflexão que também favorece o entendimento da relevância do papel de mediador, ao oportunizar o crescimento dos envolvidos, tanto para os que desenvolvem como também àqueles que usufruem as atividades de mediação de leitura. Isso pode proporcionar uma maior visibilidade do trabalho desenvolvido pelos profissionais, assim como a possibilidade de um melhor aproveitamento das bibliotecas como espaço de fomento à leitura. Espera-se, enfim,

que esta pesquisa sirva de contribuição e estímulo a novos estudos dessa natureza, considerando que a prática de leitura tem reflexos em todos os aspectos da vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. L. S. de. **A biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7671>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J. P. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fund. Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45. Disponível em: <https://ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=12>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- _____. Leitura, mediação e apropriação da informação. **INFOhome – Espaço OFAJ – Artigos e textos**. Out. 2017. Disponível em: <https://ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=12>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de.; BICHERI, A. L. A. O. Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, 2(1), 41-54. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2013.106585>>. Acesso em: 4 jan. 2019.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de.; BORTOLIN, S. **Mediação da leitura e informação**. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277769128_Mediacao_da_Informacao_e_da_Leitura>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- ALMEIDA, W. R.; COSTA, W. A. da; PINHEIRO, M. I. S. Bibliotecários mirins e a mediação da leitura na biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 472-490, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/812/pdf_1>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- AMARAL, S. A. do. Marketing da informação: abordagem inovadora para entender o mercado e o negócio da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 40 n. 1, p. 85-98, jan./abr., 2011.
- ARAUJO, P. C. de; PEREIRA, S. Z.; OLIVEIRA, M. E. P. de. Compartilhamento de informação e conhecimento: inserindo práticas de gestão do conhecimento num sistema de bibliotecas universitárias federais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 244-259, jan./jun., 2010. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/699>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- BECKER, C. da R. F.; GROSCH, M. S. A formação do leitor através das bibliotecas: o letramento e a ciência da informação como pressupostos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 35-45, jan./jun. 2008.

BECKER, C. R. F.; FAQUETI, M. F. **Panorama das bibliotecas da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: um olhar sobre a gestão.** Blumenau: IFC, 2015.

BECKER, P. Natureza e funções da literatura infantil. In: RÖSING, Tânia; BECKER, Paulo (Orgs.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca.** Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.

BLATTMANN, U.; CIPRIANO, A. S. Os diferentes públicos e espaços da biblioteca escolar: da pré-escola a universidade. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 21., **Anais...** 2005, Curitiba, 2005. CD-ROM. Disponível em:
<<http://www.oocities.org/ublattmann/papers/p12.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BLATTMANN, U.; SILVA, F. C. C. da. Colaboração e interação na Web 2.0 e biblioteca 2.0. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.12, n.2, p.191-215, jul-dez, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/inesv/Downloads/Dialnet-ColaboracaoEInteracaoNaWeb20EBiblioteca20-2684572.pdf>>. Acesso em nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 dez. 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC / SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais : Língua Portuguesa** 3.ed. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC / SEF, 2001.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 24 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. **Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 maio 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BUTLEN, M. A leitura na escola e na biblioteca multimídia: entre o poder e o desejo. In: RÖSING, T. M. K.; BECKER, P. (Orgs.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

CALDIN, C. F. A leitura como função pedagógica: o literário na escola. Florianópolis-SC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, 2002.

_____. Reflexões acerca do papel do bibliotecário de biblioteca escolar. Florianópolis-SC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/431>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CHARTIER, A.; HÉBRARD, J. **Discursos sobre a leitura-1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: Global, 2007. 207 p. ISBN 9788526012332

CORACINI, M.J.R.F. A teoria e a prática: a questão da diferença no discurso sobre e da sala de aula. **Delta**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 33-57, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000100003>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira (Aut.). **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p. ISBN 9788585637354.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo).

GARCEZ, E. M. S.; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação à distância. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002.

GIL, A. C. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HILLESHEIN, A. I. A.; FACHIN, G. R. B. Biblioteca escolar e a leitura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 9, p.35-45, 2004. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/404>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2009.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. (2016). **Retratos da leitura no Brasil**. 4. ed. Disponível em: <http://prolivro.Org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 1999. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

JOUVE, Vincent. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola, 2012. (Teoria literária).

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

_____. Contribuições teóricas para o desenvolvimento do leitor: teorias de leitura e ensino. In: RÖSING, Tânia; BECKER, Paulo (Orgs.). **Leitura e animação cultural**: repensando a escola e a biblioteca. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

_____. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 9. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

KOLL, M. de O. **Vygotsky**: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2010. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 372 p. (Temas; 58).

LUBISCO, N. M. L. Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5620/1/_Biblioteca.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MANESS, Jack M. TEORIA DA BIBLIOTECA 2.0: Web 2.0 e suas implicações para as bibliotecas**. Revista Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.17, n.1, p.43-51, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_d1b75c96ad_0012775.pdf. Acesso em dez. 2018.

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

MATTOS, A. L. O.; PINHEIRO, M. O perfil das novas bibliotecas escolares-universitárias (bibliotecas mistas) nas instituições de ensino privado no estado de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 11, n. 1, p. 171-184, 2006. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/474>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MILANESI, L. **O que é biblioteca?** 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

_____. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Temas Sociais).

MORENO, A. C. Brasil cai em ranking mundial de educação em ciências, leitura e matemática. **G1**– jornal online. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MOUTINHO, S. O. M. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – Campus Teresina Zona Sul**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3075/00000A51.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

NEVES, B.C. Mediação da informação para agentes sociodigitais: o salto. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 40, n. 3, p. 413-424, set./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1298>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

PACHECO, E. M. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, E. M.; MORIGI, V. (Org.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

PERUZZO, M. I. Web marketing. In: **Faculdades Bom Jesus**. Marketing. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. p. 55-62. Disponível em: <https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Administracao/Marketing_FAE.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018

PETIT, M. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Un arte que se transmite. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 2, n. 1, p. 99-116, jan./jun. 2006.

PORTAL DA COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CBB. (2014). Disponível em: <<http://www.cbbionline.org/quem-somos.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PORTAL DA REDE DE EDUCAÇÃO, PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – EPCT. (2016). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

PORTAL DO BIBLIOTECÁRIO. Disponível em: <<http://portaldobibliotecario.com/biblioteconomia/as-5-leis-de-ranganathan/>>. Acesso em: 7 maio 2018.

PORTAL DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. (2016). Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**[recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 36, p. 157-180, jan./abr., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p157>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

RÖSING, T. M. K. **Perfil do novo leitor**: em construção, a importância dos centros de promoção de leitura de múltiplas linguagens. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

RÖSING, T. M. K. **Literatura e identidade na era da mobilidade**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

SANDER, I. Biblioteca escolar, morada de professores afastados. **Jornal do Comércio Online**. Disponível em: <http://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/01/geral/608657-biblioteca-escolar-morada-de-professores-afastados.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

SANTAELLA, L. **Navegar no Ciberespaço**. O perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004. (Coleção Comunicação).

_____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. L. da; CUNHA, M. V. da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002.

SILVA, A. B. da. **Gestão de sistema de bibliotecas no desenvolvimento de serviços nas universidades federais brasileiras**. 2015. (Dissertação de Mestrado). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18658/1/DISSERTACAO%20ALEXSANDRA.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SILVA, E. T. da. Biblioteca, inovação e comunidade. In: **Biblioteca, inovação e comunidades leitoras**. RÖSING, T. M. K.; FERRARI, A. C. (Orgs). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016. (Jornadas Literárias).

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/ensino/bibliotecas/sobre-o-sibifrs/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS - SNBP. (2014). **Tipos de bibliotecas**. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. Publications Inc., USA, 1998.